

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**ERIVELTO RICARDO DE SÁ**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:  
UMA ANÁLISE DO PRONATEC COM ALUNOS EGRESSOS DA ESCOLA SENAI  
“MÁRCIO BAGUEIRA LEAL”**

**FRANCA**

**2016**

**ERIVELTO RICARDO DE SÁ**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:  
UMA ANÁLISE DO PRONATEC COM ALUNOS EGRESSOS DA ESCOLA SENAI  
“MÁRCIO BAGUEIRA LEAL”**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Área de Concentração: Desenvolvimento Social.**

**Orientadora: Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli.**

**FRANCA**

**2016**

Sá, Erivelto Ricardo de.

Políticas públicas de educação profissional : uma análise do Pronatec com alunos egressos da Escola SENAI “Márcio Bagueira Leal” / Erivelto Ricardo de Sá. –Franca : [s.n.], 2016.

131 f.

Dissertação (Mestrado Profissional – Políticas Públicas).  
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Orientadora: Maria Madalena Gracioli

1. Ensino profissional. 2. Desenvolvimento social. 3. Políticas públicas. I. Título.

CDD – 378.154

**ERIVELTO RICARDO DE SÁ**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:  
UMA ANÁLISE DO PRONATEC COM EGRESSOS DA ESCOLA SENAI “MÁRCIO  
BAGUEIRA LEAL”**

**Dissertação apresentada à Faculdade Ciências Humanas e Sociais,  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito  
para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas  
Públicas.**

**BANCA EXAMINADORA**

**Presidente:** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli**

**1º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Vânia de Fátima Martino**

**2º Examinador:** \_\_\_\_\_

**Augusto Caccia-Bava**

**Franca, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.**

Dedico esse trabalho exclusivamente à minha família, principalmente à minha esposa Milena, que sempre esteve ao meu lado, me incentivando e me apoiando na concretização desse objetivo e que, mesmo nos momentos mais difíceis de sua vida, foi capaz de compreender as minhas longas e intermináveis ausências.

E também ao *baby* Raul, meu filho lindo e amado, que não teve o papai por perto, por muitos finais de semana e feriados.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao nosso grande Pai, pelo dom da vida e pelas oportunidades confiadas a mim.

À minha orientadora, Profa. Dra. Maria Madalena Gracioli, que sem dúvida alguma, merece aplausos em pé, pelo carinho, empenho, ética profissional e principalmente, pela pronta resposta em todos os momentos em que a acionei.

Ao ex-diretor Fábio Carrion e ao atual, Wagner Muinos, da Escola SENAI “Márcio Bagueira Leal”, que autorizaram a coleta e utilização de informações vitais para o desenvolvimento desse trabalho.

Agradeço também à amiga de trabalho Kellen de Castro, que sempre que solicitada, ajudou na coleta de dados.

A todos os professores e colegas de turma, que desde o primeiro dia de aula foram parceiros, colegas e motivadores.

Aos meus sogros Marcos Aurélio e Ana Rita, que cuidaram do meu *baby* nas várias noites de redação da Dissertação.

Aos meus pais, Lázaro e Antônia a meu irmão Eduardo e minhas irmãs, Érica e Elaine.

*Caminhante, são teus passos  
o caminho e nada mais;  
Caminhante, não há caminho,  
faz-se caminho ao andar.  
Ao andar se faz caminho,  
e ao voltar a vista atrás  
se vê a senda que nunca  
se voltará a pisar.  
Caminhante, não há caminho,  
mas sulcos de espuma ao mar.*

*Antonio Machado*

SÁ, Erivelto Ricardo de. **Políticas públicas de educação profissional: uma análise do Pronatec com alunos egressos da Escola SENAI “Márcio Bagueira Leal”**. 2016. 131f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Faculdade Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

## RESUMO

A presente dissertação resulta de uma pesquisa multidisciplinar de ordem qualitativa que tem como objeto de estudo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), tendo como recorte principal, os alunos concluintes de cursos profissionalizantes de formação inicial e continuada no âmbito do Bolsa Formação da Escola SENAI “Márcio Bagueira Leal”, da cidade de Franca. Esse estudo tem por objetivo avaliar a eficácia do programa na conquista de um emprego qualificado e também na geração e incremento da renda. Para os alunos qualificados foram realizadas entrevistas semiestruturadas como forma de elucidar questões pertinentes à efetividade do programa, e aplicação de questionários fechados em plataforma eletrônica para um levantamento mais amplo e significativo, tendo em vista uma maior amostragem dos participantes. Com o intuito de trazer para a discussão mais elementos, tornando-a mais relevante para o campo de estudo, foram também aplicados a empresas do setor industrial de Franca, questionários fechados em formato eletrônico, com vistas a coletar dados referentes à absorção de mão de obra recém-qualificada, e ainda, o conhecimento das empresas sobre o programa. Com base nos dados colhidos, foram constatados dois aspectos relevantes: primeiro, que o programa apresenta baixa eficácia, considerando o índice de empregabilidade na área da qualificação cursada pelos beneficiários, e a inexistência de uma articulação entre o governo e empresários, como forma de inserir a mão de obra qualificada pelo referido programa, no mercado de trabalho. Sendo assim, como produto dessa investigação foi proposta a criação de um cadastro *on-line* de trabalhadores qualificados pelo Pronatec, denominado “Banco de Talentos”, como forma de atender a demanda das empresas por potenciais candidatos ao emprego.

**Palavras-chave:** Pronatec. educação profissional e tecnológica. desenvolvimento social. avaliação de políticas públicas.

SÁ, Erivelto Ricardo de. **Public policies of professional education: an analysis of Pronatec with sênior students from the school SENAI "Márcio Bagueira Leal"**. 2016. 131f. Master's Dissertacion (Master's Degree Planning and Analysis of Public Policies) – University Humanities and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

## **ABSTRACT**

This work results from some multidisciplinary qualitative research that has as the subject of study the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec), focusing on the senior students of professional vocational courses of initial and continuous training that are part of the scholarship training of SENAI "Márcio Bagueira Leal" in the city of Franca. This study aims to evaluate the effectiveness of the program in achieving a qualified employment and also in the generation and increased income. For the qualified students were conducted semi-structured interviews to elucidate questions regarding the program effectiveness, and the application of closed questionnaires in an electronic platform for a wider and more meaningful survey in view of larger sample of participants. In order to bring more elements to the discussion making it more relevant to the field of study, the closed questionnaires, in an electronic format, were also applied to industrial companies to collect data related to the absorption of newly qualified labor and also to make the companies familiar with the program. Based on the collected data, it was found two relevant aspects. First, the program has low effectiveness, considering the employment index in the vocational area that the students who got the scholarship studied. Second, the lack of interaction between the government and the businessmen as a way to insert the skilled workers, through the program, in the labor market. Thus, this research proposed the creation of an online register of skilled workers by qualified by Pronatec, called Talent Bank, in order to meet the demand of companies for potential job candidates.

**Keywords:** Pronatec. Vocational and technical education. Social development. Public policy evaluation.

## LISTA DE SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
CadÚnico	Cadastro Único
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Demitidos
CEFET's	Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF	Constituição Federal
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DO	Diário Oficial
EFET's	Escolas Federais de Ensino Técnico
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF's	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MJ	Ministério da Justiça
MPS	Ministério da Previdência Social
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NR	Norma Regulamentadora
ONU	Organização das Nações Unidas

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PME	Pesquisa Mensal de Empregos
PNB	Produto Nacional Bruto
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEDUC's	Secretarias Estaduais de Educação
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGSET	Sistema de Gestão de Serviços Educacionais e Tecnológicos
SINE	Sistema Nacional de Empregos
SISUTEC	Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica
UNDIME	União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Lista geral de demandantes e outras informações.....	70
TABELA 2 – Distribuição das matrículas do Bolsa Formação entre os não-inscritos no CadÚnico, inscritos no CadÚnico e beneficiários do PBF (outubro de 2011 a junho de 2014) .....	72
TABELA 3 – Matrículas do Bolsa Formação de acordo com demandante .....	80
TABELA 4 – Cursos X Matrículas Realizadas no ano de 2012 – Bolsa Formação...	80
TABELA 5 – Cursos X Matrículas Realizadas no ano de 2013 – Bolsa Formação...	80
TABELA 6 – Cursos X Matrículas Realizadas no ano de 2014 – Bolsa Formação...	80
TABELA 7 – Cursos X Matrículas Realizadas no ano de 2015 – Bolsa Formação...	80
TABELA 8 – Cursos X Taxa de evasão 2012-2015 – Bolsa Formação .....	80

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Produto Interno Bruto em moeda corrente .....	52
GRÁFICO 2 – Estoque de empregos formais no Brasil 2003-2015 .....	53
GRÁFICO 3 – Variação Anual do Estoque de Empregos .....	54
GRÁFICO 4 – Evolução das admissões demissões e saldo do emprego no Brasil 2003-2014.....	54
GRÁFICO 5 – Taxa de Desemprego no Brasil 2002-2015 .....	55
GRÁFICO 6 – Valores do PIB per capita 1994-2014 .....	56
GRÁFICO 7 – Evolução Índice de Gini.....	56
GRÁFICO 8 – Evolução da composição ocupacional de acordo com a faixa de remuneração.....	57
GRÁFICO 9 – Ação de acompanhamento .....	94
GRÁFICO 10 – Emprego na área cursada.....	94
GRÁFICO 11 – Incremento de renda .....	95
GRÁFICO 12 – Interesse em trabalhar na área do curso .....	95
GRÁFICO 13 – Procura por trabalho na área do curso .....	96
GRÁFICO 14 – Nível de qualificação de candidatos a emprego .....	97
GRÁFICO 15 – Conhecimento sobre o Pronatec .....	97
GRÁFICO 16 – Funcionários qualificados pelo Pronatec .....	98
GRÁFICO 17 – Funcionários contratados .....	98
GRÁFICO 18 – Contratação de funcionários sem experiência.....	99
GRÁFICO 19 – Vagas de emprego x nível de qualificação .....	99
GRÁFICO 20 – Canal de busca por mão de obra qualificada .....	100
GRÁFICO 21 – Qualificados pelo Pronatec .....	101

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Análise de Conteúdo de resposta aberta .....	93
QUADRO 2 – Resumo da Ação .....	108
QUADRO 3 – Quadro Lógico do Projeto .....	109

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. A SOCIEDADE DO TRABALHO</b> .....	17
1.1. O trabalho e sua condição na sociedade moderna.....	17
1.2. A História do ensino profissional no Brasil .....	21
1.3. O trabalho e a renda no processo de desenvolvimento social.....	42
<b>2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC EM FOCO</b> .....	49
2.1. A necessidade de mão de obra qualificada no início do século XXI .....	49
2.2. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico em Emprego – PRONATEC.....	63
<b>3. PESQUISA COM ALUNOS EGRESSOS E INDÚSTRIAS DE FRANCA</b> .....	76
<b>4. O PROTÓTIPO: PROJETO DE CRIAÇÃO DE CADASTRO DE QUALIFICADOS PELO PRONATEC NA CIDADE DE FRANCA</b> .....	106
4.1. Descrição da ação .....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	114
<b>APÊNDICES</b> .....	118
APÊNDICE A – Roteiro para elaboração de entrevista semiestruturada com egressos .....	119
APÊNDICE B – Questionário aplicado a alunos certificados pelo Pronatec .....	121
APÊNDICE C – Questionário aplicado às empresas do setor industrial de Franca .....	123
<b>ANEXOS</b> .....	124
ANEXO 1 – Documento da SETEC/MEC obtido via Lei de Acesso à Informação – SIC #301349.....	125
ANEXO 2 – Documento SETEC/MEC obtido via Lei de Acesso à Informação – SIC #309748.....	128
ANEXO 3 – Resposta do Ministério da Fazenda sobre a pesquisa ainda não concluída .....	130

## INTRODUÇÃO

O estudo de políticas públicas no Brasil efetivamente se inicia no final da última década de 70 como forma de analisar e examinar os desenhos políticos e suas relações com a cidadania, o que fizeram emergir não somente as características gerais das políticas no país, mas também seus atores e interesses.

Para definir o que são políticas públicas é necessário abrir mão de conceitos específicos, pois, de fato, não existe uma forma única e muito menos uma melhor forma em defini-la.

Essa temática se condensa de uma forma multidisciplinar, afinal de contas, o estudo das políticas públicas é alvo de análises e estudos de diferentes disciplinas, tais como Sociologia, Ciência Política, Economia, Planejamento e etc., o conhecimento gerado por esse campo de estudo visa sobretudo a análise da ação governamental frente às necessidades da nação, o que acaba por se materializar na presente pesquisa, na qual o recorte adotado recai sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do governo federal em alunos concluintes de cursos de Formação Inicial e Continuada ocorridos na unidade SENAI “Márcio Bagueira Leal” da cidade de Franca.

O Pronatec é uma política pública educacional, que tem por objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. Ela nasce sob dois aspectos principais: a necessidade urgente em qualificar e formar mão de obra como fomento para a política de crescimento econômico e também como elemento capaz de promover a transformação social através do emprego e geração de renda.

O primeiro aspecto é que, desde a virada do milênio, o Brasil iniciou um processo de crescimento econômico visível, e que por volta do fim da primeira década, alguns estudos começavam a indicar que caso houvesse a manutenção das taxas de desenvolvimento para os próximos anos, certamente haveria falta de mão de obra qualificada, o que resultaria em uma incapacidade em atender as crescentes demandas dos setores produtivos, o que significaria uma estagnação econômica devido à falta de políticas públicas focalizadas na educação profissional e tecnológica.

Já o segundo aspecto é a relevância social que tais políticas podem desencadear em determinados estratos da sociedade, ou seja, políticas educacionais com foco na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) podem ser promotoras de

transformação social a partir da capacitação profissional para o mercado de trabalho formal, o que resulta em geração de renda e proteção social.

Considerando esses dois aspectos, essa pesquisa teve por objetivo geral identificar o alcance do Pronatec através de uma investigação com egressos dos cursos de formação inicial no âmbito do Bolsa Formação, e como objetivos específicos, verificar se estes estão trabalhando na área da qualificação cursada, se ocorreu o incremento de renda como resultado do curso realizado, e se houve absorção dessa mão de obra recém-qualificada por empresas industriais.

A primeira seção foi subdividida em três partes, na primeira, discute-se a importância do trabalho na sociedade contemporânea ocidental, abordando elementos que tratam da sua função social e sua relação intrínseca como elemento econômico para subsistência humana, fazendo uso de autores como Robert Castel, Ricardo Antunes e Gaudêncio Frigotto. Na segunda parte, é abordada a história da educação profissional no Brasil dentro de um contexto crítico de uma educação voltada para os desvalidos da sorte, trazendo elementos de Celso Suckow da Fonseca, Luiz Antonio Cunha, Silvia Maria Manfredi, entre outros. Já na terceira e última parte, a discussão se dá a partir da consideração fundamental na qual a questão do trabalho é elemento essencial no processo de desenvolvimento social, apoiados pelo pensamento do Prêmio Nobel de Economia e ilustre figura frente a estudos sobre desenvolvimento humano e economia sobre o bem-estar social, Prof. Amartya Sen e seu instrumental denominado “Liberdades instrumentais”.

Na segunda seção adentramos ao objeto de estudo, dividido em duas partes. A primeira parte apresenta o contexto econômico do Brasil durante a primeira década do novo milênio, o que para muitos, esse período foi denominado como novo milagre econômico brasileiro, aqui é apresentado uma série de índices e dados oficiais que corroboram de fato com o crescimento e desenvolvimento econômico e social do país, e a necessidade de criação do Pronatec, devido à emergência em formar e qualificar mão de obra como um dos insumos no processo de desenvolvimento da nação. Na segunda parte dessa seção, foram apresentadas questões relativas ao Pronatec, desde sua inclusão na agenda de governo, seus objetivos, foco de atendimento, processo de seleção, enfim, todos os aspectos relacionados à essa política pública, sempre tomando por base documentos e estudos oficiais.

Na terceira seção denominada de Pesquisa com alunos egressos e indústria de Franca, é onde serão apresentados os resultados empíricos do trabalho. Para o

desenvolvimento da pesquisa foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com alunos concluintes do Pronatec como forma de subsidiar maior reflexão acerca do assunto. É importante trazer que as escolhas desses entrevistados se deram de forma aleatória a partir de uma relação de alunos que foram certificados pelo programa, fornecida pela unidade em estudo. Como a pesquisa pretende abordar o aspecto de eficácia do programa, ou seja, o índice de empregabilidade, foram enviados aproximadamente duzentos formulários eletrônicos via *e-mail* para alunos qualificados utilizando o *Google Forms* (Formulário Google), no qual oitenta e três foram respondidos. Cabe ressaltar que os *e-mails* foram obtidos a partir de um cadastro disponibilizado pela escola, que continha mais de mil alunos já matriculados pelo SENAI de Franca no âmbito do Pronatec, mas apenas duzentos haviam mencionado na ficha de inscrição o *e-mail*. O envio e recebimento dos formulários ocorreram entre junho e outubro de 2015. E como forma de atingir todos os objetivos da pesquisa, foram também enviados por *e-mail* para várias empresas industriais de Franca, formulários eletrônicos para o setor de recursos humanos, sendo que apenas nove empresas responderam ao formulário. A escolha das empresas se deu à partir da relação de suas atividades com os cursos ofertados pelo Pronatec.

Na quarta e última seção é apresentado um projeto para a criação de um cadastro de pessoas certificadas pelo Pronatec na cidade de Franca, como forma de proporcionar tanto para os ex-alunos quanto para as empresas, uma ferramenta dinâmica para consulta de disponibilidade de mão de obra qualificada.

Por fim, entre as conclusões destaca-se que estudos dessa ordem são capazes de subsidiar debates e reflexões acerca das ações governamentais no que tange aos aspectos de eficácia e eficiência de suas políticas. É importante também trazer que o estado da arte tendo como objeto de pesquisa o Pronatec ainda é escasso, o que torna essa produção ainda mais relevante e necessária para esse campo de estudo. Torna-se fundamental avaliar a capacidade do Pronatec em promover a capacitação de potenciais futuros trabalhadores para a conquista de um emprego formal e conseqüentemente, a geração de renda, promovendo desenvolvimento econômico aliado à transformação da realidade social.

## 1. A SOCIEDADE DO TRABALHO

Nesta seção, busca-se discutir a importância do trabalho na sociedade contemporânea ocidental, tendo como principal objetivo fundamentar teoricamente a presente pesquisa, sem contudo trazer à tona as incansáveis e profundas discussões sociológicas desse tema já discutido e rediscutido no âmbito acadêmico. Sendo assim, o que se deseja é trazer um contexto da nossa sociedade frente à questão do trabalho remontado além da função social, mas também a sua função econômica e essencial à realização das necessidades dos seres humanos.

### 1.1. O trabalho e sua condição na sociedade moderna

As transformações ocorridas na sociedade com as revoluções industriais<sup>1</sup> e, com início do capitalismo industrial, a partir dos anos de 1760 fizeram vir à tona uma nova condição social, que por razões diretas acabam por também fazer surgir um novo indivíduo na sociedade, em razão de um elemento chamado trabalho. Elemento esse de fundamental importância tanto na formação da condição humana moderna quanto na formação da prática social. Dessa forma, no conjunto das relações sociais, a categoria trabalho assume, de certa forma, uma condição primordial, mas não essencial na construção do homem moderno. Digo primordial, pois como apontam Silva Júnior e Gonzáles (2001, p. 13) “o trabalho funda o mundo dos homens; este é tudo mesmo redutível ao trabalho”, mas que não é a essência do ser humano em sua prática social, pois “a substância social, portanto, não é redutível ao trabalho: se o fosse, talvez pudesse a pedagogia ter no trabalho seu princípio educativo” (SILVA JUNIOR; GONZALES, 2001, p. 13).

Todavia, essa nova condição social trouxe para a sociedade moderna um novo sentido para as relações sociais, onde a questão do trabalho assume uma posição crítica na formação e manutenção da sociedade contemporânea. “Em Marx,

---

<sup>1</sup> A definição do número de revoluções industriais e a sua própria definição não são temas sobre os quais exista concordância. Raymond William (1994, p. 99), numa análise crítica ao próprio conceito de revolução industrial, nos indica que a literatura sobre o tema mormente apresenta-nos uma classificação de três revoluções industriais. Uma primeira que vai de 1760 a 1840, cujo marco identificador é a máquina a vapor. Uma segunda, que vai de 1860 a 1910, cujos marcos básicos são diferentes formas de energia, mormente derivadas do petróleo e da eletricidade. Por fim, a terceira, cujos marcos iniciais se dão na década de 50, com a energia nuclear, microeletrônica e microbiologia. (FRIGOTTO, 1999, p. 100).

o trabalho apresenta-se como elemento central para o entendimento da formação humana em qualquer momento da história da humanidade [...]” (SILVA JUNIOR; GONZÁLEZ, 2001, p. 16). Já Gramsci, associa a atividade laboral à formação do homem, trazendo o trabalho como princípio educativo na construção do ser social. Enquanto na Ontologia de Lukács, onde Marx é resgatado, “o entendimento da socialização do ser humano na sua reprodução particular, que no conjunto realiza a reprodução social, por meio de múltiplos processos mediados, tendo em últimas instâncias, no trabalho, o seu elemento fundante” (SILVA JUNIOR; GONZÁLEZ, 2001, p. 20).

Foi por meio do trabalho que a sociedade moderna, devido ao sistema capitalista, construiu suas bases estruturais tanto na esfera econômica quanto na social. Na esfera econômica, esse modelo se estendeu a praticamente todas as sociedades, onde o acúmulo de capital se fez pela utilização e pela exploração da força de trabalho, como forma de gerar valor econômico na obtenção de lucro. Já no aspecto social, a construção dessa nova condição se fez marcante, uma vez que a relação entre o indivíduo e sua atividade laborativa se funde dentro de um contexto, onde é impossível pensar o homem moderno dissociado da sua condição de trabalho, por mais que essas relações, por muitas vezes, sejam consideradas conflituosas e ainda não tão bem resolvidas.

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha “utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meios para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc. existem objetivamente, independentemente da consciência do homem; e tão somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimentos, podem ser convertidos em coisas úteis. (LUKÁCS apud SILVA JUNIOR; GONZÁLEZ, 2001, p. 69).

Obviamente, a construção desse fenômeno intrincado não se fez da noite para o dia. Por vários séculos, a relação construída do homem com sua força laborativa foi considerada apenas como elemento-chave para a garantia da subsistência, ainda

desvinculado de uma herança onde o trabalho não garantiria apenas o pão nosso de cada dia, mas também asseguraria uma proteção social, e conseqüentemente, uma identidade perante a sociedade, ou seja, fazer parte de um coletivo social. Conforme aponta Castel (2013, p. 593) “foram necessários séculos de sacrifícios, de sofrimentos e de exercícios de coerção para fixar o trabalhador em sua tarefa e nela conservá-lo através de um leque de vantagens “sociais”, que vão qualificar um *status* constitutivo da identidade social”.

Logo, estar fora da condição de trabalhador, seja formal ou informal, é, de alguma forma, estar às margens da sociedade, é estar desprotegido das garantias sociais do Estado, é não ser capaz de se autossustentar, é ter que estar ligado sempre a fontes de amparo e ajuda, sejam elas via Estado, sejam elas da sociedade civil, é estar inserido no que podemos definir como zona de vulnerabilidade social. Contudo, o indivíduo que se coloca fora dessa condição, se exclui também da *práxis* social que o trabalho proporciona.

Além da fundamental importância na formação da sociedade moderna ocidental, o trabalho foi o responsável pela condição de desenvolvimento econômico e social das nações. O caso do fordismo com sua então inovadora forma de produção é um exemplo clássico de como o trabalho contribuiu para que os Estados Unidos se consolidassem como potência econômica mundial. Mais tarde, nos anos 70 do século XX, com a chamada “crise estrutural do capitalismo”, que afetou diretamente diferentes setores da produção industrial e que teve conseqüências avassaladoras na economia mundial, houve um novo arranjo a partir de novas concepções políticas e econômicas. Porém, o trabalho no contexto do desenvolvimento econômico continuou a ser fundamental, mesmo que, de certa forma, sob uma nova reestruturação.

É importante ressaltar que, a mesma força de trabalho responsável pela pujança produtiva foi também uma das responsáveis pela crise do capitalismo, conforme aponta Antunes (1999, p. 29) “queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60 [...]”. Todavia, outros fatores também contribuíram para que, de fato, a chamada “crise estrutural do capitalismo” se instaurasse, conforme aponta Antunes:

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do

neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos ao trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher e Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (1999, p. 31).

Considerando dessa forma, tanto os aspectos sociais quanto os aspectos econômicos no decorrer dos tempos, o trabalho na sociedade moderna passou por um processo de mudança, principalmente marcado pela redução da classe operária tradicional, no caso, a industrial, e em contrapartida, sofreu com o fenômeno da “subproletarização” (ANTUNES, 1999), onde outras formas de trabalho surgiram, tais como o “trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor de serviços, etc.”. (ANTUNES, 1999, p. 209) Todavia, mesmo com esse novo cenário, de forma alguma ele não perde sua centralidade tanto no aspecto econômico quanto no social, ele mantém seu caráter ontológico, e certamente vai continuar assumindo sua condição de elemento substancial conforme aponta Antunes:

As evidências empíricas, presentes em várias pesquisas, não me levaram a concordar com a tese da supressão ou eliminação da classe trabalhadora sob o capitalismo avançado, especialmente quando se constata o alargamento das múltiplas formas precarizadas de trabalho. Isso sem mencionar o fato de que parte substancial da *classe-que-vive-do-trabalho* se encontra fortemente radicada nos países intermediários e industrializados como Brasil, México, Índia, Rússia, China, Coréia, entre tantos outros, onde essa classe desempenha atividades centrais no processo produtivo. (1999, p. 210).

Com esses pressupostos de que, apesar da metamorfose sofrida nos últimos tempos, e que, a partir de novos arranjos técnicos, tendo sua reestruturação sob o ponto de vista da adaptação às condições contemporâneas devido ao cenário conjuntural do capitalismo, que acaba por levar a sociedade do trabalho a uma crise e conforme aponta Frigotto (1999, p. 97) “é que, embora a produção econômica de bens e serviços cresça em pequena monta, os dados evidenciam uma capacidade decrescente do mercado de trabalho para absorver trabalhadores”, o trabalho continua sendo um elemento fundamental tanto na formação e manutenção da sociedade moderna e no desenvolvimento social e econômico do país.

## 1.2. A História do ensino profissional no Brasil

Quando se fala em história da educação de uma forma geral, no Brasil, uma série inesgotável de estudos acadêmicos, publicações, artigos, livros e outros recursos de pesquisa estão disponíveis, tanto em meio físico quanto digital. Porém, quando se parte para um recorte específico, no caso, a educação profissional, é notória a escassez de pesquisadores e principalmente materiais que tragam de fato um retrato nítido e fiel dos desdobramentos desse setor da educação no decorrer dos séculos em nosso país.

Contudo, não podemos deixar de mencionar que a educação profissional nunca chamou a atenção dos historiadores, não por sua relevância, mas sim por ter no Brasil uma conotação de cunho popular. “Esse “espaço vazio” se explica, pelo menos em parte, pelo fato de que os historiadores da educação brasileira se preocupam, principalmente, com ensino que se destina às elites políticas e ao trabalho intelectual, deixando o trabalho manual em segundo plano.” (CUNHA, 2000, p. 1).

Pelo fato do Brasil ter sido colonizado por Portugal e haja visto que na época, nos países da região Ibérica, o trabalho físico era considerado uma desvalorização para o homem em razão da exploração escrava para o exercício das atividades manuais, acabamos por também herdar esse estigma, que ecoou pelos séculos seguintes e afetou diretamente no que hoje denominamos de educação profissional.

Um homem dessa importância, uma criatura assim perfeita, não trabalharia nem por todos os tesouros do mundo, e jamais se arriscaria, por uma vil e mecânica indústria, a comprometer a honra e dignidade de sua pele. Pois se deve saber que, quando alguém tem algum mérito na Espanha, como, por exemplo, quando pode acrescentar às qualidades de que já falei a de ser dono de uma espada longa, ou a de ter aprendido com o pai a arranhar um violão desafinado para de trabalhar: sua honra exige o repouso de seus membros. Quem fica sentado dez horas por dia, alcança assim, metade a mais de consideração do que alguém que passa apenas cinco horas sentado, porque nas cadeiras que se adquire nobreza. (MONTESQUIEU, 1991, p. 135-136 apud CUNHA, 2000a, p. 13).

O início da educação profissional no Brasil obviamente se dá com a chegada dos portugueses no século XVI ao território que mais tarde se chamaria de Brasil. Mesmo que de forma incipiente, um processo de exploração e colonização do território se inicia.

A coroa portuguesa, como forma de garantir a posse do território para si, inicia um processo de alocação de terras e atribuição de tarefas aos colonizadores, o modelo exploratório já era conhecido e desenvolvido em outros territórios invadidos, a produção do açúcar.

Esse modelo era extremamente rentável e de fácil reprodução, a coroa cedia terras para quem se responsabilizasse pela produção do açúcar, concentrada nos chamados engenhos de açúcar.

Esse é considerado o marco inicial na exploração de escravos no Brasil, pois os engenhos necessitavam de mão de obra para trabalhar nos engenhos. Assim, essa demanda foi suprida, principalmente, pela força de trabalho de escravos advindos de países africanos colonizados por Portugal.

Algum tempo depois conforme relato:

Mais tarde, em volta dos pontos de fixação dos colonizadores agruparam-se pequenos sítios, formando conjuntos, onde se tornava necessária a existência de uma autoridade que se fizesse de todos respeitada. O núcleo mais rico e importante era de onde irradiava o poder e a justiça. Seu proprietário, verdadeiro patriarca, agia como chefe incontestado de toda a região. A autoridade que dele emanava era absoluta, e seu poder, ilimitado. Com o correr do tempo, a família que o cercava, quase sempre numerosíssima, passava a constituir a camada mais alta da sociedade rural que se formava. Logo abaixo dela, vinham os artífices, mecânicos e tecelões, que formavam uma classe intermediária, à qual se seguiam, no degrau mais baixo, os índios, e, mais tarde, os escravos negros. (FONSECA, 1986, v. 1, p. 13).

Os artífices fazendo uso de seu conhecimento ou de suas habilidades manuais figuravam com destaque na sociedade local, visto que, as fazendas para serem autossuficientes, dependiam diretamente de suas atividades, destacando-se os oleiros, ferreiros, sapateiros e carpinteiros. A relação estabelecida entre as fazendas e os artífices era a seguinte: eles dependiam das poucas e caras ferramentas da colônia e a colônia dependia de suas habilidades.

E no andar de baixo, na hierarquia local se encontravam os escravos com sua força de trabalho, conforme Fonseca (1986, v. 1, p. 15): “A fazenda, naquela época, era um centro de produção e um centro de consumo. Por isso, os elementos que produziam os artigos que os escravos não podiam fazer, gozavam de certa consideração.”

Embora em situações extremamente distintas, os artifices e os escravos, mais tarde, iriam se constituir na força de trabalho, o que acaba por resultar, naturalmente, na gênese do ensino profissionalizante no Brasil.

À princípio, a preparação de novos artifices era controlada pelos chamados mestres de ofício, sem tempo definido de aprendizagem e com uma sequência lógica de aprendizado, onde o aprendiz partia da tarefa mais fácil e aos poucos ia adquirindo o conhecimento necessário para a execução de tarefas de maior dificuldade.

Com o aumento da produção de açúcar, aumenta a demanda de mão de obra, e conseqüentemente, de artifices, e é nesse espaço de tempo, que vai ocorrer um choque na sociedade local. Com o aumento da riqueza dos fazendeiros, ocorre um distanciamento da elite com classe dos artifices, esses então perdem sua sombra e proteção.

Havia dois tipos de engenhos. Os engenhos reais eram dotados de oficinas, 'completas e perfeitas', muitos escravos e canaviais próprios, utilizando força hidráulica para suas moendas. Os engenhos inferiores eram menos providos e aparelhados, utilizando força animal para acionar as moendas. Os lavradores eram homens livres, possuidores de capital em quantidade insuficiente para instalarem seu próprio engenho e, por isso, arrendavam terra do senhor do engenho, e a cana que plantavam ficava obrigada 'à moenda' deste mesmo, dividindo-se o açúcar produzido de modo a cobrir o aluguel da terra e os serviços de fabricação. (CUNHA, 2000a, p. 31).

Tão logo, por impulsão da demanda por mão de obra, o rudimentar ensino de ofícios passa a ser ofertado também para os escravos, o que acaba por resultar no desinteresse dos homens livres em relação às atividades artesãs, pois eles não queriam ser confundidos com a mão de obra escrava.

Como resultado dessa negação e segregação, o trabalho dos artesãos e artifices passam a ser visto como uma atividade marginalizada, e é a partir do rompimento estrutural de um modelo secular, no caso as corporações de ofício, que a versão nacionalizada se reproduz, tomando forma própria e se adequando frente as necessidades do contingente local de mão de obra.

Com o decorrer do tempo, todo o processo de formação de artifices e aprendizes começa a ser regulamentado, o que não significa dizer que as ações executadas com o foco sobre a formação de mão de obra foram eficazes. Todavia com essa regulamentação, é possível dizer que os desdobramentos locais ocorridos na maturação de uma educação profissional fizeram com que esse tipo de ensino

tivesse em sua gênese um caráter muito mais assistencialista, ou seja uma educação voltada para os escravos, marginalizados e desvalidos da sorte.

Não se pode negar que a mão de obra escrava foi a grande força motora do período colonial. As questões culturais, econômicas e sociais da época não tornaram sua obra e seu esforço em um trabalho digno. A eles, era oferecida uma educação jesuítica voltada apenas aos propósitos dos senhores do engenho. Para os desafortunados, a educação era norteadada para o trabalho físico e manual, enquanto que para os filhos dos colonos, a educação tendia para a formação humanística e intelectual. Essa segregação reforçou ainda mais um modelo que desprezaria o trabalho artesanal e físico.

As relações de produção com os escravos colocaram ao segundo plano a força de trabalho livre. Aos escravos, muitas atribuições foram conferidas, afinal de contas, era uma mão de obra gratuita. A chamada “força livre de trabalho” era bem escassa, eles se negavam a prestar serviço por preços insignificantes em decorrência da desvalorização do trabalho manual ou físico ofertado pelo escravo. Com esse cenário desfavorável, poucos estrangeiros eram atraídos ao território nacional.

O trabalho manual passava, então, a ser coisa de escravos ou da repartição de negros e, por uma inversão ideológica, os ofícios mecânicos passavam a ser desprezados, como se houvesse algo de essencialmente aviltante no trabalho manual, quando a exploração do escravo é que o era. (CUNHA, 2000a, p. 16).

Durante certa fase do período colonial a aprendizagem profissional foi realizada nas corporações de ofício, um modelo já conhecido e difundido pelos colonizadores da época. Essas corporações nasceram na Idade Média à partir do século XII com o intuito de regularizar o processo de produção artesanal nas cidades.

Entende-se por corporação de ofício as guildas (associações) de pessoas qualificadas para trabalhar numa determinada função, que se uniam em corporações, a fim de se defenderem e de negociarem suas mercadorias de forma mais eficiente.

Segundo o regimento, uma pessoa só poderia trabalhar em determinado ofício se fosse membro de uma corporação. Em caso de desobediência a pessoa poderia ser até expulsa da cidade.

A corporação agrupava um determinado ramo de trabalho, por essa razão o nome corporação de ofício. Nas cidades haviam várias corporações, dentre as

principais, os artesões, tecelões, ferreiros, carpinteiros, comerciantes, curtidores, ferreiros , entre outros.

Essas corporações eram formadas por mestres, oficiais e aprendizes. O mestre era o senhor da oficina, o detentor do conhecimento e das ferramentas, os oficiais eram os profissionais em si, aquele que sabiam executar as atividades, eles também auxiliavam o mestre na formação dos aprendizes. Os aprendizes em geral moravam com o mestre e não recebiam salário e quase que de costume tinham laços parentais com ele, o mestre era o responsável pelas provisões e sustento de seus aprendizes. Para evitar o trabalho gratuito e também para tornar a aprendizagem mais eficiente, cada mestre poderia ter apenas um único aprendiz (FONSECA, 1986).

As corporações determinavam produção, lucro, quantidade, preços, o sistema de aprendizado e a organização do trabalho. Elas também estabeleciam regras para o ingresso de aprendizes e da qualidade do produto. Um artesão, por exemplo, nunca poderia utilizar uma matéria prima de qualidade inferior ao de um colega, ou praticar um preço inferior de seu concorrente.

Em geral, o aprendizado durava cerca de 4 anos, quando considerado apto a exercer o ofício o aprendiz recebia o certificado de saída, o que o habilitava a ser um oficial, contudo ainda continuava a morar com o mestre, porém agora passava a receber um salário. Nessa altura, o sonho de cada oficial era se tornar mestre e para tanto deveria cumprir uma série de condições especiais para só então prestar as provas para o almejado título (FONSECA, 1986).

O modelo vindo da Europa tomou formas próprias no Brasil como, por exemplo, a predominância escrava na execução das tarefas, a indústria caseira, a escassez de artífices livres e a estrutura do comércio local.

O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos a se diferenciar dos escravos, o que era da maior importância diante dos senhores/empregadores, que viam todos os trabalhadores como coisa sua. Por isso, entre outras razões, as corporações de ofícios (irmandades ou bandeiras) não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento de outros países. (CUNHA, 2000a, p. 16).

Conforme Fonseca relata, esse sistema não tem uma data de início definido no país, porém se levar em conta que os hábitos e a cultura social da colônia deveriam organizar-se de acordo com a metrópole, logo, chega-se à conclusão que esse

modelo desde sempre foi o utilizado pelos imigrantes. Para ter um referencial de tempo, Fonseca (1986, v. 1, p. 45) relata que:

Filipe I, pela Lei de 5 de junho de 1595, reconhecendo haver muitos atos dispersos, mandara fazer uma nova compilação das Ordenações d'El Rei D. Manuel e da legislação posterior, o que acabou sendo organizado e posto em vigor pela Lei de 11 de janeiro de 1603, sob o título: Ordenações compiladas por determinação d'El Rei D. Filipe I. (FONSECA, 1986, v.1, p.45)

Esse documento continha a regulação dos ofícios com o objetivo de impor taxas aos oficiais. Já a data de sua abolição é conhecida e veio junto com a Constituição, outorgada em 1824.

Um fato interessante que expressa bem a formação e o pensamento da sociedade brasileira em relação ao trabalho manufatureiro é relatado por Fonseca:

Desde que as populações se adensavam, formando núcleos numerosos, e passavam a construir cidades, iam tratando as autoridades de proceder às eleições para os cargos das Câmaras, feitas anualmente, e às quais só podiam concorrer os "homens bons", os mais respeitáveis da vila, não sendo incluídos naquela categoria: os operários, os mecânicos, os degradados, os judeus e os estrangeiros. ( FONSECA, 1986, v. 1, p. 47).

Alguns ofícios não eram confiados aos escravos, pois convinha aos artesãos da época, que dificultavam o ensino, baixando normas extremamente rigorosas como, por exemplo, a proibição de negros, mulatos, mouros e judeus, considerados de características étnicas inferiores.

Uma prova dessa segregação é descrita por Cunha (2000a, p. 17) em sua obra "O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata" onde diz que:

O compromisso de 1752 da Irmandade de São José (de pedreiros e carpinteiros) do Rio de Janeiro, além de proibir sua entrada, dizia: Todo irmão em que se notar raça de mulato, mouro e judeu será expulso da irmandade sem remissão. O mesmo se estenderá de suas mulheres, tendo qualquer das sobreditas faltas. (CUNHA, 2000a, p.17)

Conforme Cunha: "A questão da proibição de incorporação e organização nos ofícios perdeu força com o passar do tempo, mas o mulato tinha que pagar uma esmola especial para ser aceito na Irmandade." (CUNHA, 2000a, p. 18).

Com a grande corrida do ouro em 1693, a estrutura econômica voltada ao engenho se abalou, plantações de cana, de algodão e cacau foram aos poucos se tornando menos atraentes aos senhores do engenho, que também foram em busca de fortuna fácil e rápida, levando consigo seus escravos. Vários engenhos encerraram sua produção. Para impedir o êxodo dos artífices das cidades, o governador da Capitania recebe um parecer solicitando todo o cuidado para não conceder licenças a tais profissionais para irem ao encontro do eldorado.

Com essa nova demanda, surge o ensino voltado para o serviço nas Casas de Fundação de ouro e na Casa da Moeda, com uma grande diferença: esses aprendizes eram brancos e, de preferência, filhos dos empregados dessas organizações.

A expansão da agroindústria açucareira e a intensificação da atividade extrativa de minérios de Minas Gerais durante os primeiros séculos de colonização geraram núcleos urbanos que abrigavam a burocracia do Estado metropolitano e as atividades de comércio e serviços. Essa população urbana criou um mercado consumidor para os mais diversos produtos artesanais e utensílios domésticos, o que gerou a necessidade do trabalho especializado dos diversos artesãos: sapateiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros e outros. Também sediados nos núcleos urbanos mais importantes estavam os colégios religiosos, em particular os dos jesuítas, com seus quadros próprios de artesãos para as atividades internas de construção, manutenção e prestação de serviços variados. (CUNHA, 2000a, p. 27).

O alvará de 5 de janeiro de 1785 dá um duro golpe no ensino de profissões, afinal de contas, a demanda por atividades industriais eram as que mais ocupavam os artífices. Segue abaixo trecho do referido alvará:

O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produções de terra. Os seus habitantes têm por meio de cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mas ainda muitos artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação. Ora, se a estas incontestáveis vantagens reunirem as da indústria e das artes para o vestuário, luxo e outras comodidades, ficarão os mesmos habitantes totalmente independentes da metrópole. É, por conseguinte, de absoluta necessidade acabar com todas as fábricas e manufaturas no Brasil. (FONSECA, 1986, v. 1, p. 100).

Em função disso, todas as fábricas com exceção das fazendas grossas de algodão, responsáveis por vestir os negros e para enfardar e empacotar as fazendas, são fechadas e proibidas de funcionarem.

Com a chegada da corte portuguesa no ano de 1807, o cenário econômico e político no país tende a mudar. Seria necessário, e às pressas, a formação de profissionais para atenderem as futuras demandas. Dessa forma, em janeiro de 1808, D. João VI abre os portos do território para a entrada do comércio estrangeiro e não muito distante, mais precisamente no dia 1º de Abril do mesmo ano, permite a instalação de fábricas no Brasil.

Segundo Manfredi (2002), a economia brasileira deixou de basear-se somente na agroindústria, iniciando o desenvolvimento de atividades e procedimentos industriais para subsidiar o comércio que interessava à metrópole.

O primeiro centro voltado para o ensino de profissão (atendia a educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal) é datado do ano de 1809 e conhecido pelo nome de Colégio das Fábricas. Fonseca (1986, v. 1, p. 102) transcreve o Decreto de 23 de Março de 1809:

Atendendo a acharem-se trabalhando e aprendendo à custa da minha Real Fazenda na Casa denominada Collegio das Fabricas, debaixo da direção de Sebastião Fabregas Surigué, meu Criado, vários artifices, manufactureiros, aprendizes vindos de Portugal, e isso em virtude das providências que fui servido dar para a sua subsistência em utilidade do comércio e indústria, que pelo meu Alvará de 1º de Abril do ano próximo passado de 1808 fui servido promover no Brazil: e tendo consideração ao arranjamento e economia, com que o sobredito Sebastião Fabregas tem promovido o trabalho dos officiaes no dito Collegio, ou Casa do antigo Guindaste, já estabelecidas: hei por bem que pelo meu Real Erario, na forma até agora praticada, em observância das minhas Reaes Ordens, se continuem a pagar as folhas dos jornaleiros ali empregados, e as despezas dos reparos da Casa do sobredito Collegio, sendo primeiro assignadas pelo sobredito Director que vencerá 600\$000 por anno pagos aos quartéis pela folha respectiva debaixo da Inspeção do meu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Brazil: o qual nomeará para a contabilidade e expedição deste Estabelecimento os officiaes que julgar necessários: os quaes serão pagos pelo produto de venda dos gêneros ali fabricados, que será recolhida ao competente cofre debaixo da fiscalização determinada para todos os objetos da arrecadação, e distribuição de minha Real Fazenda. O conde de Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do meu Real Erario o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessários, sem embargo de quaisquer leis, regimento e disposições em contrário. Palácio do Rio de Janeiro, 23 de Março de 1809. Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor.

Após a criação do Colégio das Fábricas, a coroa notabilizando a grande escassez de mão de obra especializada em suas forças de proteção, imediatamente manda organizar uma Companhia de Artífices, sendo organizada perfeitamente aos moldes de uma organização militar, como se fosse uma tropa comum. Segundo Fonseca (1986), os mestres equivaliam a sargentos e os contramestres a cabo de esquadra. Essa companhia mais tarde se desenvolveria no Arsenal de Guerra, do Rio de Janeiro.

Para suprir o exército com espingardas, em 1810, uma fábrica de armas é erguida na Capitania de Minas, talvez a primeira “indústria” do solo mineiro. Marco importante do ponto de vista histórico do ensino profissional, pois, com o aumento da demanda de produção, era necessário formar e qualificar pessoas para executarem as tarefas. Conforme Fonseca, a mando de D. João VI, são instaladas algumas “escolas” de formação em Vila Rica para suprir a demanda de serralheiros, oficiais de lima e espingardeiros.

O governo comandado pelo Príncipe Regente dava demonstrações de querer preparar artífices em várias atividades de demanda imediata, porém sempre levando em consideração a exploração e conveniência política, conforme relata Fonseca:

[...] a 8 de junho daquele ano de 1812, estabelecia que os dois mestres que viriam de Portugal para a Fábrica de Lapidação de Diamantes, criada por aquele mesmo ato, teriam por obrigação tomar dois aprendizes e ensinar-lhes o ofício, transformando-os em oficiais, no máximo em um espaço de tempo igual a seis anos. (FONSECA, 1986, v. 1, p. 109).

Era necessário formar pessoas para exercerem funções de relativa importância na administração do Estado e no Exército. Por essa razão, as primeiras instituições públicas foram as de ensino superior, datadas conforme descreve Cunha (2000): Academia da Marinha e Cadeiras de Anatomia e Cirurgia no Rio de Janeiro (1808); Cadeiras de Cirurgia e de Economia Política na Bahia (1808); Matemática Superior em Recife (1809); Academia Real Militar no Rio de Janeiro (1810); Curso de Agricultura na Bahia (1812); Curso de Agricultura no Rio de Janeiro (1814); Curso de Química na Bahia (1817); Cadeiras de História e de Desenho em Vila Rica (1817); Curso de Desenho Técnico no Rio de Janeiro (1818) e Academia de Arte no Rio de Janeiro (1820).

O fim desse período histórico culmina em 1822 com a Proclamação da Independência, e a constituição do Império do Brasil. As ofertas de trabalho só iriam aumentar, era necessário criar modelos ou sistemas eficazes, capazes de garantir a transferência do aprender a fazer, porém, a herança da divisão social do trabalho fruto desses tipos de “meio de produção” já estava enraizada e a associação já estava pronta. O próprio Estado, através da criação dos institutos de cursos superiores, sinalizava que o planejamento educacional foi realizado para suprir as necessidades da elite, deixando a grande massa aquém do processo de desenvolvimento social.

Já no período do Império, muitos desafios na área da educação estavam por vir, sob as ideias liberais há muito tempo infiltradas no país, a educação antes vista como um dever do súdito, passa a ser compreendida com um dever do Estado com seus cidadãos. Em meio à toda essa mudança, uma preocupação era certa, a criação das universidades, conforme relata Peres (2010, p. 49): “Encarregada da elaboração dessa ‘legislação particular’<sup>2</sup>, a Comissão de Instrução Pública da Assembleia apresentou dois projetos de lei: Tratado de Educação para Mocidade Brasileira e Criação de Universidades.”

Com o projeto Constitucional de 1823, ficou estabelecido que haveria escolas primárias em cada termo, escolas ginasiais em todas as comarcas e universidades em alguns locais mais apropriados. Conforme aponta Peres, o artigo 254 afirma claramente a divisão social, racial e política:

De acordo com o projeto constitucional de 1823, para os brancos ou supostamente brancos, haveria educação escolar formal, conforme dispostos no Art. 250. Para os índios, haveria catequese e civilização e, para os negros, emancipados lentamente, haveria educação religiosa e industrial. (2010, p. 51).

Efetivamente segundo Nascimento:

[...] o primeiro passo do ensino profissional no Brasil, fora do ambiente militar, foi dado com a criação, no período de 1840 a 1865, e, portanto, ainda na vigência do regime escravista, das “casas de educandos de artífices”, as quais tinham função de cuidar da formação de operários livres em diferentes ofícios. (2007, p. 66).

---

<sup>2</sup> Pedido realizado por D. Predo I, na assembleia de 03 de maio de 1823, solicitando uma legislação para apoiar seus estudos públicos referentes à educação.

O método de ensino utilizado no início desse período ainda é o mesmo do período colonial, mais conhecido como “aprendizagem medieval”, onde a relação “pedagógica” é baseada no aprendiz junto à um mestre de ofício. Esse sistema de aprendizagem tinha como ponto chave a disciplina e a obediência, e o aprendiz deveria, além da profissão, desenvolver bons hábitos. “Nesse processo educativo, os internos frequentemente estavam sujeitos a penas disciplinares de privação de liberdade e, até mesmo, de castigos corporais.” (NASCIMENTO, 2007, p. 71).

Essas casas de educandos artífices eram basicamente abastecidas por crianças e jovens em estado de marginalidade social, conforme Manfredi (2002), eles recebiam instruções no âmbito da leitura, da escrita, da geometria, da matemática e outros mais. Os ofícios ensinados eram o de tipografia, encadernação, alfaiataria, tecelagem, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, trabalhos com couro e sapataria.

Depois de formado, o ex - aprendiz ficava aproximadamente mais três anos nas oficinas, com o objetivo de pagar sua formação e formar um pecúlio, que era lhe entregue ao fim desse período obrigatório, sendo que, os que terminavam, estavam livres para escolherem para quem e onde trabalhar.

Quando era necessário um grande contingente de trabalhadores para atuar em grandes empreendimentos, de imediato, era constatado que não havia, logo o Estado compulsoriamente “selecionava” e direcionava esses operários. A seleção se dava da seguinte forma, conforme relato de Nascimento (2007, p. 65): “[...] a ação do Estado não atingia a qualquer homem livre, mas essencialmente aqueles que, social e politicamente, não estavam em condições de opor a qualquer tipo de resistência [...]”

Ainda segundo Nascimento (2007, p. 65): “Procedia-se a prisão de ‘miseráveis e desvalidos de fortunas’, como se denominava, então, esses infelizes, para preenchimento das necessidades de pessoal dessas organizações.” Dentro dessa perspectiva, a educação profissional tem em sua condição a de servir apenas como castigo para as pessoas consideradas indignas.

Uma linha paralela de formação profissional se inicia: enquanto as instituições do governo buscam formação compulsória para a o setor de manufatura a partir dos desvalidos da sorte, a iniciativa particular é norteadada para o aperfeiçoamento dos trabalhadores livres, que quisessem buscar uma profissão, oferecidos por sociedades e confrarias, surgindo, dessa forma, os liceus de artes e ofícios.

Essas instituições concebidas pela sociedade civil eram fomentadas basicamente por doações de benfeitores, por quotas de sócios e por auxílio do governo. Sua administração ficava a cargo desses benfeitores, fazendeiros, nobres e comerciantes. É importante ressaltar que muitos liceus difundiam o ensino primário aos seus estudantes. Seu currículo era dividido em dois grupos, o de ciências aplicadas e o de arte, e seu acesso era livre, com exceção para os escravos.

Segundo Manfredi (2002), entre 1858 e 1886, foram criados liceus de artes e ofícios nos seguintes centros urbanos: Rio de Janeiro em 1858; Salvador em 1872; Recife em 1880; São Paulo em 1882; Maceió em 1884 e Ouro Preto em 1886.

Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; outra dizia respeito à educação como um veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza. (MANFREDI, 2002, p. 78).

Começam a surgir no Império pessoas que ideologicamente não apoiavam esse cenário, a figura de Manoel Araújo Porto Alegre tem seu destaque: ele lutara, conforme relata Fonseca, para que o ensino de ofícios não levasse em conta a classe social. Podemos também citar Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Tarquínio de Sousa e outros como contempladores desse ideário.

No parecer de 13 de Abril de 1882, Rui Barbosa reconhece a importância do ensino profissional e adverte quanto à sua desqualificação perante a sociedade: “O meu asserto está em que erramos, desconhecendo-a, e erram ainda os que a olham como menos valiosa do que a educação clássica [...]” (FONSECA, 1986, v. 1, p. 156).

Segundo Fonseca (1986, v. 1, p. 159), Joaquim Nabuco, o grande tribuno, escreve em “O País” em 1887:

A atual educação incute no próprio filho do operário desprezo pela profissão do pai, pela classe a que ele pertence. Uma sociedade onde os filhos têm vergonha do ofício decente, graças ao qual o pai pôde educá-los, precisa de alguma reforma social. (FONSECA, 1986, v.1, p.159)

Desde sempre, o ensino de uma profissão foi ligado com as camadas mais baixas da população, em primeiro momento aos índios, depois aos escravos e por fim, aos órfãos e aos mendigos. Não mudando muita coisa em relação ao período colonial, de fato, alguns avanços aconteceram nas políticas públicas, como por exemplo, o fim do regime de aprendizagem por mestres de ofício. Porém, a ideologia da época queria dispor de mecanismos disciplinadores da parcela popular, fortalecendo novamente a ideia de uma educação profissional voltada ao assistencialismo.

Dois grandes acontecimentos históricos mudariam, ao menos em parte, o desenvolvimento da formação cultural do Brasil. O primeiro foi a abolição do regime de trabalho escravo, e o segundo, o fim do sistema monarquista. Mudanças estavam a caminho, a sociedade nacional baseada na cultura aristocrática cederia lugar à democracia. A educação formal, antes voltada apenas para a elite, teria que se adequar ao novo cenário político.

O império havia criado uma enorme separação de classe, uma enorme massa de pessoas analfabetas realizando atividades pesadas e trabalhos humildes, e do outro lado, uma seleta minoria de indivíduos altamente instruídos e gozando de vida intelectual plena.

A República promulgada em 15 de novembro de 1889 teria como desafio desestigmatizar o conceito antidemocrático do ensino profissional, mesmo que no novo regime, a herança ideológica ainda persista, e de certa forma, o faz, alçando o ensino profissional em termos de igualdade com os demais, reconhecendo seu valor social e econômico.

Já no período da República, a onda positivista vivida no início do século XIX influenciou nas mudanças da política local. Apesar do anseio dos simpatizantes pelo movimento pró-ensino profissional, muitas indecisões e dúvidas cercavam os debates, o conceito do ensino de profissões estava vago, era necessário um esforço técnico e ideológico maior para caracterizá-lo, obrigando o Governo Federal a intervir, resultando no mais efetivo marco histórico do ensino profissional. O Governo, através da proposição de 1906, habilita com recursos financeiros, a iniciar as escolas profissionais de âmbito federal (FONSECA, 1986).

Essa medida, apesar de clara, efetivamente não tinha nenhuma ação propriamente dita, pois a federação não poderia instalar nem intervir na educação dos estados, e nesse momento, o ensino profissional já havia sido, pelo menos em tese, equiparado ao ensino elementar.

A proposta da União foi a de promover o ensino prático industrial, agrícola e comercial nos estados, sendo que um terço das despesas decorrentes seriam custeadas pela federação.

Assumindo a Presidência da República em 15 de novembro de 1906, Afonso Pena disse em seu manifesto que a criação e multiplicação de institutos técnicos poderiam contribuir para o progresso da indústria (FONSECA, 1986). Efetivamente bons ventos estavam por vir, o progresso batendo às portas e a economia crescente seriam responsáveis por uma, ainda inédita, onda industrial no país, a formação de mão de obra era necessária. Segundo Fonseca, de 1889 até 1909 foram fundados 3362 estabelecimentos industriais. Para se fazer uma comparação, no ano da Proclamação da República haviam 636. A quantidade de operários também crescera, saltando de 24.369 em 1889 para 34.362 em 1909.

A essa altura, as atividades demandadas já eram mais complexas, necessitando de conhecimentos mais especializados, a procura por mão de obra não cessava, a sociedade em desenvolvimento clamava por um ensino profissional formalizado e sistematizado.

Com o falecimento do então presidente, em 14 de junho de 1909, assume Nilo Peçanha, que tempos antes havia governado o estado do Rio de Janeiro e lá criado quatro escolas técnicas.

Para o progresso do ensino profissional, Nilo Peçanha foi fundamental, tanto, que é cognominado “fundador do ensino profissional no Brasil”.

Peçanha, com sua visão estadista e ciente das necessidades nacionais, assina o decreto nº 7566 de 23 de Setembro de 1909, criando nas capitais dos Estados escolas profissionalizantes, sendo efetivamente o marco oficial da ação no campo do ensino profissional.

As escolas técnicas se dividiam em: Escola de Aprendizes Artífices; Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais; Centro Federal de Educação Tecnológica; Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Mesmo com o avanço obtido, o cunho assistencialista do ensino profissional ainda continua sendo propagado, conforme destaca Fonseca:

[...] não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime. (1986, v. 1, p. 177).

Em 1910, com a saída de Nilo Peçanha, entra o Marechal Hermes da Fonseca na Presidência da República. Seu legado na educação profissional foi deixar, em pleno funcionamento, 19 escolas mantidas pelo governo, uma por estado, com exceção do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul.

Segundo Fonseca (1986), ao fim do governo Peçanha, os números de matrículas eram 2118, porém, efetivamente frequentando, eram 1248. Um número expressivo e animador, dado ao geral desentendimento referente a tal ensino.

Com a mudança de governo, alguns passos são dados, como por exemplo, a criação de uma escola no Distrito Federal, que de fato nunca aconteceu; o tempo de aprendizagem fora fixado em quatro anos; o ano escolar obrigatório de dez meses; o trabalho em oficina não poderia exceder quatro horas por dia; e o pagamento de diárias aos alunos (FONSECA, 1986).

Algumas regulamentações relativas à higiene foram aplicadas às escolas profissionais, como por exemplo, as escolas deveriam ter água potável, ventilação e arejamento das oficinas, iluminação solar e etc., o que apenas nos demonstra o quanto esses ambientes eram precários.

Com nova troca presidencial em 1914, o Brasil conta com novo comando, Venceslau Brás Pereira Gomes.

Por consequência da Primeira Guerra Mundial, o país passa por um processo de dificuldades financeiras. As exportações de café, base da economia, caem vertiginosamente. Na época, o país importava basicamente todos os produtos necessários, com a dificuldade devido à grande guerra, os brasileiros são forçados a iniciarem a produção industrial de artigos de necessidade básica. Seria o primeiro surto industrial no país e por toda parte surgiam novas fábricas e indústrias, localizadas principalmente nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Segundo Fonseca:

Entre 1915 e 1919 surgiram 5936 novas empresas industriais. Naqueles cinco, fizera-se quase tanto quanto nos vinte e quatro primeiros anos da República, período em que se fundaram 6946 estabelecimentos industriais em todo o Brasil. (1986, v. 1, p. 190).

Com o aumento das indústrias, seriam necessários mais operários e conseqüentemente, maior demanda de ensino profissional.

Um problema grave acontecia na época, a falta de professores e mestres. Havia uma carência muito grande, tanto no Distrito Federal quanto nos estados, de profissionais capacitados e competentes para exercer a função de professor e mestre, tanto que, era permitida a contratação de estrangeiros habilitados para suprir essa necessidade. Como premissa de formar tais profissionais, em 11 de Agosto de 1917, é fundada a Escola Norma de Artes e Ofícios Venceslau Brás no Distrito Federal. Logo essa instituição é alçada para formação profissional não somente para o Distrito Federal, mas sim para todos os estados. Nesse momento, a escola que estava sob a tutela do município passa a ser da União, sendo vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Em 1920, é nomeada uma comissão de técnicos especializados para saírem a campo, de modo a examinar e propor mudanças em busca de maior eficiência.

Essa comissão, conhecida como Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico, era composta por administradores e mestres do então Instituto Parobé, instituição responsável pelos melhores índices de formação profissional na época.

O Instituto Parobé não era ligado à União, era uma instituição a princípio autônoma, ligada à escola de Engenharia de Porto Alegre, atendia menores carentes e operários no regime de internato, ensinava carpintaria, mecânica, artes gráficas, dentre as mais importantes. Mais tarde, quando é incorporada pelo estado do Rio Grande do Sul, incorpora o título de escola técnica ao seu nome.

Essa comissão, chefiada pelo então João Lüderitz, que à época era o diretor do Instituto Parobé, saíria a campo para diagnosticar o atual sistema de ensino profissional. Ficou a cargo dessa comissão, a responsabilidade de providenciar a formação de cadernos e livros impressos, pois não havia livros técnicos em português.

Como resultado de algumas observações e pelo aceite final do Governo Federal, o ensino passa a ser de seis anos, sendo os três primeiros destinados à alfabetização e os três finais, para formação profissional. Porém, em 1932, é proposto um projeto de regulamentação do Ensino Profissional Técnico, onde várias mudanças são sugeridas, como por exemplo, a industrialização das escolas, inclusão de mulheres, nova base para formação de professores e mestres e a criação de uma estrutura para uniformização e inspeção das escolas, porém, esse projeto nunca fora aprovado. Todavia, em 13 de Novembro 1926, é introduzida a industrialização no ensino profissional. Com isso, as escolas poderiam passar a receber encomendas,

desde que a matéria-prima fosse fornecida pelo cliente, tendo apenas que pagar pela mão de obra e custos do processo, a escola poderia ter lucro e o aluno receberia também pelo seu trabalho.

Nesse período, a educação profissional provocou na política nacional uma série de debates, tanto que em 22 de agosto de 1927, entra em vigor o Decreto 5.241, que diz que o ensino profissional será obrigatório em todas as escolas primárias mantidas pela União e mais outros seis artigos referentes ao tema da habilitação profissional. A chamada “Lei Fidélis Reis”, mesmo decretada e sancionada pelo Presidente da República, nunca aconteceu, pois não havia recursos disponíveis para executá-la (FONSECA, 1986).

Na obra “O Ensino Industrial no Brasil”, Fonseca, através de seu rico e meticuloso texto, relata que, por diversas vezes, legisladores criaram, modificaram, ratificaram e vetaram muitas propostas referentes ao ensino profissional. As contribuições desses parlamentares sempre foram em busca da sistematização, validação e socialização dessa ferramenta poderosa chamada “mão de obra”. Boas propostas até foram bem vindas, porém, não houve resultado algum, pois nem chegaram a sair do papel.

Desde aquela época, já era apontada a real necessidade para a expansão da educação profissional para os mais diversos locais da república, era necessário qualificar o operário, tal qual também era necessário formar professores e mestres. Porém, a realização efetiva dos planos traçados e acordados nas assembleias se esbarrava na questão financeira: muitos projetos, apesar de terem sido aprovados em assembleia, sequer foram iniciados. A União não tinha condições alguma em suprir essa demanda, os recursos eram poucos e escassos, o ensino profissional, reconhecidamente atraía pouca gente, ainda era tratado como assistencialista, sua qualidade era duvidosa e até seu conceito como educação ainda estava indefinido.

Com o fim da República Velha<sup>3</sup>, o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas instala o Ministério da Educação e Saúde Pública, englobando toda a estrutura federal de ensino do país, incluindo as Escolas de Aprendizizes Artífices.

As transformações políticas, sociais e econômicas da década de 1930, culminaram com mudanças no setor da educação profissional. A partir dessa nova ordem, toda sua estrutura migra do Ministério da Agricultura para o da Educação, e

---

<sup>3</sup> Período situado entre 1889 e 1930.

qualquer escola profissional que apresentasse as exigências mínimas poderia ser reconhecida e oficializada pelo governo.

Segundo Manfredi (2002), os anos 30 propiciaram iniciativas mistas, entre a esfera privada e estatal. A primeira foi a Escola Profissional Mecânica, administrada por companhias ferroviárias com recursos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Um modelo complexo, porém, eficaz, onde as companhias financiavam de acordo com o número de empregados. Mais tarde, esse sistema de financiamento seria absorvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Surgiam também, organizados por sindicatos, que na época eram conhecidos por “união”, alguns cursos profissionais, como por exemplo, o de corte e costura, ministrado pela União dos Alfaiates e cursos práticos de línguas e contabilidade, ministrado pela Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo.

Gustavo Capanema, então Ministro da Educação e Saúde Pública, realizou grandes mudanças no ensino educacional com enfoque no ensino secundário e universitário, resultando na criação da Universidade do Brasil, hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ele entendia que a educação é um serviço essencial que a Nação deve prestar ao seu cidadão.

Até então, o ensino profissional não era uniforme em todo o país, o governo apenas o regulamentara nas escolas federais. Os institutos municipais, estaduais e particulares regiam suas próprias normas.

As Leis Orgânicas de Capanema estabeleceram várias mudanças no ensino do Brasil, conforme relata Palma Filho (2010, p. 95):

A partir do ano de 1942, o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, dá início à publicação de vários decretos-lei. Quatro decretos são editados durante o Estado Novo:  
Decreto-lei 4.703, em 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial);  
Decreto-lei 4.048, em 22 de janeiro de 1942, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);  
Decreto-lei 4.244, em 9 de abril de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Secundário); e  
Decreto-lei 6.141, em 28 de dezembro de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial).

Após a queda de Vargas em 1945, foram ainda publicados mais quatro Decretos-lei: Decreto-lei 8.529, em 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário); Decreto-lei 8.530, em 2 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal);

Decreto-lei 8.621, em 10 de janeiro de 1946, cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Decreto-lei 9.613, em 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica de Ensino Agrícola) (PALMA FILHO, 2010, p. 95).

A Lei Orgânica do ensino industrial estabeleceu parâmetros e bases para o ensino profissional. Uma importante mudança foi em sua estruturação, que a partir de então, deixará de ser vinculada ao ensino primário, sendo reconhecido como de segundo grau, contribuindo, de certa forma, para uma ascensão de categoria. O seu direcionamento não seria mais indicado para os “desfavorecidos da fortuna” ou aos “desvalidos da sorte”. Pelo menos em tese, inicia-se o movimento de desvincular o trabalho manual, artesanal e industrial com as classes dominadas.

Essa mesma lei classificava, de acordo com Fonseca (1986), o ensino profissional em escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem.

A indústria se expandia, crescera de 39.937 no ano de 1940, para 46.521 em 1949 (FONSECA, 1986, v. 2, p. 43).

O SENAI foi criado pelo Decreto 4048 de 1942, de Getúlio Vargas, com o argumento de atender exclusivamente a aprendizagem industrial, encarregado de criar e ministrar cursos para aprendizes e empregados de empresas. Sua manutenção até hoje é realizada com recursos advindos das indústrias. Teve como primeiro diretor nacional o engenheiro João Lüderitz, um dos fundadores do Instituto Parobé, personagem assíduo na gênese do ensino profissionalizante.

Com a expansão industrial brasileira no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), investimentos maciços são ofertados nas áreas de infraestrutura e pela primeira vez, o setor da educação é contemplado com uma alíquota de 3,4% dos investimentos previstos. É notória a preocupação do governo com a formação de profissionais visando o desenvolvimento do país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada no fim de 1961, garantiu maior flexibilidade na passagem entre o ensino profissional e o secundário (MANFREDI, 2002, p. 103).

Com o Golpe Militar, em 1964, o país opta por uma estratégia direcionada aos grandes projetos nacionais, tais como, a construção de Itaipu, a exploração de petróleo na bacia de Campos e a edificação dos polos petroquímicos do Rio Grande do Sul. A demanda por mão de obra em massa era plena, as instituições deveriam dar conta do recado, afinal de contas, o progresso não poderia parar.

Em 21 de novembro de 1968, a Lei Federal nº 5.537, cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Em 11 de Agosto de 1971, a Lei nº 5.692, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), torna o ensino profissional obrigatório em todo o currículo de segundo grau. Iniciativa bem-vinda para os defensores da educação profissional, porém, na prática, sem sucesso, segundo Palma Filho (2010), pois ainda havia a resistência das camadas de classe média, que sempre aspiraram e continuaram aspirando ao ingresso de seus filhos na Universidade, a falta de recursos materiais para adequarem as escolas regulares em escolas técnicas, falta de professores especializados, enfim, uma estratégia não-planejada em sua totalidade, por essa razão, vários remendos foram realizados desde sua promulgação. No ano de 1982, no governo do General João Batista Figueiredo, a Lei 5.692 é reformada pela Lei 7.044 onde encerra o ensino obrigatório do currículo profissionalizante ao ensino de 2º grau.

Após vinte e cinco anos da última reforma educacional, a Lei 9.394 de 20 de Novembro de 1996, mais conhecida como “terceira LDB”, dispõe separadamente, em um capítulo exclusivo, a questão do ensino profissional, onde fica clara e bem nítida a superação do enfoque assistencialista das antigas leis do ensino profissional.

Segue texto referente ao Capítulo III da Lei 9.394 que discorre sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT):

Art.39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – da educação profissional e tecnológica de graduação e pós-graduação.

§ 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art.40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art.41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, pode ser objeto de avaliação,

reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão dos estudos.

Parágrafo único. Os diplomas de cursos de educação profissional de nível médio, quando registrados, terão validade nacional.

Art.42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionados a matrícula à capacidade de aproveitamento, e não necessariamente ao nível de escolaridade. (BRASIL, 1996).

Com essa nova legislação, a educação profissional é alçada pelo governo como um dos fatores principais para o desenvolvimento nacional e humano. As discussões que sempre a cercaram quanto à sua relevância chegam ao resplendor, o reconhecimento e a validação nacional do diploma nos comprovam esse fato. O ensino superior tecnológico é validado, desde que esteja de acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE). Enfim, um entendimento é dado ao ensino profissional.

Desde então, os investimentos públicos e privados não param, entre 2003 e 2010, o Governo Federal construiu 214 escolas técnicas em todo o país, com o objetivo de suprir ou reduzir a carência de mão de obra qualificada e especializada em determinados setores vitais para o desenvolvimento econômico e social do país.

No ano de 2008, através dos decretos nº 6.633/2008, nº6.635/2008, nº 6.632/2008 e nº 6.637/2008, de 5 de novembro, o Governo Federal anuncia o acordo de gratuidade em cursos técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), com o sistema S, onde 66,6% da receita líquida advinda da contribuição compulsória deve ser comprometida à população de baixa renda.

No mesmo ano, no dia 29 de dezembro de 2008, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva assina a Lei nº 11.892, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). Em suma, basicamente todas as Escolas Técnicas Federais (EFET's) e Centros Federais de Educação e Tecnologia (CEFET's) são transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Essa lei traz em seu bojo não apenas uma mudança de nome, mas sim, uma nova ordem de importância nas questões relativas à educação profissional e tecnológica no Brasil. Ela vem confirmar a necessidade nacional por formação profissional. São ofertados mais investimentos na aquisição de equipamentos, reforma e adequação de infraestrutura e construção de novas unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país.

No ano de 2011, o Governo Federal dá continuidade à política de expansão da educação profissional, lançando programas de qualificação profissional, dentre os principais estão: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (Proeja); o Programa Rede Certific, que permite reconhecer os saberes dos trabalhadores ao longo de sua vida profissional; o Programa Mulheres Mil, que oferta cursos de educação profissional voltados para mulheres em situação de vulnerabilidade social; e no dia 26 de outubro do ano de 2011, o governo sanciona a Lei de nº 12.513, que oficializa a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), tendo como objetivo geral expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, na qual o presente trabalho o traz como recorte de pesquisa, onde será abordada a questão da eficácia do programa, tendo o viés da conquista de um emprego e conseqüentemente, geração ou incremento de renda.

O investimento público em políticas de cunho social vinculadas ao trabalho sob o viés da EPT vai muito além de preparar profissionais qualificados frente aos desafios de uma nova era de inovação tecnológica aplicada a máquinas, equipamentos, ferramentas e processos nos setores produtivos, ela traz também em seu bojo, uma série de conseqüências e impactos econômicos e sociais inerentes à questão humana, frente à centralidade que a condição de trabalho proporciona nos indivíduos.

Todavia, tais políticas não podem estar isoladas em um contexto único, mas sim, contempladas dentro de um rol de ações que tenham como meta a elevação do grau de escolaridade básica, ou seja, não somente qualificar profissionalmente, mas também, proporcionar um nível básico e nivelador de escolaridade.

### **1.3. O trabalho e a renda no processo de desenvolvimento social**

Como ponto de partida, com o propósito de discutir a relação trabalho e renda como elementos fundamentais na busca da condição de desenvolvimento social, evoca-se primeiramente a aclamada Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), considerando o artigo 23, que apresenta a questão do direito ao trabalho para a condição de uma vida digna:

Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. Toda pessoa que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para a proteção de seus interesses. (ONU, 2009, p. 12).

Se levarmos em conta a pujança do capitalismo puramente econômico, que segrega grande contingente de indivíduos pela falta de recursos financeiros, pode ser correto afirmar que, apesar da adoção da Declaração dos Direitos Humanos pelas mais variadas nações que fazem parte da ONU, os direitos humanos aclamados por ela acabam não se materializando em vias de fato, é o que afirma Boaventura de Sousa Santos (2013, p. 42) “a grande maioria da população mundial não é sujeito de direitos humanos. É objeto de discurso de direitos humanos”.

Santos (2013) levanta a questão se o que temos hoje por discurso dos direitos humanos pode ser considerado de fato uma vitória ou uma derrota, haja vista que sua concepção bebeu apenas da matriz liberal dentro de uma visão ocidental de mundo, voltada apenas para as nações ao norte da linha do Equador. “Ora enquanto discurso de emancipação, os direitos humanos foram historicamente concebidos para vigorar apenas do lado de cá da linha abissal, nas sociedades metropolitanas” (SANTOS, 2013, p. 44) e continua, “os direitos humanos surgem como o patamar mais baixo de inclusão, um movimento descendente da comunidade mais densa de cidadãos para a comunidade mais diluída da humanidade” (SANTOS, 2013, p. 50).

Se por um lado, fica o questionamento sobre gênese dos direitos humanos tendenciados para determinados povos e subvalorizando outros, por outro, pode-se notar que, com o tempo, esses direitos foram sendo incluídos nas constituições de vários países, sendo então considerados como direitos de cidadão.

De acordo com o exposto acima, onde o reconhecimento dos direitos humanos acabou levando várias nações a adotá-los como um direito de cidadania, legitimando de fato, um conjunto de princípios legais indispensáveis para o exercício de uma vida digna, é necessário tão logo recorrer à Constituição Federal do Brasil, mais precisamente no capítulo II, Art. 6º, onde a questão do trabalho se torna elemento

fundamental no campo dos direitos sociais, podendo chamar de direitos inalienáveis do cidadão. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Mesmo parecendo contraditório, conforme Santos (2013) nos alerta, o fato é que os Direitos Humanos fazem parte de um acordo entre a maioria das nações que visam garantir, pelo menos em tese, direitos fundamentais a todos os homens do nosso planeta, e que dessa forma, é impossível não trazê-lo para a discussão quando se deseja abordar a questão do trabalho e emprego. Sendo assim, a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Constituição Federal acaba por ser o pontapé inicial desse trabalho, pois fundamenta moral e legalmente a relevância da questão do trabalho nos contextos sociais, econômicos e políticos. Portanto, é possível afirmar que políticas de desenvolvimento social devem, em seu bojo, contemplar aspectos relacionados às questões de trabalho e renda.

Obviamente que não podemos dissociar as políticas de desenvolvimento social das políticas de desenvolvimento econômico, pois elas são constituintes de um sistema macro, e que, de certa forma, estão arraigadas a um nível profundo de interdependência, onde reflexos sociais influem diretamente na economia e vice-versa. Desse ponto de vista, partindo do princípio da influência econômica nas questões sociais, é muito importante estar alinhado para a condição na qual esse trabalho se faz pertinente, tomando como ponto de referência, as teorias que defendem a geração de trabalho e seus desdobramentos socioeconômicos, tais como o salário, garantia de subsistência, acesso à educação, garantia de padrão mínimo de assistência à saúde, acesso à moradia digna, acesso a redes de financiamento, enfim, todos os fatores que fundamentam a estruturação de uma economia que tenha por alicerce o trabalho e o emprego.

Correndo o risco de se esbarrar em preceitos teóricos de pensadores puramente economistas, que se debruçaram no conceito de que o desenvolvimento seja pautado apenas pelo avanço econômico a qualquer preço, onde os aspectos econômicos acabam prevalecendo de forma heterogênea em relação aos aspectos sociais, nesse sentido, a força de trabalho, no caso, o capital humano, assume condição *sine qua non* na conjuntura econômica, pois é a partir do uso da força de trabalho humana atrelada a outras variantes econômicas que essa condição de

desenvolvimento produtivo se faz, resultando por consequência direta no desenvolvimento econômico, logo, apoiar apenas na condição econômica como fator de desenvolvimento, acabará por cercear as questões sociais, fazendo com que a condição do trabalho seja apenas considerada como um elemento econômico negociável, considerando o direito ao trabalho como apenas um valor econômico sem, contudo, levar em conta a sua condição social na busca pela transformação social.

Mas, adotando, o que Boaventura de Sousa Santos considera como paradigmas da transformação social, na qual ele denomina um de “paradigma capital expansionista” e outro de “paradigma ecosocialista”, e que apresenta a relação conflituosa não somente sob o aspecto epistemológico da questão, mas também pelo viés político e social de grupos hegemônicos e interesses organizados (SANTOS, 1995).

Santos apresenta o paradigma capital expansionista como:

[...] é o paradigma dominante e tem as seguintes características gerais: o desenvolvimento social é medido essencialmente pelo crescimento econômico; o crescimento econômico é contínuo e assenta na industrialização e no desenvolvimento tecnológico virtualmente infinito; é total a descontinuidade entre a natureza e a sociedade: a natureza é matéria, valorizável apenas enquanto condição de produção; a produção, que garante a continuidade da transformação social assenta na propriedade privada e especificamente na propriedade privada dos bens de produção, a qual justifica que o controlo da força de trabalho não tenha de estar sujeito a regras democráticas. (1995, p. 336).

E, paradigma ecosocialista:

[...] é o paradigma emergente e, tal como eu o concebo, tem as seguintes características: o desenvolvimento social afere-se pelo modo como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais e é tanto maior, a nível global, quanto mais diverso e menos desigual; a natureza é a segunda natureza da sociedade e, como tal, sem se confundir com ela, tão pouco lhe é descontínua; deve haver um estrito equilíbrio entre as três formas principais de propriedade: a individual, a comunitária e a estatal; cada uma delas deve operar de modo a atingir os seus objetivos com o mínimo de controlo do trabalho de outrem. (SANTOS, 1995, p. 336).

Nesse contexto, Santos (1995) deixa bem claro que o emergente paradigma ecosocialista está assentado em várias heranças, bebendo de várias fontes das mais

diversas tradições, sejam elas europeias, asiáticas, africanas e dos povos nativos americanos.

Logo, é necessário romper os preceitos econômicos que não se apoiam em conceitos de cunho sociais, e buscar pelo equilíbrio entre o econômico e social como condição para o pleno desenvolvimento social, tendo como elemento de partida o trabalho, portanto, há necessidade de agendas políticas tanto sociais quanto econômicas que contemplem a condição do trabalho e renda, e que sejam capazes de efetivamente cumprir seu papel enquanto política pública de desenvolvimento.

Como já mencionado anteriormente, muito se fala no chamado “desenvolvimento econômico” como condição única para a busca pelo desenvolvimento da sociedade como um todo, porém se considerarmos que Amartya Sen (2000, p. 17) aponta por desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, a adoção de instrumentos e índices de leitura para o desenvolvimento baseado no aumento do Produto Nacional Bruto (PNB), industrialização, avanço tecnológico entre outros, não são capazes de apresentar índices que, de fato, contemplem amplamente o contexto social e econômico.

Adotando o conceito teórico apresentado pelo Nobel em Economia, Amartya Sen, na obra “Desenvolvimento como liberdade”, em que ele idealiza que, para promover o desenvolvimento seria necessária a repressão das fontes de privação de liberdade, ou seja, deixar de negar que devido às grandes conquistas econômicas de determinados grupos hegemônicos, uma grande parcela da população mundial vive privada de tais liberdades e que tais liberdades não podem ser apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais para o alcance do desenvolvimento (SEN, 2000).

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000, p. 18).

Recorrendo ainda ao mesmo autor, e trazendo para a discussão as chamadas “liberdades instrumentais”, as quais o autor considera ser fundamental para os indivíduos alcançar essas liberdades para que de fato haja desenvolvimento das

peças e da sociedade em si, e que considera que seu instrumental teórico, no caso, as denominadas liberdades instrumentais, não podem ser consideradas apenas como objetivo primordial na busca pelo desenvolvimento, mas também um meio onde se relacionam esses acontecimentos. Seu instrumental dá ênfase primordial nas seguintes liberdades instrumentais: as “liberdades políticas<sup>4</sup>”, “facilidades econômicas”, “oportunidades sociais”, “garantias de transparência<sup>5</sup>” e “segurança protetora<sup>6</sup>”.

Cabe dizer que não é pretensão desse trabalho contextualizar todas as liberdades instrumentais citadas acima, porém, se faz necessário compreender que elas não são isoladas e desvinculadas umas das outras. Como por exemplo, as “Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica” (SEN, 2000, p. 25).

Adotando então os preceitos teóricos das liberdades instrumentais nas condições voltadas para a presente pesquisa, onde se tem como elemento norteador a questão do trabalho e renda face a uma política pública de qualificação profissional, é possível destacar as “oportunidades sociais” e as “facilidades econômicas” como fontes de inferências para as discussões nesse contexto de desenvolvimento. Entende-se por “oportunidades sociais”:

As disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor. Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo, levar uma vida saudável, livrando-se da morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. (SEN, 2000, p. 56).

---

<sup>4</sup> “As liberdades políticas, amplamente concebidas (incluindo o que se denominam direitos civis), referem-se às oportunidades que as pessoas tem para determinar quem deve governar e com base em que princípios, além de incluírem a possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, de ter liberdade de expressão política e uma imprensa sem censura, de ter liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos etc. Incluem os direitos políticos associados às democracias no sentido mais abrangente (abarcando oportunidades de diálogo político, dissensão e crítica, bem como direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos)” (SEN, 2000, p. 55).

<sup>5</sup> “As garantias de transparência referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas podem esperar: a liberdade de lidar uns com os outros sob garantias de dessegredo e clareza. Quando essa confiança é gravemente violada, as vidas de numerosas pessoas – tanto as envolvidas diretamente como terceiros – podem ser afetadas negativamente... Essas garantias têm um claro papel instrumental como inibidores da corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas”. (SEN, 2000, p. 56).

<sup>6</sup> “A segurança protetora é necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida à miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo à fome e à morte”. (SEN, 2000, p. 57).

Na perspectiva das oportunidades sociais, é que se pretende construir o arcabouço dessa pesquisa, sendo abordada a questão das políticas públicas de educação com foco na EPT como fonte de formação e qualificação profissional e sua capacidade em promover o desenvolvimento pessoal e conseqüentemente, da sociedade. Porém, é indispensável apresentar também a inter-relação entre as liberdades instrumentais, aqui especificamente no caso das oportunidades sociais e seu entrelaçamento com as chamadas “facilidades econômicas”.

No campo das facilidades econômicas, SEN explica que:

As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca. Os intitamentos econômicos que uma pessoa tem, dependerão dos seus recursos disponíveis, bem como das condições de troca, como os preços relativos e o funcionamento dos mercados. À medida que o processo de desenvolvimento econômico aumenta a renda e a riqueza de um país, estas se refletem no correspondente aumento de intitamentos econômico da população. (2000, p. 55).

Portanto, as facilidades econômicas acabam por ocorrer de forma indireta, pois se uma política pública de formação e qualificação profissional que tenha por objetivo principal proporcionar aos indivíduos instrumentos capazes de auxiliar na busca por trabalho, e que esse trabalho acabe por gerar determinada renda, logo a inter-relação entre as oportunidades sociais e as facilidades econômicas acabam por fazer presentes nesse estudo.

Valendo-se então desse propósito e notabilizando a interdependência das diversas ferramentas que compõem esse instrumental teórico, não é errado afirmar que investimentos voltados para a formação profissional, além de promoverem desenvolvimento econômico, geram também promoção social, pois o sujeito contemplado em vias de fato com a migração da condição de não-trabalho para a condição de trabalho e conseqüentemente ao advento dos recursos financeiros gerados pelo trabalho, é capaz de estabelecer novos padrões sociais e conseqüente melhoria na qualidade de vida. Todavia é importante dotar de certo cuidado nessa afirmação, pois em uma sociedade capitalista semiperiférica como a brasileira a formação profissional pode não ser capaz de proporcionar tal mudança, pois obviamente uma série de outros fatores ligados a dinâmica social e econômica influenciam diretamente nesse processo.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, O PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO – PRONATEC EM FOCO**

Nesta segunda seção, será abordada a questão da necessidade de mão de obra, contextualizando o viés do crescimento econômico brasileiro na perspectiva de que esse desenvolvimento só seria sustentável se, de fato, houvesse também uma política pública de formação profissional como forma de atender às novas demandas do mercado de trabalho. O que de fato acaba por ocorrer e se cristaliza no tão propagado Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

### **2.1. A necessidade de mão de obra qualificada no início do século XXI**

Ao apagar das luzes do século XX, o Brasil inicia um ciclo de reformas no aparelho administrativo do Estado, adotando uma série de medidas políticas para torná-lo mais eficiente, ágil e controlado. Apoiado em conceitos modernos de administração pública, o governo comandado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso visava de fato se voltar para as grandes questões estratégicas da nação, contudo, com uma política com mais ênfase em uma economia de capital livre, que segundo os ideários neoliberalistas, significa arroxo nas contas sociais do Estado. O que não significa desconhecer que foi desse mesmo governo o projeto embrionário das políticas de transferência de renda condicionada, que mais tarde, no próximo governo, viria a se tornar uma política de maior amplitude com impacto direto contra a pobreza extrema.

A necessidade de se romper com antigos e duradouros laços de paternalismo e clientelismo era a condição primordial para passos mais largos rumo ao tão almejado desenvolvimento econômico. Para tanto, a reforma administrativa promovida nesse período foi muito bem vinda, pois buscava a redução do desperdício na máquina do Estado.

A estruturação administrativa do novo Estado, pautado por um modelo neoliberalista, adotou uma nova compreensão de como o Estado deve agir sob uma nova égide, ao cabo que delimitou sua atuação em três atividades, que foram: as

atividades exclusivas<sup>7</sup>, os serviços sociais e científicos não-exclusivos ou competitivos<sup>8</sup> e a produção de bens e serviços para o mercado<sup>9</sup> (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 96).

A definição de quais devem ser as atividades exclusivas de Estado deriva da própria definição do que é esta instituição. Politicamente, o Estado é a organização burocrática que detém o “poder extroverso” sobre a sociedade civil, existente em um território. As organizações privadas e as públicas não estatais tem poder apenas sobre os seus funcionários, enquanto o Estado tem poder para fora dele, detém o “poder de Estado”: o poder de legislar e punir, de tributar e realizar transferências de recursos a fundo perdido. (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 95).

Conforme aponta Bresser-Pereira (1998), a gestão de Fernando Henrique Cardoso concentrou esforços na reforma administrativa pública, uma profunda reforma no aparelho do Estado nos oitos anos de seu governo, por fim, a casa estava bem mais ajeitada e propícia para novos horizontes. O plano Real, implantando no governo de Itamar Franco pelo então presidente, já apresentava resultados de uma moeda mais estável e confiável, uma economia mais respeitada, tanto pela crítica interna quanto pela externa e o Brasil começava a substituir o adjetivo “terceiro mundo” pelo de “país emergente”.

Mais adiante, ao nascer do século XXI, o Brasil passa por profundas transformações em sua conjuntura política através da mudança de governo, onde sai de cena uma histórica direita conservadora que dá lugar a uma esquerda social democrata, que tinha por objetivo, conforme apontava o plano de governo na época, a implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tinha o social por eixo condutor. No setor econômico, o Brasil se consolidava como país emergente, influenciado principalmente pelo retorno de seu crescimento econômico.

Neri (2011, p. 45) apresenta uma brevíssima síntese política nacional:

---

<sup>7</sup>Atividades exclusivas do Estado são aquelas que abrangem o exercício de um poder que só o Estado pode realizar: o “poder extroverso do Estado”, ou seja, o poder regulamentar, fiscalizar e fomentar; compreende as atividades da Polícia, da Fazenda, da Receita Federal, da Segurança Pública e da Seguridade Social, entre outras. (BARRETO, p.113, 1999)

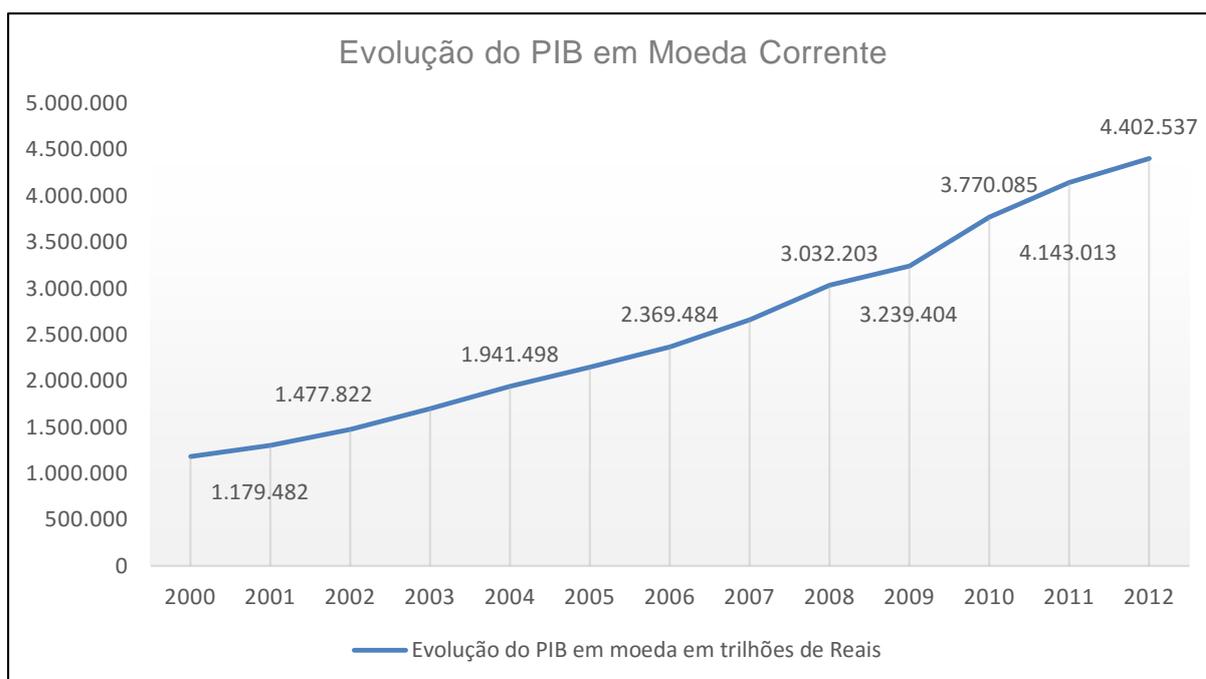
<sup>8</sup> Envolve as atividades não referidas ao poder extroverso do Estado, realizadas simultaneamente pelo Estado, pelo setor privado e pelo setor público não estatal; corresponde notadamente, às áreas sociais (saúde e educação), culturais, de proteção ambiental e de pesquisa científica e tecnológica. (BARRETO, p.113, 1999)

<sup>9</sup> Corresponde à área de atuação das empresas estatais do segmento produtivo ou do mercado financeiro, caracteriza-se pelas atividades econômicas orientadas para o lucro; compreende, por exemplo, as empresas do setor de infraestrutura do Estado. (BARRETO, p.113, 1999)

As décadas de 1960 e 1970 foram de crescimento, período chamado de milagre econômico brasileiro pela ditadura militar iniciada em 1964. Não por coincidência, quando o crescimento começou a escassear em decorrência do choque do petróleo, observamos o começo da distensão política, iniciada após a vitória eleitoral da oposição em 1974. O processo culmina nos anos 1980, a década da redemocratização, cujo ápice foi o movimento Diretas Já, de 1984. Terminamos os anos 1980 com eleição direta para presidente, mas também com nossos recordes históricos de desigualdade e inflação, que marcariam a agenda das décadas seguintes. Os anos de 1990 podem ser chamados de década da estabilização, após o advento do Plano Real em 1994. Já os anos 2000 podem ser chamados de décadas da queda da desigualdade de renda, já a partir de 2001. Em 2004, a redução da desigualdade vem acompanhada da volta do crescimento da economia e da aceleração de novos empregos com carteira. (NERI, 2011, p.45)

Após a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Luís Inácio Lula da Silva, no ano de 2002, muitas dúvidas e incertezas acabaram por desaparecer, e o país, conforme já anteriormente dito, entra em uma nova onda de desenvolvimento econômico, assim como já havia acontecido há décadas atrás, lá no “milagre brasileiro”. Porém, dessa vez, o Estado se fazia mais presente nas questões sociais, mesmo que ainda essa presença não fosse suficiente para atender de fato a todas as questões do contexto social, mas sem dúvida, já era um grande avanço no papel de um Estado que se propunha se tornar democrático social, atendendo a algumas demandas legítimas da população.

A substituição da corrente neoliberalista por uma democrática social, contudo, não atrapalhou as contas brasileiras, um dos principais indicadores de progressão econômica se apresenta de forma clara e concisa, o desenvolvimento econômico ocorrido nessa época, o Gráfico 1 retrata a evolução em moeda corrente do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro desde o ano 2000.

**GRÁFICO 1 – Produto Interno Bruto em moeda corrente**

Fonte: IBGE<sup>10</sup>.

Partindo então da perspectiva de crescimento econômico, conforme aponta o PIB da última década e meia, fruto de políticas públicas de desenvolvimento em diversos setores, o cenário estava totalmente otimista. Estava de volta o “milagre econômico brasileiro”, porém agora, na versão esquerdista, buscando atuar também nos estratos sociais mais baixos, e para tanto, contava com um incremento considerável de geração de novos postos de trabalho, que seria capaz de puxar para a economia formal uma fatia considerável de novos trabalhadores. Esse aquecimento foi pautado por diversos projetos e programas do governo Federal tais como o Programa de Aceleração e Crescimento (PAC)<sup>11</sup>, criado em 2007, no segundo mandato do presidente Lula, que promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e ajudando a girar a roda da economia. Pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes da nação, o PAC contribuiu de forma relevante para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda. Dentro

<sup>10</sup> Para ver a planilha completa acesse: <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=1&op=1&vcodigo=SCN52&t=produto-interno-bruto-br-valores-correntes>

<sup>11</sup> Fonte: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>

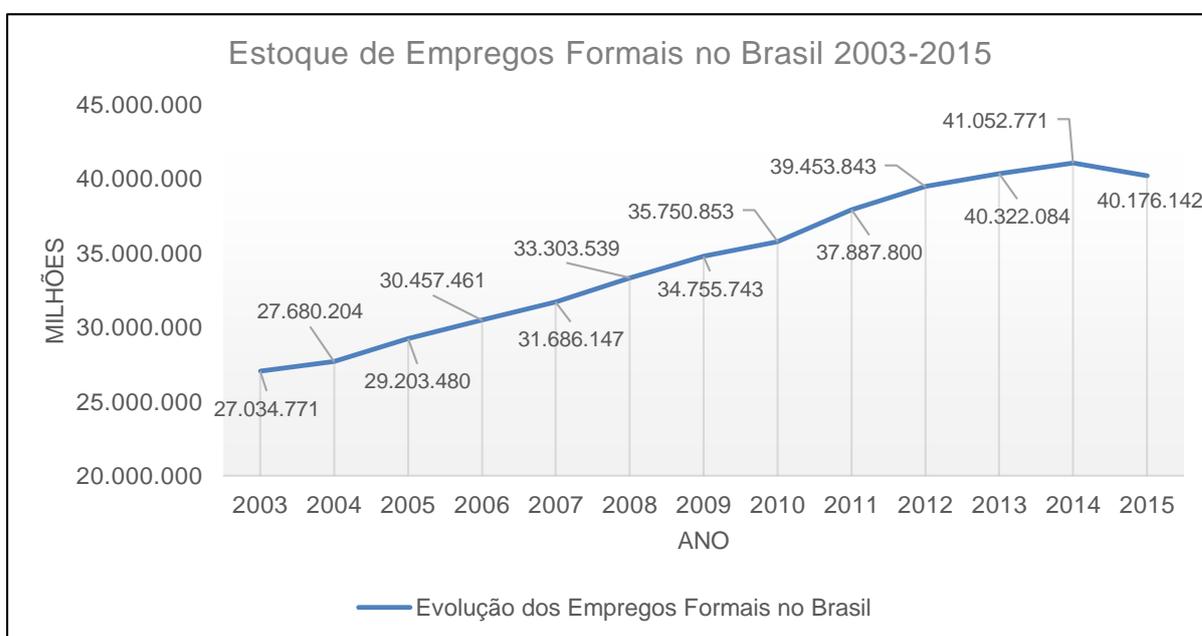
do PAC, se desdobra ainda o programa Minha Casa Minha Vida e o Água e Luz para Todos.

O investimento em infraestrutura é fundamental para responder a pergunta de como um país vai ser amanhã. Esse tipo de investimento é muito bem recebido pelos investidores privados, que nesse instante começam a vislumbrar cenários propícios para investimentos de curto, médio e longo prazo.

É importante salientar que, devido a todo esse cenário favorável de crescimento e desenvolvimento econômico, frente às recentes conquistas e melhora de sua imagem no cenário internacional como, por exemplo, a polêmica quitação da dívida externa que o Brasil tinha com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o país fora escolhido como sede para a realização dos dois maiores eventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro em 2016.

Nesse turbilhão de ações, planos e projetos, os Gráficos seguintes (2, 3 e 4) apresentam a evolução do número de empregos formais no Brasil. O Gráfico 2 apresenta o estoque total de empregos no período de 2003 até 2015. É importante ressaltar que o valor apresentando a seguir representa o estoque total no mês de janeiro de cada ano.

**GRÁFICO 2 – Estoque de empregos formais no Brasil 2003-2015**



Fonte: CAGED.

**GRÁFICO 3 – Variação Anual do Estoque de Empregos**

**Fonte:** Elaborado pelo pesquisador.

O gráfico anterior apresenta uma variação em percentual tendo como referência sempre o ano anterior. Na média do período, obtém-se o valor de 3,37% de crescimento anual no estoque geral de empregos formais, o que evidencia uma economia a todo vapor. Chama a atenção que em pouco mais de uma década (2003-2015), os níveis de empregos formais obtiveram a incrível marca de 48,6% de crescimento.

Já o gráfico a seguir caracteriza as admissões e demissões ocorridas no período, trazendo também o saldo de empregos de cada ano. Entende-se por saldo de empregos, o total de admissão menos o total de desligamento no ano.

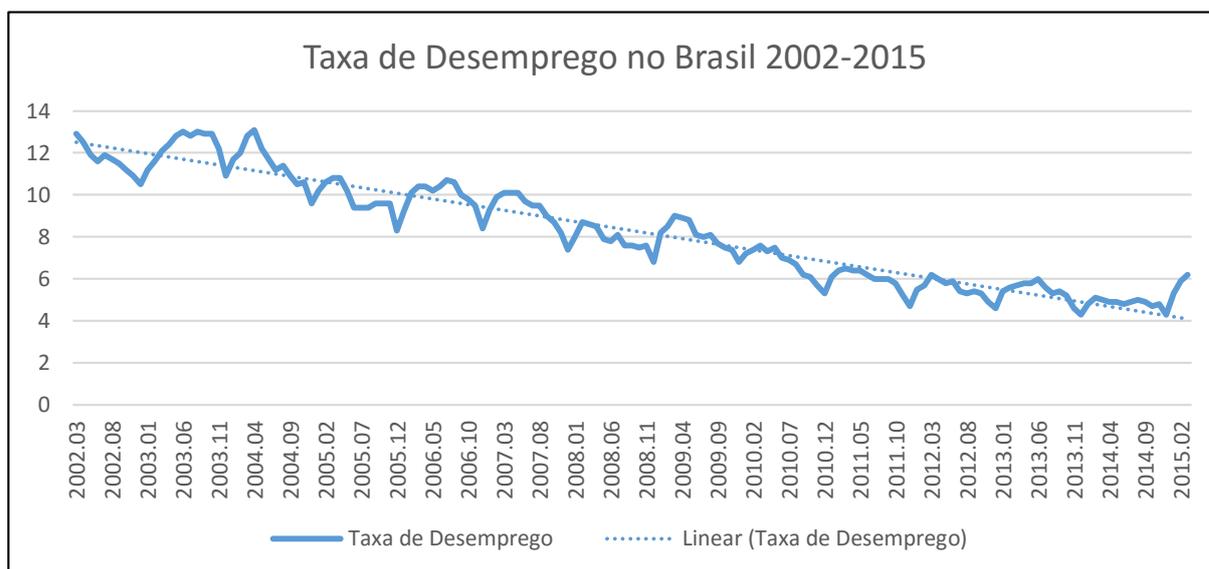
**GRÁFICO 4 – Evolução das admissões demissões e saldo do emprego no Brasil 2003-2014**

**Fonte:** CAGED.

Tomando por análise o Gráfico 4, fica evidente que tanto no ano de 2007 quanto em 2011, há um acréscimo considerável no número de empregos formais no país e que no ano de 2010 se apresenta o maior recorde dessa série histórica, com um saldo positivo de aproximadamente dois milhões e meio de empregos.

No Gráfico 5 é apresentada uma série histórica do índice de desemprego no país.

**GRÁFICO 5 – Taxa de Desemprego no Brasil 2002-2015**



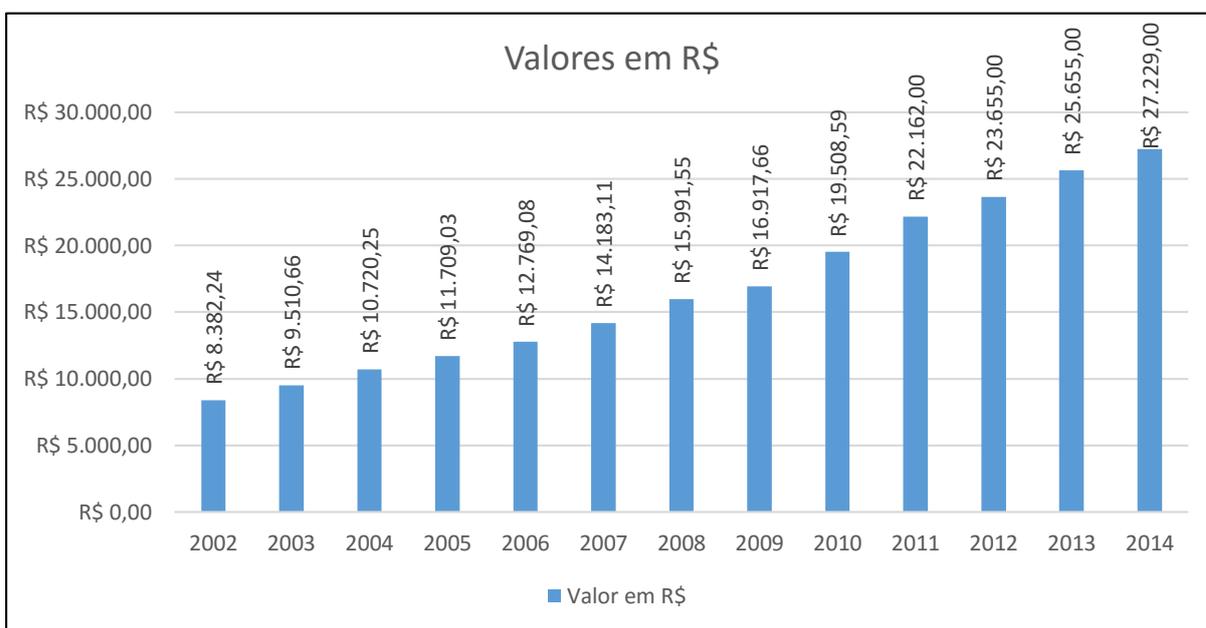
Fonte: IBGE/PME.

Os dados apresentados nos permitem afirmar que, no período de 2003 a 2013, o número de empregos com carteira assinada praticamente mais que duplicou. Analisando as tendências nos Gráficos 4 e 5, eles se apresentam de forma complementares, pois enquanto uma linear está fortemente ascendendo a do outro gráfico descende praticamente no mesmo grau, o que corrobora a certeza de um período de grande crescimento econômico, evidenciado pelo aumento do número de empregos formais e consequentemente, da redução dos níveis de desemprego.

Apesar das evidências tendo o índice de emprego e o aumento do PIB como indicador de crescimento econômico, é importante salientar que a partir da virada do século XXI, com a mudança do arranjo político que conduzia o país, outro fator chama a atenção, a redução da desigualdade, ao cabo que nesse período conforme aponta apresenta Neri (2011, p. 59) “a renda dos 10% mais pobres subiu 69,08% em termos reais *per capita*, acumulados no período. Esse ganho caiu paulatinamente conforme nos aproximamos do topo da distribuição, atingindo 12,8% entre os 10% mais ricos”.

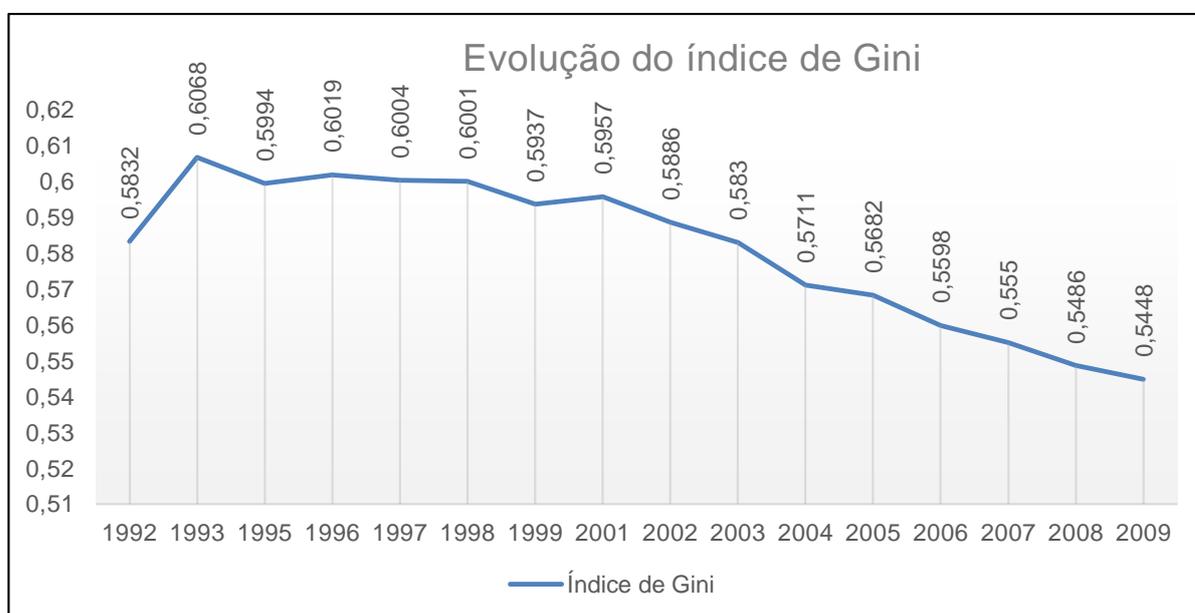
O Gráfico 6 aponta o crescimento do PIB *per capita* entre os períodos de 1994 e 2014, enquanto que o Gráfico 7 apresenta o índice de Gini entre o período de 1995 e 2009. O Índice de Gini é um dos instrumentos mais utilizados para realizar a medição da concentração de rendas, ele varia de zero a um. O “zero” seria se todas as rendas fossem iguais e o “um” seria como se toda a renda se concentrasse numa única pessoa.

**GRÁFICO 6 – Valores do PIB *per capita* 1994-2014**



Fonte: IBGE.

**GRÁFICO 7 – Evolução Índice de Gini**



Fonte: NERI, 2011, p.111.

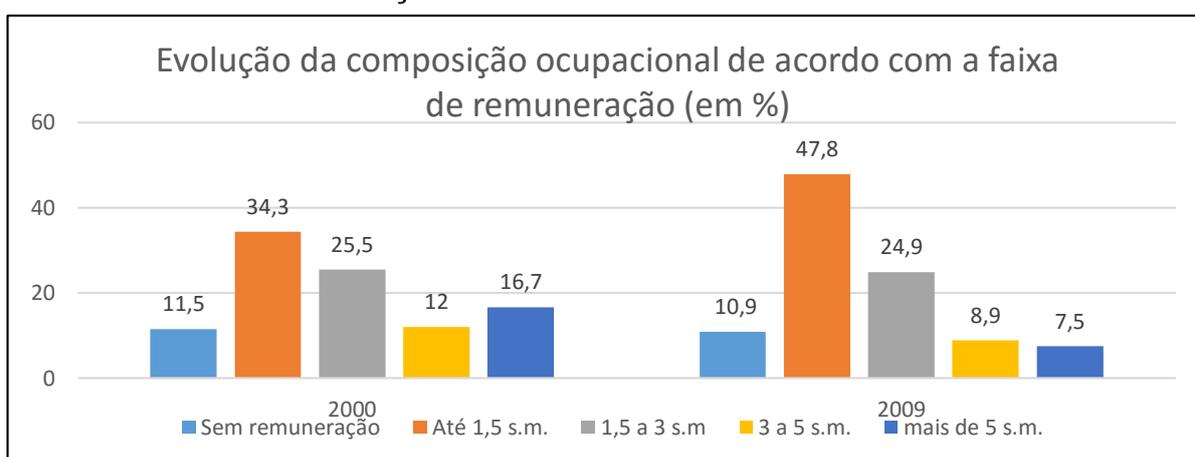
Tomando por inferência os dados até agora apresentados, algumas certezas podem ser consideradas sem nenhuma sombra de dúvida, no caso, temos que no período de 2002 até 2014, o número de emprego aumentou e a desigualdade de renda no Brasil reduziu. Segundo Neri (2011, p. 112) “A queda é substantiva – nunca na história estatisticamente registrada brasileira desde 1960 a desigualdade caiu tanto”.

Márcio Pochmann (2012) apresenta argumentos que explicam o porquê dessa redução de desigualdade. Ele mostra duas tendências que se comportam de forma opostas quando é levado em conta o comportamento da renda relativa ao fruto do trabalho com a renda obtida pela exploração da propriedade privada, tais como renda da terra e aluguéis, juros, lucros, nesse novo cenário nacional.

Assim, por nove anos seguidos (1995-2004) houve a trajetória de queda na participação salarial na renda nacional, ao passo que a renda da propriedade cresceu 12,3%. Uma segunda trajetória ocorreu a partir de 2004. Até 2010, por exemplo, acumularam-se seis anos seguidos de crescimento da participação dos salários na renda nacional, ao passo que o peso relativo da propriedade tem decaído sucessivamente. Entre 2004 e 2010, o peso dos salários subiu 10,3% e o da renda da propriedade decresceu 12,8%. (POCHMAN, 2012, p. 9).

Essa inversão foi influenciada pelo positivo impacto do crescimento econômico, onde o fortalecimento das diversas atividades nos mais variados tipos de segmentos econômicos absorvia cada vez mais a oferta de trabalho. É importante observar que esses novos postos de trabalho, “do total líquido de 21 milhões de postos de trabalhos criados na primeira década de do século XXI, 94,8% foram com rendimentos de até 1,5 salário mínimo mensal”. (POCHMAN, 2012, p. 27)

### GRÁFICO 8 – Evolução da composição ocupacional de acordo com a faixa de remuneração



Fonte: PONCHMAN, 2012, p. 28.

De acordo com o gráfico acima, pode-se inferir que a partir do ano de 2000 até 2009, houve uma redução de postos de trabalho sem rendimento e queda profunda das ocupações com rendimentos superiores a um salário e meio e um aumento significativo dos postos de trabalho com até um salário e meio, ou seja, quase metade dos postos de trabalho do ano de 2009 era composto por essa faixa de rendimento, podendo-se afirmar que grande parte dos empregos gerados eram de baixo rendimento, voltados para os estratos sociais mais baixos. O crescimento, enfim, era também sentido pelos estratos sociais mais baixos, mesmo que ainda não fosse suficientemente capaz de colocar por terra a pobreza extrema. Com o retorno do crescimento econômico, uma parcela significativa da população antes desempregada ou empregada informalmente é afetada diretamente, tomando para si esses novos postos de trabalho e que na sequência, acabam por retroalimentar a economia à partir da renda resultante do trabalho.

O momento não poderia ser melhor, o país buscando se firmar no cenário internacional como potência econômica, a economia dando sinais de franca ascensão, aumento significativo de investimentos públicos em diversos setores estruturais do país, níveis de desemprego históricos e conseqüentemente, o aumento da entrada de capital e investimento de origem externa começa-se então a desmascarar o nível do sistema educacional do país, o fantasma do apagão da mão de obra começa a assombrar as autoridades e a população em geral. O apagão de mão de obra não pode ser visto como a falta de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho, mas sim da falta de condições de empregabilidade.

Segundo Ponchmann (2012, p. 10):

[...] esse movimento de expansão dos empregos de baixa remuneração se mostrou compatível com a absorção do enorme excedente de força de trabalho gerado anteriormente pelo neoliberalismo. Dada à intensidade desse movimento, a condição de país com oferta ilimitada de mão de obra passa a ser questionada, pois começam a aparecer sinais de escassez relativa de força de trabalho qualificada, o que somente chegou a ser conhecido na primeira metade da década de 1970 pelos trabalhadores brasileiros. (PONCHMANN, 2012, p.10)

Se pensarmos então, que em um cenário de desenvolvimento econômico acelerado, no qual, o índice de crescimento econômico estivesse batendo recordes históricos e tendo também números recordes no aumento de demanda por mão de

obra, logo então, seria necessário questionar a capacidade de formação dessa força de trabalho, ou seja, a capacidade do sistema educacional de formação profissional brasileiro para garantir insumos humanos para nesse cenário de desenvolvimento econômico.

Sem trazer para a discussão os respectivos sistemas de ensino profissional, países como os Estados Unidos da América, Alemanha, França, Holanda, Bélgica e Japão foram capazes de preparar sua mão de obra local para suprir postos de trabalhos, participando de forma fundamental no processo de desenvolvimento industrial. Este argumento também é válido para as nações que se industrializaram no pós-Segunda Guerra Mundial. O que não tem como deixar de dizer é que em todas as nações que hoje são consideradas potências econômicas, investiram pesado em educação básica de qualidade, o que de fato demonstra a lógica de que investimentos nessa área resultam na elevação do nível de habilidades e competências da mão de obra.

A retomada do crescimento econômico, a partir de 2014, provocou, em relativamente pouco tempo, um bom problema: em 2006-2007 começaram a aparecer os primeiros indícios de escassez localizada de mão de obra qualificada. (IPEA, 2014, p. 10).

De acordo com o documento Pronatec: “Múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a escassez de mão de obra pode ser considerada como um bom problema. Essa afirmação soa um tanto quanto preocupante, pois a essa altura, onde já deveria há muito tempo atrás ter adotado políticas públicas de qualificação profissional aliadas ao ensino básico de qualidade, ainda não passava de uma fase inicial de um projeto maior de educação profissional. Apesar da formação profissional ser alçada como educação profissional, isso ocorreu apenas a partir da Lei nº 9394/96, contudo na forma que o texto inicial se apresentava, pode-se dizer que não havia ainda muito esclarecimento e muito menos diretrizes bem definidas quanto a esse braço da educação. Um pouco antes ainda da LDB, a Lei nº 8948/94 instituía o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que mais tarde, em 1998, sofreu uma série de alterações legais. Uma alteração promovida pela Lei 9649/98 chama a atenção, a inclusão do § 5º no Art. 3º, conforme citação abaixo:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, Municípios,

Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 1994).

Percebe-se que com essa medida, o Governo Federal abre mão do investimento direto em educação profissional, jogando uma responsabilidade de ordem estratégica e fundamental na busca pelo desenvolvimento e crescimento do país, para entidades não-governamentais, e os demais entes federados. Ação essa até muito parecida com o que culminou com a criação do sistema S<sup>12</sup>, em 1942, pelo então presidente Getúlio Vargas.

Nos dois mandados do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, a questão da EPT é considerada um dos pontos-chave para o desenvolvimento nacional. Porém, só de fato ela é inserida na agenda política a partir do segundo mandato, conforme relatado no Plano de Governo 2007/2010<sup>13</sup>: “Será dada ênfase ao acesso à escola pública democrática e de qualidade; à superação do analfabetismo, à inclusão digital, ao acesso mais amplo à educação profissional, técnica e tecnológica, e à uma universidade reformada, expandida e de qualidade superior” (PT, 2006, p. 12).

Com o novo arranjo político pautando os rumos para o desenvolvimento, uma das primeiras ações voltadas para a educação profissional do governo de Lula foi sancionar o Decreto nº 5154/04, que revogava por inteiro o Decreto nº 2208/97, estabelecendo novas e esclarecedoras diretrizes voltadas à educação profissional, o que de fato comprova o novo olhar do Estado sobre a questão estratégica, na qual a educação profissional assume como elemento estrutural no contexto do desenvolvimento. É importante trazer também que em 2005, através da Lei nº 11195/05 institui a seguinte redação para o § 5º no Art. 3º da Lei nº 8948/94, que promove uma significativa alteração legal para os planos de desenvolvimento da educação profissional:

---

<sup>12</sup>Sistema S é o nome pelo qual ficou convencionado de se chamar o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira. Fazem parte do Sistema S: o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Social do Transporte (SEST) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

<sup>13</sup>Para acessar documento completo:

[http://www.fpabramo.org.br/uploads/Programa\\_de\\_governo\\_2007-2010.pdf](http://www.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf)

§ 5º A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, ocorrerá, preferencialmente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2005).

Com essa medida, o Estado assume ou tende a assumir o protagonismo na oferta e na organização da educação profissional em todo o país e no ano de 2008, o Governo Federal, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o que de fato evidencia a preocupação em garantir, pelo menos em tese, a qualificação e formação profissional e tecnológica da futura mão de obra. Outra jogada auspiciosa foi o acordo de gratuidade firmado com o SENAI, pelo Decreto nº 6.635, de 05 de novembro de 2008. Nesse acordo, o SENAI seria obrigado a utilizar dois terços de sua receita líquida da contribuição compulsória, em vagas gratuitas em cursos e programas de educação profissional (BRASIL, 2008).

Havia um tremendo contingente de possíveis futuros trabalhadores, uma economia em efervescência, porém sem o que Lazzareschi (2010) denomina “falta de empregabilidade”, conceito ligado à capacidade profissional para candidatar-se a um emprego ou para se manter no emprego, mas segundo a autora, tem causado bastante crítica por não considerar o fenômeno da nova estruturação produtiva como fator de elevação do índice de desemprego.

O conceito de empregabilidade – capacidade profissional para candidatar-se a um emprego ou para se manter no emprego – tem sido muito criticado pela maioria dos estudiosos do mundo do trabalho por desconsiderar a reestruturação produtiva como um dos principais fatores da redução dos postos de trabalho e, portanto, pela elevação dos índices de desemprego nas últimas décadas do século XX e, assim, sugerir a responsabilização dos trabalhadores desempregados por sua própria situação, mesmo em contextos desfavoráveis para o crescimento econômico e, portanto, para a geração de empregos. Mas, a falta de capacidade profissional para se candidatar a um emprego ou para se manter no emprego não se deve apenas à reestruturação do processo de trabalho com suas exigências de aquisição de novas e complexas competências profissionais no Brasil de hoje. É verdade que alguns setores da economia nacional modernizaram-se tecnológica e organizacionalmente e passaram a exigir trabalhadores com um perfil completamente diferente daquele que predominou ao longo do século passado. (LAZZARESCHI, 2010, p. 193).

O modelo de produção até pouco tempo atrás trazia de fora um padrão tecnológico organizacional fordista, o que não exigia muita instrução escolar. A formação e qualificação profissional acabavam por acontecer, na maioria dos casos, apenas no ambiente produtivo. As escassas unidades de educação profissional, tanto pública quanto privada, leia-se sistema S, atendia parcialmente a demanda de formação e qualificação (IPEA, 2014).

O cenário propício ao emprego, principalmente na construção civil e no setor de serviços começava a apresentar falta de mão de obra. Segundo Lazzareschi (2010), essa escassez de mão de obra não se dava única e exclusivamente apenas nos níveis mais baixos de rendimento, afetava também níveis mais altos de exigência, como engenheiros, por exemplo.

O “bom problema” poderia simplesmente frear o crescimento e o desenvolvimento, o que poderia levar o ciclo econômico a um descompasso, como fazer revolução social sem estar aliada a desenvolvimento econômico?

Em 2011, com a vitória de Dilma Rousseff para presidente, é dada sequência nas ações relativas à educação profissional, continua a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a presidente assume em sua agenda política o compromisso de instalar um IF, em cada município com mais de 50 mil habitantes.

É importante lembrar que no ano anterior, em 2010, o número de admissões que em 2009 tinha sido de 16,18 milhões de vagas, havia subido 20,42 milhões, com um saldo recorde de 2,55 milhões de empregos. Esses dados mostraram ao novo governo a urgência em se fazer algo, pois se lá em 2006-2007 já se falava em apagão de mão de obra, o que aconteceria em 2011, já que os números de empregos não paravam de crescer.

Então, no dia 28 de Abril de 2011, a presidente encaminha à Câmara dos Deputados a mensagem com o projeto de lei (PL) Pronatec. Já no dia seguinte, a Mesa Diretora faz sua leitura em plenário dando início à tramitação em regime de urgência<sup>14</sup>. Esse PL recebeu o número de 1.209/2011 e foi enviado às Comissões de Trabalho, de Administração e Serviços Públicos; Educação e Cultura; Finanças e Tributação; Constituição e Justiça e de Cidadania.

---

<sup>14</sup>De acordo com a Constituição Federal (CF), Artigo 64, §1º e §2º, quando o presidente da República solicita urgência para a apreciação de projetos de sua autoria, e a Câmara e o Senado não se manifestam contrariamente, cada um deles terá 45 dias sucessivamente para colocar a matéria em votação, sob pena de sobrestar todas as demais deliberações legislativas da respectiva casa

A ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, em reunião com parlamentares da Comissão de Educação enfatizou que o governo tem pressa em cumprir o objetivo do PRONATEC de profissionalizar pessoas por meio de bolsas aos estudantes, do financiamento do Sistema S ou da expansão das vagas em escolas públicas. A decisão da presidente Dilma de não retirar a urgência de projeto tem uma justificativa muito forte. É um projeto grande, ambicioso, que visa capacitar oito milhões de jovens trabalhadores até 2014, não pode ficar dormindo. A proposta implica a qualificação de trabalhadores neste momento em que o país vive um crescimento fantástico, mas que praticamente podemos dizer que há um “apagão” de mão de obra, disse. (Agência Câmara Notícias, em 6 de julho de 2011 apud IPEA, 2014, p. 22).

No dia 26 de Outubro de 2011, a Lei nº 12.513 foi sancionada, essa instituiu o Pronatec. Com investimentos previstos em R\$ 14 bilhões e com uma meta de 8 milhões em matrículas, esse programa almejava alinhar a oferta de mão de obra qualificada, de acordo com as demandas de emprego.

Chama a atenção o fato de que desde o envio da mensagem pelo Palácio do Planalto apresentando o PL Pronatec até sua publicação como Lei no Diário Oficial (DO), o prazo foi de apenas seis meses.

## **2.2. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC**

No dia 26 de outubro do ano de 2011, o governo sanciona a Lei de nº 12.513, que oficializa a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), tendo como objetivo geral expandir a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

O Pronatec se destaca por estabelecer diversas ações articuladas intersetoriais, tendo como foco a Educação Profissional e Tecnológica na busca pelo desenvolvimento do país, através da inclusão e promoção social, inovação tecnológica e aumento da produtividade e competitividade da economia.

De acordo com a presidente Dilma Roussef:

[...] o Pronatec vai beneficiar milhões e milhões de brasileiros. O Pronatec é um projeto extremamente ousado para garantir que o ensino médio brasileiro não seja um ensino deslocado e desfocado da realidade que nós vivemos. Mas o Pronatec é aquele programa de Ensino Médio que introduz na educação brasileira um momento

decisivo, que é a formação técnica e profissional. E vai significar para o Brasil um grande aumento de produtividade, uma imensa capacidade de melhorar a qualidade dos nossos empregos e, sobretudo, de assegurar para o Brasil um padrão de desenvolvimento e de integração social, no qual a educação cumpre um dos papéis mais relevantes para que os nossos trabalhadores sejam de fato, aqueles beneficiados com o fruto do desenvolvimento, e portando, tenham salários cada vez mais adequados. (SOARES, 2012, p. 99).

São objetivos do Programa:

- I - expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II - fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III - contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV - ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V - estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.
- VI - estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda. (BRASIL, 2011).

Esse Programa consiste em estabelecer ou dar continuidade a um conjunto de iniciativas que buscam ampliar a oferta de acesso a Cursos Técnicos e de Formação Inicial e Continuada (FIC), logo abaixo citados os principais:

- Fortalecimento e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – criada pela Lei de nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que realiza cursos FIC, cursos técnicos, superiores de tecnologia, bacharelado, licenciatura, especialização, mestrado e doutorado. Atualmente, essa rede conta com 562 unidades em funcionamento.
- Rede e-Tec Brasil – instituída pelo Decreto nº7.589, de 26 de outubro de 2011, que oferece EPT na modalidade à distância, com participação da Rede Federal de EPT, Serviços Nacionais de Aprendizagem e unidades estaduais e distritais de EPT. Essa iniciativa fomenta financeiramente instituições apoiadoras na estruturação de laboratórios, capacitação de professores, elaboração de recursos didáticos, pagamento de bolsas para tutores e docentes e apoio financeiro a pesquisas na área de educação à distância.

- Programa Brasil Profissionalizado – instituído pelo Decreto 6.302, de 12 de Dezembro de 2007, que fortalece através do aporte financeiro de verbas, a construção, reforma e ampliação de unidades, instalações laboratoriais, mobiliário, equipamentos, capacitação de professores e gestores de escolas das redes estaduais e distritais de EPT.

- Acordo de Gratuidade com o Sistema S, onde fica estabelecido pelos decretos nº6.633/2008, nº 6.635/2008, nº 6.632/2008 e nº 6.637/2008, que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), incluindo os Serviços Nacionais Sociais, SESI e SESC deverão ofertar até o fim do ano de 2014 o montante de 66,6% de sua receita compulsória líquida na oferta de cursos técnicos e FIC para população de baixa renda.

- Bolsa Formação – instituída pela Lei nº 12.153, de 2011, que promove a fortalecimento de cursos técnicos de nível médio para jovens através da Bolsa Formação Estudante e cursos FIC com o Bolsa Formação Trabalhador, utilizando tanto a rede pública quanto a privada para oferta da EPT, tendo como prioridade:

I - estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos;

II - trabalhadores;

III - beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e

IV - estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento.

§ 1º Entre os trabalhadores a que se refere o inciso II, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

§ 2º Será estimulada a participação das pessoas com deficiência nas ações de educação profissional e tecnológica desenvolvidas no âmbito do Pronatec, observadas as condições de acessibilidade e participação plena no ambiente educacional, tais como: adequação de equipamentos, de materiais pedagógicos, de currículos e de estrutura física.

§ 3º As ações desenvolvidas no âmbito do Pronatec contemplarão a participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 4º Será estimulada a participação de mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda, nos cursos oferecidos por intermédio da Bolsa-Formação. (BRASIL, 2011).

- E outras ações, tais como o financiamento utilizando recurso do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES, o estímulo de oferta de vagas para pessoas com

deficiência, articulação com Sistema Nacional de Empregos (SINE) e articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM.

Apesar do discurso inicial da presidente, que recorre basicamente às ações voltadas para o ensino técnico profissional, é necessário comentar que o Pronatec se divide em dois blocos de cursos, sendo um voltado para o ensino técnico de nível médio nas formas articuladas (integrado e concomitante) e subsequente, com cursos de carga horária de no mínimo 800 horas, e o outro, para os chamados cursos FIC, com carga horária média de 160 horas, que duram de dois a quatro meses.

Para os cursos denominados FIC, o Guia Pronatec de Cursos FIC, traz os títulos ofertados no âmbito do programa, o perfil da qualificação profissional e também os pré-requisitos exigidos para o ingresso do aluno no curso. É importante ressaltar que a oferta desses cursos vai depender das condições técnicas e estruturais das instituições ofertantes.

Esses cursos são ofertados por instituições públicas de EPT (rede federal, estadual, distrital e municipal), pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT) e instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio que estejam habilitadas pelo Ministério da Educação.

Desde seu lançamento, o Pronatec teve como meta o alcance do número expressivo de oito milhões de matrículas até o fim de 2014, segundo o site oficial do governo<sup>15</sup>, o que de fato foi alcançado de acordo com Gallindo, Feres e Schroeder (2015). Os investimentos foram da ordem de 14 bilhões de reais, o programa foi considerado pelo governo como a porta de saída para os beneficiados pelo Bolsa Família. Segundo o discurso do governo, essa política pública seria capaz de proporcionar às camadas mais baixas do estrato social, condições para a conquista de um emprego qualificado:

O Ministério do Desenvolvimento Social envolveu-se ativamente no Pronatec, buscando garantir que as famílias de menores rendimentos, em especial aquelas que já eram conhecidas por estarem inscritas no Cadastro Único para as Políticas Sociais e beneficiários do Programa Bolsa Família, fossem alcançadas pelos diversos programas e ações do Plano Brasil Sem Miséria, promovendo, assim, acesso a serviços de educação, creche e saúde, ao conjunto de oportunidades que estavam articuladas ao eixo de inclusão produtiva urbana. E nesse

---

<sup>15</sup> <http://blog.planalto.gov.br/dilma-pronatec-2-0-tera-mais-de-8-milhoes-de-matriculas/>

contexto de texto, é analisada a iniciativa de qualificação profissional, deixando para um segundo momento, as análises que envolvem cursos gratuitos do Sistema S e cursos técnicos [...] (MONTAGNER; MULLER, 2015, p. 8).

A estrutura organizacional do Pronatec, como sendo uma política pública de EPT, é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), sendo efetivamente a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) que planeja, orienta, coordena e avalia o processo de formulação e implementação da Política de Educação Profissional e Tecnológica.

As instituições que ministram cursos no âmbito do Pronatec são denominadas ofertantes, no caso a rede federal de EPT, redes estaduais de EPT, Sistema S e entidades privadas. Já os demandantes, no caso os ministérios e secretarias estaduais de educação, são os responsáveis por mapear e caracterizar a demanda existente, identificar o perfil de formação e a quantidade de profissionais necessários em cada município do país, realizar os processos de mobilização e seleção do público a ser capacitado, monitorar a execução dos cursos e articular para que os egressos dos cursos tenham como buscar oportunidades ocupacionais identificadas no mapeamento das demandas direcionamento do público-alvo a ser contemplado pelo programa:

Os demandantes nacionais possuem pontos de atendimento presenciais distribuídos nos municípios do País, denominados de unidades demandantes. Como exemplo de unidade demandante do Pronatec, podemos citar os Centros de Referência de Assistência Social – CRAS ligados ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e as unidades do Sistema Nacional de Emprego – SINE vinculadas ao Ministério do Trabalho e Emprego. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014, p. 23)

Nesses locais, são realizadas as pré-matrículas do público indicado pelos demandantes, que sempre deve estar em consonância com o perfil prioritário estabelecido pelo programa. Logo após, o pré-matriculado tem no máximo até sete dias para procurar o estabelecimento ofertante e apresentar a documentação necessária para confirmação da matrícula, caso contrário, a pré-matrícula perde a validade, resultando em uma nova chamada para as vagas remanescentes. É importante trazer que:

Em algumas situações a unidade demandante terá uma configuração mais complexa, tal como ocorre no Pronatec Campo, onde se constitui um Comitê Estadual do Pronatec composto por delegado do MDS, Superintendência Regional do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ofertantes, representantes de Movimentos Sociais e Sindicais, Fórum Estadual de Educação do Campo (ou equivalente), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Rede Estadual de Colegiados Territoriais, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. E, ainda, há situações em que não haverá uma unidade específica e a articulação será realizada a partir do próprio demandante nacional. (GALINDO; FERES; SCHROEDER, 2015, p. 29).

As autorizações da abertura de vagas pelo ofertante para que o demandante realize a pré-matrícula são previamente autorizadas pelo Ministério da Educação, “que atua como articulador entre demandantes e ofertantes nacionais, num processo denominado ‘pactuação de vagas’” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014, p. 24).

Nessa pactuação, as unidades ofertantes indicam os cursos e as quantidades de vagas. Dessa forma, os demandantes são capazes de se planejarem em relação à oferta de cursos, alinhando, pelo ao menos em tese, com as demandas de maiores oportunidades ocupacionais.

Como já citado anteriormente, o Pronatec se divide em dois blocos de cursos, a sistematização abordada anteriormente é referente apenas para os cursos de qualificação profissional, denominados de FIC.

Os cursos técnicos subsequentes são ofertados exclusivamente por meio do Sistema de Seleção Unificado da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec), que é o mecanismo que prioriza a ocupação de vagas em função da nota obtida pelos estudantes no Enem. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2014, p. 24).

Dentre as ações do Pronatec, é importante retomar a questão da Bolsa Formação, que consiste em ofertar, de forma gratuita, cursos técnicos de nível médio e cursos de formação inicial e continuada na modalidade presencial.

Desde sua implantação, no ano de 2011, mais de quatro milhões de alunos foram beneficiados por esse recurso (GALLINDO; FERES; SCHROEDER, 2015).

Esta bolsa se divide em duas modalidades, Bolsa Formação estudante e Bolsa Formação trabalhador.

A Bolsa Formação estudante custeia cursos técnicos de nível médio em conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), que podem ser realizados de forma subsequente, ou seja, para quem conclui o ensino médio e acesso pelo Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTEC), de forma concomitante para os que estão matriculados ainda no ensino médio, porém cursem em horário oposto aos das aulas do ensino médio, e no caso

da educação de jovens e adultos, realizado em turno único e por fim, na forma integrada, desenvolvida na mesma unidade de ensino, destinada, no caso da Bolsa Formação, ao público da educação de jovens e adultos.

Já o Bolsa Formação trabalhador, custeia cursos de qualificação profissional de carga horária de no mínimo 160 horas, conforme o Guia Pronatec de Cursos FIC. Segundo Gallindo, Feres e Schoreder (2015), há duas formas de repasse de verbas: o pagamento de mensalidades dos estudantes no caso das instituições privadas mediante acompanhamento da frequência e o repasse de recursos equivalentes ao custo total por aluno.

Tanto no Bolsa Formação estudante, onde há estudantes matriculados no ensino médio e para a educação de jovens e adultos, quanto para o Bolsa Formação trabalhador, estão inclusos o auxílio alimentação e o vale transporte.

A oferta de cursos de curso no âmbito do Bolsa Formação trabalhador está diretamente interligada a outras políticas, planos, programas, como por exemplo, o Plano Brasil sem Miséria, que atende pessoas em extrema pobreza e o Plano Brasil Maior, que atende à política industrial e tecnológica, dentre outros com recortes específicos. Com isso, foi criado o conceito de “modalidade da demanda”, que permite identificar o perfil do público específico que pode contribuir na composição de turmas, podendo estabelecer tratamento específico quando necessário.

Em geral, as modalidades de demanda estão ajustadas à uma política pública de uma Secretaria ou Ministério demandante, que pode ter uma ou mais modalidades associadas a ele. As modalidades de demandas são as responsáveis por como as turmas serão compostas, podendo ser exclusiva, prioritária ou compartilhada. Por exemplo, o Pronatec Sistema Prisional Regime Fechado é da modalidade exclusiva, pois seu público é formado apenas por prisioneiros de regime fechado. Já para as modalidades de demandas compartilhadas, os critérios para composição das turmas não adotam restrições.

No caso da modalidade prioritária, podemos adotar o exemplo do Pronatec Seguro-Desemprego.

A modalidade Pronatec Seguro-Desemprego, por exemplo, é prioritária porque os beneficiários reincidentes do Seguro-Desemprego, de acordo com a legislação em vigor, têm atendimento prioritário em função da condicionalidade de matrícula e frequência a um curso FIC. (GALLINDO; FERES; SCHROEDER, 2015, p. 32).

Segue abaixo uma tabela trazendo a relação dos demandantes e suas respectivas modalidades de demandas.

**TABELA 1 – Lista geral de demandantes e outras informações**

<b>Modalidade de Demanda</b>	<b>Parceiro Demandante</b>	<b>Tipo da Modalidade de Demanda</b>	<b>Perfil de Público</b>	<b>Unidade Demandante Típica</b>
<b>Pronatec Jovem Técnico Concomitante</b>	Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Educação	Compartilhada	Estudantes do ensino médio da rede pública	Unidades de ensino da educação básica, que tenham ensino médio, e/ou secretaria estadual e distrital de educação.
<b>Pronatec Jovem FIC</b>	Secretarias de Estado e do Distrito Federal de Educação	Compartilhada	Estudantes do Ensino Médio da rede pública	Unidades de ensino da educação básica, que tenham ensino médio, e/ou secretaria estadual e distrital de educação.
<b>Pronatec Brasil sem Miséria</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Compartilhada	Cadastrados no CadÚnico	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculados às prefeituras, e/ou secretarias estaduais de assistência social
<b>Pronatec Mulheres Mil</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Exclusiva	Mulheres cadastradas no CadÚnico	
<b>Pronatec Sistema Socioeducativo Aberto</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Compartilhada	Jovens e Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto	
<b>Pronatec Vira Vida</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Exclusiva	Jovens em situação de vulnerabilidade social que participam do Projeto Vira Vida.	
<b>Pronatec Seguro-Desemprego</b>	Ministério do Trabalho e Emprego	Prioritária	Beneficiários do Seguro-Desemprego	
<b>Pronatec Trabalhador</b>	Ministério do Trabalho e Emprego	Compartilhada	Trabalhadores	SINE e outras agências do trabalhador
<b>Pronatec Aprendiz</b>	Ministério do Trabalho e Emprego	Exclusiva	Participantes do Programa Jovem Aprendiz	
<b>Pronatec Certific</b>	Ministério do Trabalho e Emprego	Exclusiva	Cidadãos interessados em realizar processo de certificação de saberes	
<b>Pronatec ProJovem Trabalhador</b>	Ministério do Trabalho e Emprego	Exclusiva	Jovens que participam do ProJovem Trabalhador.	
<b>Pronatec Copa</b>	Ministério do Turismo	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer	Secretarias estaduais e municipais de turismo
<b>Pronatec Copa na Empresa</b>	Ministério do Turismo	Exclusiva	Trabalhadores que atuam nos setores de turismo, hospitalidade ou lazer	Empresas do setor de turismo, hospitalidade e lazer
<b>Pronatec Copa Social</b>	Ministério do Turismo	Compartilhada	Jovens em situação de vulnerabilidade egressos do Projeto Vira Vida.	Secretarias estaduais e municipais de turismo
<b>Pronatec Exército</b>	Ministério da Defesa	Exclusiva	Praças do Exército em prestação de Serviço Militar	Comando local do Exército
<b>Pronatec Aeronáutica</b>	Ministério da Defesa	Exclusiva	Praças da Aeronáutica em prestação de Serviço Militar	Comando da Aeronáutica
<b>Pronatec Marinha</b>	Ministério da Defesa	Exclusiva	Praças da Marinha em prestação de Serviço Militar	Comando da Marinha
<b>Pronatec Aeronáutica Reserva</b>	Ministério da Defesa	Compartilhada	Praças da Aeronáutica que deram baixa, do Serviço Militar, nos últimos 12 meses.	Comando da Aeronáutica

<b>Pronatec Marinha Reserva</b>	Ministério da Defesa	Compartilhada	Praças da Marinha que deram baixa do Serviço Militar, nos últimos 12 meses.	Comando da Marinha
<b>Pronatec Marinha Mercante</b>	Ministério da Defesa	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar no setor aquaviário.	Órgãos de execução do sistema de ensino profissional marítimo
<b>Pronatec Campo</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Compartilhada	Público da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais e da Reforma Agrária	EMATER, ATER, SEAPROF, Sindicatos
<b>Pronatec Sistema Socioeducativo Fechado</b>	Secretaria de Direitos Humanos	Exclusiva	Jovens e Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado	Órgãos estaduais de execução do sistema socioeducativo
<b>Pronatec Viver sem Limite</b>	Secretaria de Direitos Humanos	Prioritária	Pessoas com deficiência	Órgãos de gestão da política da pessoa com deficiência; entidades representativas da sociedade civil vinculadas à política da pessoa com deficiência.
<b>Pronatec Pop Rua</b>	Secretaria de Direitos Humanos	Exclusiva	População em situação de rua	
<b>Pronatec Brasil Maior</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Compartilhada	Trabalhadores para os setores relacionados ao Plano Brasil Maior.	Entidades representativas da indústria
<b>Pronatec Comunicações</b>	Ministério das Comunicações	Compartilhada	Trabalhadores que atuam ou pretendem atuar nas áreas de produção, programação e distribuição de informações e dados sobre plataformas de radiodifusão ou telecomunicações.	Prefeituras participantes do programa Cidades Digitais. Associações e Federações de empresas do setor. Convenientes do programa de Conteúdos Digitais Criativos.
<b>Pronatec Sistema Prisional</b>	Ministério da Justiça	Compartilhada	Privados de liberdade em regime aberto e semiaberto e egressos de Estabelecimentos Penais.	Unidades prisionais Secretarias estaduais de administração prisional ou órgãos congêneres. Grupo de Monitoramento da Execução Penal vinculado ao Conselho Nacional de Justiça
<b>Pronatec Reabilitação Profissional</b>	Ministério da Previdência Social	Prioritária	Trabalhadores em processo de reabilitação profissional	Postos do INSS
<b>Pronatec Cultura</b>	Ministério da Cultura	Compartilhada	Trabalhadores para atender as demandas do mercado cultural.	Secretarias estaduais e municipais de cultura
<b>Pronatec Pesca e Aquicultura</b>	Ministério da Pesca e Aquicultura	Compartilhada	Pescadores e aquicultores que atuam ou pretendem atuar no setor pesqueiro e aquícola.	Superintendências federais da pesca e aquicultura
<b>Pronatec Projovem Urbano</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão	Exclusiva	Jovens que participam do Pronatec Projovem Urbano.	Secretarias municipais e estaduais de educação
<b>Pronatec EJA Técnico Integrado</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão	Exclusiva	Egressos do ensino fundamental, inclusive na modalidade EJA e do Pronatec Projovem Urbano, com idade igual ou superior a 18 anos.	Secretarias municipais e estaduais (órgãos gestores da EJA e do Projovem)
<b>Pronatec EJA Técnico Concomitante</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão	Compartilhada	Egressos do ensino fundamental, inclusive na modalidade EJA e do Pronatec Projovem Urbano, com idade igual ou superior a 18 anos.	Secretarias municipais e estaduais (órgãos gestores da EJA e do Projovem)

<b>Pronatec EJA FIC</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão	Compartilhada	Estudantes matriculados no ensino fundamental EJA, com idade igual ou superior a 15 anos, e no ensino médio EJA, com idade igual ou superior a 18 anos.	Secretarias municipais e Secretarias estaduais (órgãos gestores da EJA)
<b>Pronatec Defesa Civil</b>	Ministério da Integração Nacional	Exclusiva	Pessoas que atuam, direta ou indiretamente, em atividades relacionadas à defesa civil.	Coordenações locais de defesa civil.
<b>Pronatec Juventude Viva</b>	Secretaria Nacional da Juventude	Exclusiva	Jovens em situação de vulnerabilidade social	Não Informado
<b>Pronatec Agro</b>	Ministério da Agricultura	Compartilhada	Agricultores e suas famílias, trabalhadores rurais, estudantes do ensino médio, estudantes de escolas técnicas e técnicos recém-formados em agropecuária ou agrícola.	Não Informado
<b>Pronatec Serviços Públicos</b>	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/Secretaria do Ensino Superior	Exclusiva	Servidores de instituições federais de ensino.	Não Informado
<b>Pronatec Bolsa Verde</b>	Ministério do Meio Ambiente	Exclusiva	Não Informado	Não Informado
<b>Pronatec Catadores</b>	Ministério do Meio Ambiente	Exclusiva	Não Informado	Não Informado
<b>Pronatec Meio Ambiente</b>	Ministério do Meio Ambiente	Compartilhada	Não Informado	Não Informado

Fonte: Ministério da Educação<sup>16</sup>

É importante comentar que, segundo dados de Souza et al. (2015), o Pronatec, apesar de ter o foco prioritário voltado a um público carente, como por exemplo, os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), não é voltado apenas para este fim. A tabela abaixo confirma essa afirmação, trazendo dados oficiais de matrículas no âmbito do Bolsa Formação.

**TABELA 2 – Distribuição das matrículas do Bolsa Formação entre os não inscritos no CadÚnico, Inscritos no CadÚnico e beneficiários do PBF (Outubro de 2011 a Junho de 2014)**

	Bolsa Formação	
	Total	Percentual
<b>Inscritos no CadÚnico</b>	<b>1.789.505</b>	<b>63,1%</b>
Beneficiários do PBF	936.746	33,1%
Apenas inscritos no CadÚnico	852.759	30,1%
<b>Não inscritos no CadÚnico</b>	<b>1.047.420</b>	<b>36,9%</b>
<b>Total</b>	<b>2.836.925</b>	<b>100%</b>

Fonte: Souza et al., 2015, p. 137.

<sup>16</sup> Para acesso ao documento: [https://map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Documentos\\_Diversos](https://map.mec.gov.br/projects/parceiros-demandantes-e-ofertantes-da-bolsa-formacao/wiki/Documentos_Diversos).

Cabe ressaltar que uma política pública dessa magnitude, visto que, segundo dados de Souza et al. (2015, p. 134), atinge 4.025 municípios, ou seja, 72% dos municípios do país, é de extrema importância que ela vibre no mesmo diapasão das reais necessidades do mercado de trabalho, para que de fato atinja plenamente seus objetivos. Para tanto, merece destaque o trabalho inédito realizado pela SETEC/MEC em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), onde foi realizado um mapeamento das ocupações de acordo com a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) com os cursos oferecidos no escopo do Pronatec. Segundo o MEC (2015, p. 25) “foram utilizadas as cercas de 2.500 ocupações da CBO, os 664 cursos FIC do Guia Pronatec de cursos FIC e os 220 cursos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.”

Com o mapeamento entre formação e ocupação em mãos, é possível cruzar dados com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), propiciando a análise do itinerário socioprofissional e educacional dos concluintes dos cursos técnicos e FIC. Para fins de conhecimento, esse trabalho de avaliação de egressos do Pronatec está sendo realizado pelo IPEA.

O acompanhamento das matrículas realizadas por CPF do indivíduo permite a aferição precisa dos resultados alcançados, incluindo o acompanhamento de sua trajetória profissional para avaliar o impacto do curso realizado no âmbito do Pronatec e para identificação imediata dos beneficiados pela ação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015, p. 32).

Desde o início de 2011, uma série de incrementos e adequações foram realizadas a fim de tornar o Pronatec uma política de múltipla abrangência. O governo, por meio de seus manifestos públicos, o idealizou como uma política capaz de proporcionar “a realização de sonhos e a perspectiva de uma vida melhor a milhões de brasileiros”<sup>17</sup>, tendo como eixo central a EPT.

Apoiando-se nas ideias de Amartya Sen, que aponta as oportunidades sociais como “as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde e etc. as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor” (SEN, 2000, p. 56), e argumenta que:

---

<sup>17</sup><http://blog.planalto.gov.br/pronatec-proporciona-realizacao-de-sonhos-e-vida-melhor-a-milhoes-de-brasileiros/> Acesso em 05 abr. 2015.

Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo, levar uma vida saudável, livrando-se de morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade. (SEN, 2000, p. 56).

Logo, é correto afirmar que o Pronatec pode assumir uma condição de oportunidades sociais. E ainda, a condição de uma política de cunho social, pois afinal, o fundamento que conduz toda a história é a condição de trabalho, que acaba por contribuir diretamente para o lado econômico da questão. As interligações entre essas liberdades devem ser muito bem compreendidas quando a proposta é voltada para as políticas de desenvolvimento.

O fato de que o direito às transações econômicas tende a ser um grande motor de crescimento econômico tem sido amplamente aceito. Mas muitas outras relações permanecem pouco reconhecidas, e precisam ser mais plenamente compreendidas na análise das políticas. O crescimento econômico pode ajudar não só elevando rendas privadas, mas também possibilitando ao Estado financiar a seguridade social e a intervenção governamental ativa. Portanto, a contribuição do crescimento econômico tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais (incluindo, em muitos casos, redes de segurança social) que o crescimento econômico possibilitar. Analogamente, a criação de oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma empresa livre e ativa pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução significativa das taxas de mortalidade. A redução da taxa de mortalidade, por sua vez, ajuda a reduzir as taxas de natalidade, reforçando a influência da educação básica – em especial da alfabetização e escolaridade das mulheres – sobre o comportamento das taxas de fecundidade. (SEN, 2000, p. 58).

Portanto, estabelecer políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica requer múltipla atenção, pois além de lidar com o fato de ser um elemento adjunto da educação, é efetivamente aplicada para o mercado de trabalho, na formação e qualificação profissional, sendo de extrema relevância e significância para o desenvolvimento econômico e social da nação.

Se partir da premissa que o trabalho tem uma relação ontológica na formação da humanidade, e que, a partir de suas conquistas, os indivíduos se desenvolvem tanto socialmente quanto economicamente ou que através dele simplesmente satisfazem suas necessidades fundamentais como alimentação e moradia, uma

política pública dessa magnitude deve estar em consonância às pluralidades sociais do nosso país. Para tanto, é necessário, não apenas implantar uma política, mas também retroalimentá-la de informações à partir de avaliações políticas, de forma que no desenrolar do processo, ela seja moldada à partir das necessidades reais dos indivíduos.

### 3. PESQUISA COM ALUNOS EGRESSOS E INDÚSTRIAS DE FRANCA

Tem muita carência de muitas profissões. E se não ter como assim, você ter a oportunidade de aprender, fica difícil de você arrumar um trabalho com um pouco de prática que seja. (Rita)

[...] na minha época de adolescente, que seria a época certa para estar fazendo o curso, não existia. Você entendeu? Não existia essas oportunidades de você estar fazendo um curso, de estar... tendo uma oportunidade dessas. (Paulo)

Os parágrafos acima são transcrições da fala de dois entrevistados expondo suas opiniões sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Um programa dessa magnitude é sempre bem vindo à população em geral, pois pode ou não transformar a realidade social de muitas pessoas. O uso intencional do “pode ou não transformar a realidade social”, traz à tona uma definição de políticas públicas apresentada por Dye (1984 apud Souza p. 84), que sintetiza que políticas públicas é “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”, ou seja, uma política como essa, não poderia ser tratada apenas como a oferta de cursos técnicos ou de cursos denominados de Formação Inicial e Continuada (FIC) para a população, mas sim, como um plano nacional de qualificação, capaz de prosperar em seus objetivos no sentido de abastecer o mercado de trabalho com mão de obra qualificada, e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento humano e social dos diferentes estratos sociais.

Como já mencionado, o Pronatec, dentre suas várias ações, se divide em dois blocos de cursos, um voltado para cursos técnicos, e o outro, para a qualificação profissional, conhecidos por FIC, que tem duração mínima de 160 horas.

É de extrema relevância trazer para a discussão elementos que irão pautar o discurso acerca das avaliações de políticas públicas, pois como já referido anteriormente, trata-se de uma política pública de educação profissional, que desde seu nascedouro objetivou grandes realizações. De fato, todos os indicadores econômicos apontavam a real necessidade de investimento público em formação e qualificação profissional, o chamado “apagão de mão de obra” estava se cristalizando, e há quem diga que seria um dos principais entraves para garantir o desenvolvimento sustentável, pois afinal de contas, não poderia haver crescimento econômico faltando um dos elos principais da cadeia econômica.

Como já vimos em seção anterior, a rapidez com que o tema saiu da agenda governamental e foi proclamado como Lei Federal mostra exatamente o grau de urgência instaurada, uma vez que, por décadas, a educação profissional, sempre alçada a planos menores, passa a conhecer seu resplendor, e naquele momento, seria uma das questões primordiais na manutenção do crescimento econômico.

A análise a ser realizada por este trabalho pretende buscar elementos contundentes e precisos de alunos já formados no âmbito do Pronatec, utilizando recursos do Bolsa Formação como forma de sustentar ou não um dos principais pilares do programa, no caso, o acesso ao mercado de trabalho qualificado.

Segundo Draibe (2001), esse tipo de avaliação é reconhecido por “*ex-post*”. Essas avaliações podem ser realizadas durante a fase de execução ou após sua execução. Seus objetivos são “verificar os graus de eficiência e eficácia com que o programa está atendendo seus objetivos e avaliar a efetividade do programa, ou seja, seus resultados, impactos e efeitos” (DRAIBE, 2001, p. 19).

Nesse contexto de políticas públicas, é importante caracterizar alguns termos apresentados, quando falamos em resultados, estamos nos referindo ao produto gerado pelo programa, caberia aqui, por exemplo, como forma de elucidação, a quantidade de alunos que se matriculou nos cursos, ou seja, o aspecto puramente quantitativo.

Os impactos seriam as mudanças provocadas sobre a ação do programa. Nesse caso, poderia ser a variação da taxa de alunos formados em cursos FIC ou o aumento da quantidade de pessoas qualificadas profissionalmente.

Já os efeitos, segundo Draibe (2001), são os outros impactos do programa, que podem ser esperados ou não, e que incidem no meio social e institucional na qual se realizou. Por exemplo, a solidificação de um arranjo produtivo local (APL) ou a instalação de novas fábricas em razão do aumento de mão de obra qualificada.

É comum e frequente que se queira saber dos programas, se estes cumpriram seus objetivos. Na verdade, é mais que isso: quer se saber o quanto e com que qualidade, seus objetivos foram cumpridos. A pesquisa de avaliação que poderá responder adequadamente a essa pergunta é a avaliação de resultados, no sentido amplo. Já as avaliações de processos têm como foco o desenho, as características organizacionais e de desenvolvimento dos programas. Seu objetivo é fundamentalmente detectar os fatores que, ao longo da implementação, facilitam ou impedem que um dado programa atinja seus resultados da melhor maneira possível. (DRAIBE, 2001, p. 20).

Seguindo ainda com as definições sugeridas por Draibe (2001), é importante definir o conceito de “eficácia”, como sendo a relação entre realização do programa com os resultados alcançados. Esse tipo de avaliação tem por natureza abordar o processo, ou seja, sua implementação. Já no campo da “eficiência”, pode-se entender como sendo uma avaliação que se restringe pelos aspectos técnicos, de tempo e de custos.

Contudo, o que buscamos nesse trabalho é analisar o programa, fazendo-se uso do conceito da “efetividade”, conforme sugere Draibe.

[...] a efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que realiza seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide. Ora, como vimos antes, estas alterações são de dois tipos: impactos e efeitos. Logo, a efetividade significa as quantidades e/ou níveis de qualidade com que o programa atinge os impactos esperados e promove os efeitos, previsíveis ou não. (2001, p. 36).

Desse modo, para essa pesquisa, pode-se definir a “efetividade do Pronatec”, como sendo sua capacidade em qualificar profissionais e que esses conquistem empregos em suas áreas de qualificação. Com isso, o recorte dessa pesquisa recai única e exclusivamente sobre os egressos de cursos FIC no âmbito do Bolsa Formação, em cursos realizados na Escola SENAI “Márcio Bagueira Leal”, da cidade de Franca/SP.

O Centro de Treinamento do SENAI Franca, inaugurado no ano de 1974, na Rua Padre Anchieta, foi uma conquista do município através da ação do empresariado geral, pois já era necessário preparar profissionais ligados não somente ao setor calçadista, como também para outros setores industriais. O sistema público de formação era ausente, caberia ao setor privado ser o responsável por suprir a demanda de qualificação profissional de uma cadeia produtiva, que desde sempre absorveu um elevado número de pessoas devido aos processos industriais que exigem um tratamento individualizado a cada produto fabricado.

Mais tarde, já no ano de 1988, com a mudança para a sede própria e atual, o Centro de Formação Profissional “Márcio Bagueira Leal” se consolida frente ao setor produtivo industrial de Franca como um importante agente de formação profissional. É dotado de uma infraestrutura moderna, equipamentos e recursos didáticos, aliados

a um corpo de docentes e instrutores experientes no desenvolvimento de competências e atitudes profissionais.

Atualmente, após passar por expansão dos setores produtivos atendidos e de grandes investimentos em infraestrutura, equipamentos e recursos humanos, o SENAI Franca continua com foco principal no setor calçadista, sem contudo, deixar de lado, outros arranjos produtivos locais, atuando na formação de jovens para o mercado de trabalho, na formação técnica de futuros profissionais das áreas de calçados, eletroeletrônica e segurança do trabalho, na qualificação e no aperfeiçoamento profissional do trabalhador e contribuindo, de forma significativa, com as empresas da região, por meio de consultorias e assessorias técnicas e administrativas nos mais variados segmentos.

A inserção do SENAI de Franca ao Pronatec ocorreu por uma questão institucional orientada pelo Departamento Regional de São Paulo.<sup>18</sup> Primeiramente, coube à unidade apresentar um plano dentro do processo de pactuação, onde a escola apontava os tipos de cursos e as quantidades de vagas a serem disponibilizadas. É importante ressaltar que nesse período de implantação do programa, houve encontros presenciais com gestores e responsáveis tanto do SENAI São Paulo quanto do Governo Federal, que nortearam as unidades para o atendimento desse público.

Segundo dados da SETEC/MEC sob o requerimento do Sistema de Informação ao Cidadão nº 301349, amparado pela Lei Federal de Acesso à Informação, até o dia 11/05/2015 na cidade de Franca foram realizadas 8.993 matrículas, sendo 6.518 em cursos FIC e 2.475 em cursos técnicos.

Segundo esse mesmo documento, foram 5.610 matrículas ofertadas pelo acordo de gratuidade firmado com o sistema S, onde o SENAI foi responsável pela oferta de 3.055 matrículas. No âmbito do Bolsa Formação, onde recai o recorte dessa pesquisa, foram 3.383 matrículas realizadas, das quais 1.764 tiveram como ofertante a unidade de Franca.

Na tabela a seguir (Tabela 3), encontra-se discriminado o total de matrículas ofertadas na cidade de Franca, de acordo com o demandante.

---

<sup>18</sup> Departamento Administrativo Central, localizado na cidade de São Paulo, é responsável pelo comando de todas as unidades do SENAI no estado de São Paulo.

**TABELA 3 – Matrículas do Bolsa Formação de acordo com demandante**

<b>Demandante</b>	<b>Matrículas</b>
Inscrições <i>on-line</i>	637
MDIC	18
MDS	1.214
MJ	46
MPS	2
TEM	130
SEDUCs	268
Sisutec	1068
<b>Total</b>	<b>3.383</b>

**Fonte:** SETEC/MEC – Sob o requerimento do Sistema de Informação ao Cidadão nº 301349

No ano de 2012, iniciaram as primeiras turmas do Pronatec utilizando os recursos do Bolsa Formação na unidade do SENAI de Franca. Foram ofertados oito tipos de cursos (Tabela 4). Um dado relevante que cabe ser apresentado aqui é referente ao número de evasão, onde das 366 matrículas realizadas, 157 foram finalizadas com o *status* de evasão, o que representa uma taxa de 42,89%.

**TABELA 4 – Cursos x Matrículas Realizadas ano de 2012 – Bolsa Formação**

<b>Curso</b>	<b>Número Matrículas</b>
Auxiliar administrativo	41
Confeccionador de artefatos de couro	14
Cortador de calçados	63
Costureiro industrial do vestuário	36
Modelista de cabedais de calçados	55
Pespontador de calçados	81
Soldador no processo eletrodo revestido em aço carbono e aço baixa liga	26
Torneiro mecânico	50
<b>Total</b>	<b>366</b>

**Fonte:** Sistema de Gestão de Serviços Educacionais e Tecnológicos (SGSET).

Em 2013, foi o ano em que mais houve oferta, tanto de matrículas quanto na variedade de cursos, no total foram ofertados 22 cursos, perfazendo um total de 964 matrículas (Tabela 5). E novamente, chama a atenção a questão da evasão, tendo sido registrado pelo sistema da escola o número de 398 matrículas evadidas, o que representa uma taxa de 41,28%.

**TABELA 5 – Cursos x Matrículas Realizadas ano de 2013 – Bolsa Formação**

<b>Curso</b>	<b>Número Matrículas</b>
Assistente de planejamento e controle de produção	20
Auxiliar administrativo	93
Auxiliar de contabilidade	36
Auxiliar de recursos humanos	75
Confeccionador de bolsas em couro e material sintético	35
Confeccionador de lingerie e moda praia	70
Costureiro industrial do vestuário	35
Curtidor de couros e peles	10
Desenhista de moda	17
Eletricista industrial	16
Eletricista instalador predial de baixa tensão	78
Mecânico de máquinas industriais	17
Mecânico de motores ciclomotor	20
Mecânico de sistemas de freios, suspensão de veículos leves	20
Modelagem de cabedal de calçados	74
Montador de calçados	11
Operador de computador	40
Pedreiro de alvenaria	12
Pespontador de calçados	160
Recepcionista	40
Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga	38
Torneiro mecânico	47
<b>Total</b>	<b>964</b>

**Fonte:** Sistema de Gestão de Serviços Educacionais e Tecnológicos (SGSET).

No ano de 2014, foram oferecidos à população 14 cursos, totalizando 592 matrículas (Tabela 6), e foi constatado o número de 124 matrículas evadidas, o que representa um índice de 20,94%.

**TABELA 6 – Cursos x Matrículas Realizadas ano de 2014 – Bolsa Formação**

<b>Curso</b>	<b>Número Matrículas</b>
Auxiliar administrativo	20
Auxiliar de recursos humanos	36
Caldeireiro	60
Confeccionador de lingerie e moda praia	56
Costureiro industrial do vestuário	38
Eletricista industrial	57
Mecânico de bombas hidráulicas	10
Mecânico de máquinas agrícolas	10
Mecânico de motores ciclomotor	30
Operador de máquinas de usinagem com comando numérico computadorizado	20
Pespontador de calçados	92
Recepcionista	35
Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga	71
Soldador no processo MIG/MAG	57
<b>Total</b>	<b>592</b>

**Fonte:** Sistema de Gestão de Serviços Educacionais e Tecnológicos (SGSET).

No ano de 2015, foram ofertados apenas dois cursos, o que representou um total de 40 matrículas (Tabela 7). O número de evadidos foi de apenas 4, o que representa uma taxa de 10%, todavia há que se considerar o baixo número ofertado de matrículas.

**TABELA 7 – Cursos x Matrículas Realizadas ano de 2015 – Bolsa Formação**

<b>Curso</b>	<b>Número Matrículas</b>
Mecânico de veículos rodoviários pesados	20
Soldador no processo MIG/MAG	20
<b>Total</b>	<b>40</b>

**Fonte:** Sistema de Gestão de Serviços Educacionais e Tecnológicos (SGSET).

Mesmo não sendo objetivo da pesquisa, é importante retratar o alto número de evasão apresentado segundo os documentos oficiais, pois isso vai implicar na avaliação da eficácia da política pública. Na Tabela 8 abaixo, consta um quadro geral do índice de evasão, tomando por referência apenas o tipo de curso ofertado no âmbito do Bolsa Formação, oriundo da escola SENAI Franca no período de 2012 a 2015.

**TABELA 8 – Cursos x Taxa de evasão 2012-2015 – Bolsa Formação**

<b>Curso</b>	<b>Taxa de evasão</b>
Assistente de planejamento e controle de produção	55%
Auxiliar administrativo	37,01%
Auxiliar de Contabilidade	33,33%
Auxiliar de recursos humanos	38,73%
Caldereiro	5%
Confeccionador de artefatos em couro	42,85%
Confeccionador de bolsas em couro e material sintético	68,57%
Confeccionador de lingerie e moda praia	27,77%
Cortador de Calçados	44,44%
Costureiro industrial do vestuário	37,61%
Curtidor de couros e peles	60%
Desenhista de moda	64,70%
Eletricista industrial	35,61%
Eletricista instalador predial de baixa tensão	43,58%
Mecânico de bombas hidráulicas	0%
Mecânico de máquinas agrícolas	0%
Mecânico de máquinas industriais	52,94%
Mecânico de motores ciclomotor	13,33%

Mecânico de sistemas de freios, suspensão de veículos leves	45%
Mecânico de veículos rodoviários pesados	15%
Modelagem de cabedal de calçados	52,71%
Montador de calçados	54,54%
Operador de computador	52,50%
Operador de máquinas de usinagem com comando numérico computadorizado	35%
Pedreiro de alvenaria	58,33%
Pespontador de calçados	33,03%
Recepcionista	41,33%
Soldador no processo eletrodo revestido aço carbono e aço baixa liga	15,56%
Soldador no processo MIG/MAG	12,98%
Torneiro mecânico	43,29%

**Fonte:** Sistema de Gestão de Serviços Educacionais e Tecnológicos.

No contexto geral, o índice de evasão chama a atenção, segundo o Sistema de Gestão de Serviços Educacionais e Tecnológicos, das 1962 matrículas realizadas pela unidade SENAI de Franca no período de 2012 até 2015, houve 683 matrículas evadidas, o que corresponde ao índice de 35,32%, contrariando o documento oficial (localizado em Anexo) enviado pelo MEC/SETEC, que diz que:

Quanto ao abandono em curso do Pronatec realizados de 2011-2014, os levantamentos realizados pelo MEC apontam que em torno de 16% dos estudantes matriculados abandonaram os cursos.

Contudo, não podemos esquecer que o Pronatec, é um conjunto de várias ações e iniciativas e que nesse índice apontado pelo governo, estão inclusas todas as matrículas realizadas, contemplando todas as ações e iniciativas do Pronatec.

À partir dos dados oficiais fornecidos pela entidade, o SENAI Franca realizou 1962 matrículas no período de 2012 até outubro de 2015. E se valendo de um cadastro geral de matrículas, para chegar aos objetivos dessa pesquisa, foram enviados aproximadamente 200 formulários (questionários), em formato digital, no período de Junho até Outubro de 2015, com o objetivo de coletar dados referentes ao programa. É válido lembrar que só foram enviados *e-mails* aos participantes que foram certificados pelo programa e que cujo cadastro havia o endereço eletrônico.

O formulário em questão se encontra em Anexo e foi desenvolvido partindo dos objetivos da pesquisa, apoiado em uma abordagem rápida, clara e precisa, referente aos dados alvos da presente pesquisa.

Foram respondidos 82 formulários, que por um lado pessimista, pode parecer pouco, tendo em vista o número expressivo de matrículas efetuadas pela escola, por outro lado, é importante trazer a representatividade desse volume de respostas, tendo em vista a quantidade de *e-mails* enviados, e que a única forma de alcançar essa quantidade de respostas seria com aplicação de questionários utilizando esse sistema eletrônico.

Também para enriquecer a discussão acerca da efetividade do Pronatec, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas, que servirão como pontos de análise para essa política, na perspectiva dos alunos qualificados pelo programa.

E como o recorte desse trabalho recai sobre o fator emprego, não poderia ficar de fora a figura do setor industrial. Para tanto, também foram aplicados questionários utilizando o aplicativo *Google Forms* para algumas indústrias. Um cuidado tomado na escolha dessas empresas foi o de que elas deveriam ser das áreas afins dos cursos ofertados, portanto, foram coletados dados de empresas de confecção, metalmeccânica, calçados e curtume.

Desde seu lançamento, o Pronatec se apresentou além de uma política de acesso ao ensino técnico e profissionalizante, um viés social, através do atendimento prioritário aos beneficiados de políticas de transferência de renda. Certo ou errado, esse direcionamento acaba por afirmar, e mais uma vez, reforçar o conceito de uma educação profissional e tecnológica voltada aos desamparados, sem, contudo, levar em conta outras questões determinantes desse estrato social. A ideia do senso comum, onde mais importante do que garantir uma renda mínima para subsistência, é proporcionar meios capazes de garantir esse sustento, pegou em cheio nesse programa, sendo até considerado como a porta de saída do programa Bolsa Família.

Para tanto, é importante recorrer ao que o professor Jessé de Souza (2012, p. 11) diz: “Todos querem que os programas sociais de transferência, como o Bolsa Família, ganhem elementos de capacitação”, seguindo sua visão ele ainda complementa que “Nessa busca, o equívoco mais comum é direcionar os programas de capacitação prioritariamente ao núcleo duro da pobreza [...]” e, por fim, Souza conclui que “Difícilmente, conseguem os membros da ralé beneficiar-se de tais

programas. As incapacitações sociais e as inibições culturais intervêm para barrar a porta de saída”.

Em contrapartida, ele defende que tais políticas devam ser direcionadas a um grupo que ele denomina “os batalhadores”, pois esses, de fato, apresentam o potencial necessário para a transformação proporcionada por esse tipo de política.

São os batalhadores os primeiros beneficiários potenciais dos projetos de capacitação e de ampliação de oportunidades. Mostraram que se podem resgatar porque já começaram a resgatar-se por conta própria. Nisso, como em muito, podem servir como o elo que nos faltava identificar entre a ralé e a pequena burguesia empreendedora. Devem ser os primeiros destinatários das iniciativas de capacitação não por uma lógica de caridade (em que o critério é quem sofre mais), senão por uma lógica de eficácia transformadora (para qual o critério é quem pode mais). (SOUZA, 2012, p. 11).

É também muito importante estar ciente de que o simples fato de obter uma qualificação profissional, no âmbito do Pronatec ou através de outros programas de formação e qualificação profissional, não significa a certeza de inclusão no mercado de trabalho.

É necessário, simultaneamente, argumentar que o mercado de trabalho exige, cada vez mais, a obtenção de qualificação. Para se integrar ao mercado de trabalho, especialmente no âmbito formação, nunca foi tão importante ser qualificado. Entretanto, possuir uma qualificação não é garantia de integração estável no mercado de trabalho, na medida em que os trabalhadores com níveis mais baixos de qualificação são relegados às posições e empregos de instabilidade no mercado de trabalho. Desse modo, uma sociedade mais diplomada não implica necessariamente numa sociedade incluída consistentemente no mercado de trabalho. (SOUZA, 2012, p. 62).

Diante então das questões expostas sobre a demarcação errônea em adotar políticas de qualificação profissional focalizadas para um estrato carente da sociedade, como forma de oportunizar condições para promover a transformação social, o governo deixa claro que, nessa política, adota a ideia comum já difundida da necessidade em aliar políticas de transferência de renda com formação profissional.

Em tese, há a unificação de duas grandes necessidades nacionais: a formação de mão de obra para o setor produtivo, com o objetivo de combater o apagão de mão de obra, e a oportunidade de qualificação profissional para um estrato populacional de vulnerabilidade social como elemento fundamental para a promoção

da mobilidade social, o que acaba por ser um paradoxo frente às ideias do professor Jessé de Souza.

Essa política não pode ser vista como uma tábua de salvação para determinados grupos de pessoas ou de interesses, mas sim, a oportunidade de condições que devem obrigatoriamente culminar na continuação do ciclo desenvolvimentista do país, ou seja, na formação e qualificação de mão de obra para que este sustente as engrenagens do desenvolvimento econômico e conseqüentemente, impacte diretamente no desenvolvimento social.

Contrapondo o fato de que aproximadamente 83% da oferta de cursos FIC com recursos do Bolsa Formação tenha como demandante o Ministério do Desenvolvimento Social na modalidade Pronatec Brasil sem Miséria, a presente pesquisa apontou que apenas 6% de fato recebem benefícios de transferência de renda, porém, esse número cresce para 13% quando questionado se já recebeu algum tipo de benefício de programas de renda.

Não é questão de incentivo, é porque a gente não pode... passa a não ter salário, porque você não passa... tem que parar de pescar. É pra você não ficar desamparado, vamos dizer. (Paulo)

Paulo tem 31 anos, natural e morador da cidade de Franca, concluiu o ensino médio em escola pública, é divorciado, não tem filhos, e vive em sua casa própria, mas ainda pagando o financiamento e mora com sua atual companheira.

Já trabalhou como costurador de calçados com carteira assinada, porém, por não gostar de ficar confinado em ambientes fechados, e também por influência do sogro, acabou trocando de área, e hoje, seu sustento é obtido através do trabalho autônomo em pesca artesanal realizada no Rio Grande, situado na cidade de Sacramento, no estado de Minas Gerais, que fica aproximadamente a 80 quilômetros de distância de Franca.

Sua renda gira em torno de um mil e duzentos reais mensais no período de pesca, porém na piracema, época na qual é proibida a pesca devido à reprodução das espécies, ele recebe o benefício do Instituto Nacional de Seguridade Social, o chamado “Seguro-Defeso”, uma espécie de seguro desemprego que o garante uma renda mensal de um salário mínimo durante todo esse período, sendo assim, poderia fazer parte do grupo de 6% que recebe benefícios de renda do governo.

Seu curso foi o de eletricitista instalador predial de baixa tensão, porém nunca chegou a ser contratado. Para tal, deveria ter um curso da Norma Regulamentadora 10, indispensável e obrigatório para quem trabalha com instalações elétricas.

Em questão do eletricitista, teria que vir agregado a NR<sup>19</sup> 10, porque é a chave de tudo ali, porque o eletricitista não pode trabalhar sem registro, como eu te citei, pela profissão de risco e sem o NR 10 você não consegue registrar. Então, uma coisa depende da outra. (Paulo)

Com isso, não fica difícil de perceber que o curso realizado, não foi capaz de proporcionar um trabalho na área de elétrica, e nem tão pouco proporcionar um incremento de sua renda financeira. Segundo Paulo, o curso ofereceu elementos suficientes para que ele pudesse exercer a função de eletricitista e que sua expectativa era de trocar de área profissional.

Foi um complemento de ambas as partes, porque eu já tinha... eu mexia em alguma coisa em casa, por curiosidade mesmo, e o curso complementou bem, você entendeu? Então, juntou as duas coisas. (Paulo)

[...] poderia haver bastante possibilidade, sim, de eu estar partindo para o lado da parte elétrica, de eletricitista, porque o salário é melhor do que a pesca, se você entrar no mercado de trabalho certinho, tiver uma oportunidade de se registrar. Porque aí, o salário base do eletricitista já é mais compatível com o que eu ganho, e aí, já daria para você estar começando. (Paulo)

O que chama a atenção é a forma como ele foi selecionado, haja vista que o programa nasce pela urgente necessidade de mão de obra e que a escolha dos candidatos levaria em conta alguns pré-requisitos capazes de proporcionar à população não somente um curso, mas sim, uma ferramenta para a conquista de um trabalho qualificado.

Paulo diz que tomou conhecimento do Pronatec por acaso, “na época eu acho que estava no... fui no NUBS fazer uma consulta, e era do lado ali. E eu vi o cartaz lá e perguntei, né.”

---

<sup>19</sup> Norma Regulamentadora N°10 é uma norma compulsória do MTE aplicada aos trabalhadores que desenvolvem atividades e tarefas de instalação e manutenção de redes elétricas.

Diante desse relato, não tem como não retornar ao que Souza (2012) diz, que essas políticas devem, preferencialmente, focar um público dotado de possíveis potenciais para que, de fato, ocorra o efeito desejado.

Outra entrevistada é Rita, de 27 anos, natural de Monte Santo de Minas, estado de Minas Gerais. Ela é casada, mãe de uma menina e em sua casa própria moram apenas os três.

Sua vida escolar foi encerrada com a conclusão do ensino médio, na qual denominou de “terceiro colegial” em escola pública. Mas também já fez vários outros cursos de formação inicial e continuada no SENAI, tais como corte e costura e modelagem de roupa. O curso realizado no âmbito do Pronatec foi o de costureiro industrial.

No momento da entrevista, estava desempregada e fazia algumas faxinas para ajudar no orçamento familiar, que girava em torno de dois mil e quinhentos reais. Ela já trabalhou com registro em carteira como balconista de padaria e como coladeira de peças em indústria de artefatos de couro.

Ela relata que ficou sabendo do Pronatec pela televisão, e se ofereceu para fazer o curso de costureiro industrial, tendo como objetivo trabalhar por conta própria. Rita é um exemplo de pessoa que não é cadastrada no CRAS e foi beneficiada com a Bolsa Formação.

Porém, ao contrário de Paulo, ela conseguiu um emprego na área de costura em razão de ter sido qualificada pelo programa, e afirma que o Pronatec ajudou a conseguir uma vaga no mercado de trabalho e aumentou sua renda financeira, conforme relato abaixo:

Hum... quando eu trabalhei há uns três meses atrás, sim, porque me ajudou bastante e mas, aí, depois não deu certo e eu tive que abandonar... (Rita)

Os motivos que a levaram a pedir demissão foram a distância do trabalho em relação à sua casa, e também porque sua filha era um bebê.

Foi mencionada também a questão do acompanhamento posterior ao curso, partindo do princípio de que um dos objetivos do programa é “estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda” (BRASIL, 2011).

Quando perguntada se houve algum acompanhamento do poder público, tendo em vista a articulação com o mercado de trabalho, ela foi categórica e respondeu que “não”.

Assim como Paulo, ela não levanta nenhum argumento contrário ao curso em si, e relata que se houvesse a oportunidade de fazer outro curso, faria certamente.

O terceiro e último entrevistado é Rafael, um jovem de 23 anos de idade, solteiro, sem filhos e natural de Franca. Vive na casa própria de seus pais, juntamente com seu irmão.

Fez dois anos e meio de Engenharia Civil em instituição privada, mas devido às dependências acumuladas no decorrer do curso, acabou trancando a matrícula. Na época da entrevista, estava cursando o Técnico em Computação Gráfica também no âmbito do Pronatec, porém não no SENAI. No Pronatec SENAI, realizou o curso de auxiliar de contabilidade.

Sua renda individual girava em torno de novecentos e cinquenta reais, e de sua família, aproximadamente três mil e quinhentos reais.

Rafael não trabalha na área do curso, no setor industrial já trabalhou com carteira assinada em fábrica de calçados como jovem aprendiz, sendo contratado depois para trabalhar na expedição, onde ficou por dois anos e meio.

Ele é dono de uma pequena confecção, é um sujeito polivalente: corta, modela e vende e também dedica seu tempo ao que chamou de “bico”, onde desenvolve, em sua casa, artes gráficas, sendo representante de uma empresa da cidade de Curitiba/PR.

Isso. Bico. Como eu estou terminando outro curso, computação gráfica, aí eu peguei cartão de visita, de Curitiba, tem um preço em conta e eu vou desenvolvendo arte gráfica e vendendo, assim, auxilia né!?

[...] ajudando, auxiliando junto com a confecção, né. Igual a gente faz uniforme, eu vendo uniforme e já ofereço cartão, pizzaria eu ofereço cardapiozinho. Tento juntar, né? (Rafael)

Assim como Rita, seu intuito ao entrar no curso era de utilizar os conhecimentos para seu próprio negócio:

Eu pensei em fazer isso, fazer para agregar, assim, para somar, né.... Sim, ajuda. Abre a cabeça, para uma coisa ou outra. A hora que eu passar a trabalhar com o contador, eu já sei me expressar, eu sei do que eu... do que é que eu preciso falar. (Rafael)

Com isso, nunca trabalhou na área do curso e nem passou pela perspectiva de exercer a função em outra empresa. E novamente, chama a atenção a forma de sua seleção.

Bom... não lembro direito. Mas, como direto estava fazendo alguma coisa no SENAI, eu tive contato. Eu não me lembro certinho o que é que... como que chegou até esse curso. Não. Sim. Eu estava fazendo modelagem, modelagem de vestuário e de lá eu fiquei sabendo no SENAI mesmo. (Rafael)

Em todos os casos apresentados anteriormente, alguns fatos demonstram que, de certa maneira, há uma desconexão entre o que era pra ser e o que está sendo. Certamente, o programa não foi desenhado com esse intuito, todavia, não tem como não criticar o processo de seleção, que na verdade, se apresenta mais como um preenchimento de requisitos do que propriamente uma seleção a partir da definição de um perfil claro para acesso aos cursos, para que, de fato, cumpram as demandas mapeadas pelos demandantes responsáveis.

É notório que para esses ex-alunos, os cursos trouxeram algum tipo de conhecimento que pode ou não ser útil, porém, não há como não questionar o caso de Rafael, que só fez o curso por fazer, afinal de contas como ele mesmo disse, o “custo zero” chamou a atenção. Obviamente, não é possível usar como parâmetro um único caso, afinal de contas, o número efetivo de matrículas ofertadas foi considerável. Contudo, é importante ressaltar que os entrevistados tomaram conhecimento do Pronatec por propaganda, dando a dimensão de um programa que tivesse apenas por objetivo a oferta de cursos profissionalizantes para serem consumidos por qualquer um, a qualquer hora, sem diretrizes reais, sem um plano diretor capaz de nortear ações coordenadas com os setores produtivos.

Visando organizar as informações obtidas através dos formulários eletrônicos aplicados a egressos, no que tange às respostas obtidas em forma de questão aberta, onde foi solicitado de forma não-obrigatória um campo para críticas, foi recolhida uma série de respostas, que foram categorizadas fazendo-se o uso da metodologia de análise de conteúdo, tomando por referência o livro “Análise de Conteúdo” de Lawrence Bardin como:

- Crítica Negativa sem ligação com o recorte da pesquisa, por exemplo: “cara, este curso foi uma piada... os caras só falavam de cadeia e o professor tinha medo de falar algo para repreendê-los kkkkkkk”.

- Crítica Positiva sem ligação com o recorte da pesquisa, por exemplo: “O curso foi muito valioso para mim!”
- Crítica Neutra sem valor para o recorte da pesquisa, por exemplo: “sim, era concedido um benefício aos alunos; os benefícios vinha com os valores errados sempre faltando uma quantia e nunca era solucionado o problema”.
- Crítica sobre a eficácia do Pronatec, ligada ao recorte da pesquisa, por exemplo: “O curso é bom mais ainda tô sem serviço” ou ainda “Minha vida melhorou após o curso”.
- Solicitações de Adequação e Ajustes do Curso, por exemplo: “Levar mais a sério o curso e ter indicação às empresas”.

Partindo dessa categorização de respostas, optou-se por considerar por ordem do recorte da pesquisa, apenas as críticas referentes à categoria “eficácia do programa” e “solicitações de adequação e ajustes do curso”.

Como já informado anteriormente, essa questão não era obrigatória, contudo obteve-se um total de 55 respostas (Vide Anexo), o que representa mais de 60% do total dos questionários respondidos.

Já nas duas categorias de interesse da presente pesquisa, o que totalizou 18 respostas, chama a atenção o fato de que apenas cinco respostas faziam alusão à eficácia do programa, onde, apenas duas expressavam sua satisfação com o programa e três, não.

De acordo com o método estabelecido para tratar os dados de interesse, levou-se em conta 13 respostas oriundas da categoria “solicitação de adequação e ajuste do curso”. Para tanto, essa categoria foi reclassificada em duas subcategorias distintas, de forma a propiciar elementos para análises mais contundentes. Essa divisão ficou entre os elementos, o primeiro de ordem técnica, apresentando os questionamentos relevantes ao conteúdo do curso, material didático, conteúdo do curso, estrutura física das escolas, equipamentos e tempo de duração, ação docente e etc. Nota-se que esse campo estabelece uma relação muito próxima com a unidade ofertante. O segundo, na categoria de ordem sistêmica, que é aquela que se apresenta questionando a estrutura do Pronatec como política pública capaz de promover mudanças efetivas ou das necessidades de adequação e aperfeiçoamento do programa (Quadro 1).

**QUADRO 1 – Análise de conteúdo da resposta aberta**

<b>Solicitações de Ordem Técnica e Operacional</b>	<b>Solicitações de Ordem Sistêmica</b>
“Tinha que te mais tempo o curso” Crítica neutra	“Tenho o curso mais pra conseguir trabalho precisa do curso de NR 10”
“Pronatec é um bom programa, é ruim porque o curso é muito rápido e superficial” Crítica Negativa	“Curso excelente, mais falta ajuda pra conseguir um serviço na área”
“O curso tem pouco serviço e muita teoria” Crítica Negativa	“Levar mais a sério o curso e ter indicação as empresas”
“O tempo do curso é pouco tem que ter mais para aprofundar mais”	“sim, não encaminharam para trabalho”
“Preciza melhorar e muito, Pronatec nao da futuro pra ninguem, melhor fazer faculdade”	“Podia ter indicação nas empresas para ajudar conseguir serviço”
“Gostei do curso, mas precisava de mais aulas p aprender melhor”	“O Pronatec e a instituição de ensino onde foi realizado o curso ajudar o aluno que concluiu o curso a entra no mercado de trabalho, porque o aluno sozinho com o certificado na mão não consegue, o mercado prefere pega um que já sabe sem curso do que da chance pra que fez. Sistemática”

O que dá para se levar em conta é que o lado esquerdo do quadro, acaba por ser uma crítica para aos cursos, e não se apresenta como algo fundamentado, pois quando o egresso, por exemplo, solicita que o curso tenha mais aulas, ele faz uma crítica negativa, sem contudo, estar a par da legislação educacional nas questões referentes à carga horária de cursos de formação continuada, e que toda a série didática do curso foi desenvolvida de forma que atenda ao perfil profissional da qualificação cursada, dentro do respectivo tempo planejado.

Agora, quando analisando a coluna da direita, cinco dos seis apontamentos acabam indo para uma única direção, onde clamam por um mecanismo que faça a

articulação entre Pronatec com o mercado de trabalho. Nesse mesmo contexto, adentrando a partir de agora nas perguntas fechadas, o Gráfico 9 abaixo apresenta números mais contundentes que indicam a falta de um mecanismo capaz de fomentar o mercado de trabalho com mão de obra recém-qualificada.

**GRÁFICO 9 – Ação de acompanhamento**



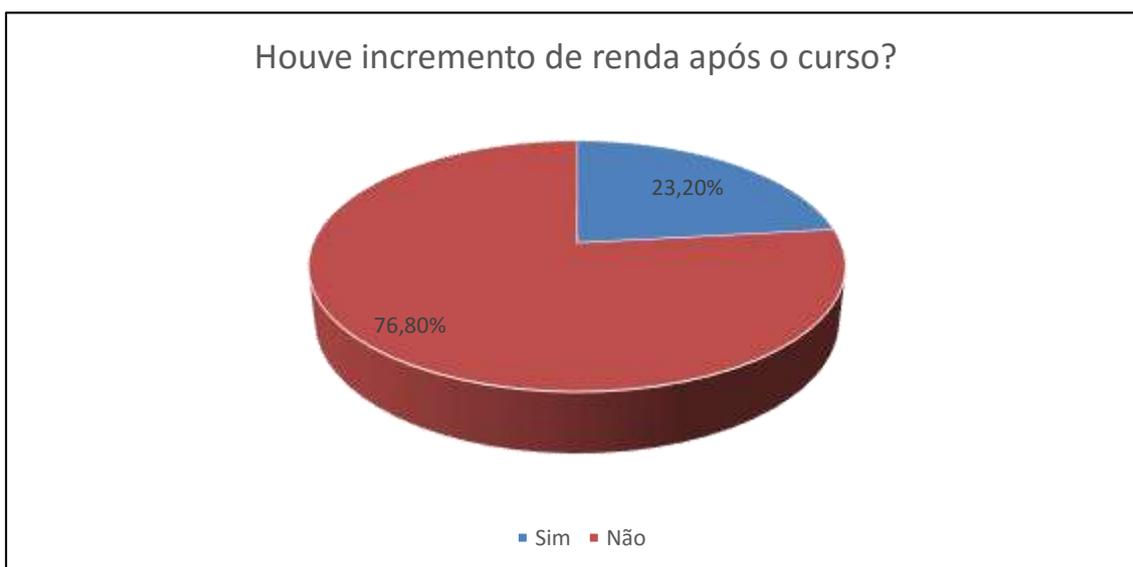
**Fonte:** Pesquisa com egressos utilizando formulário eletrônico.

A partir do exposto, é possível inferir que talvez os números relativamente baixos, como veremos a seguir, tendo em vista o foco central da pesquisa que procura medir a eficácia do programa através da conquista de um posto de trabalho, pudessem ser mitigados com ações articuladas entre governo, empresas e unidades ofertantes.

**GRÁFICO 10 – Emprego na área cursada**



**Fonte:** Pesquisa com egressos utilizando formulário eletrônico.

**GRÁFICO 11 – Incremento de renda**

**Fonte:** Pesquisa com egressos utilizando formulário eletrônico.

Analisando-se os dois últimos Gráficos (10 e 11), não é preciso rebuscar em fundamentos e teorias para compreendê-los, em ambos os casos, inclusive com números similares, mais de três quartos dos pesquisados sequer conseguiram trabalho na área cursada e como desdobramento, também não obtiveram incremento de renda.

Contudo, visando dar maior credibilidade metodológica às respostas acima, também foi questionado o desejo de trabalhar na área do curso, e se, de fato, o egresso procurou emprego na área.

**GRÁFICO 12 – Interesse em trabalhar na área do curso**

**Fonte:** Pesquisa com egressos utilizando formulário eletrônico.

**GRÁFICO 13 – Procura por trabalho na área do curso**

**Fonte:** Pesquisa com egressos utilizando formulário eletrônico.

Diante dos dados de empregabilidade e incremento de renda, onde foi apresentado um indiscutível índice de baixa eficácia, reforçado pelos dois últimos gráficos, que demonstraram que a maioria procurou emprego e que, também deseja trabalhar na área, fica difícil não se ater às críticas negativas à essa política pública, tendo em vista apenas os cursos FIC no âmbito do Bolsa Formação, ou seja, recursos públicos investidos sem retorno algum, e o pior, além de não promover a chamada “transformação social”, não consegue atender às demandas das empresas, conforme pode-se ver adiante, visto que, na pesquisa realizada com algumas empresas do setor industrial de Franca, nenhuma apontou haver em seus quadros de funcionários alunos oriundos do Pronatec. É importante ressaltar que essa pesquisa, apesar de não ser realizada com um número expressivo de empresas, somadas, representam o considerável número de 1055 empregados diretos com carteira assinada.

Sem a necessidade de fazer uma análise em maior profundidade na questão aberta, a opinião do setor industrial em relação ao Programa é positiva. Levando em conta as respostas obtidas, três se apresentaram de forma nula, dizendo desconhecer ou não ter opinião formada a respeito. As demais sinalizaram como uma iniciativa muito bem-vinda para qualificar trabalhadores. Todavia, nenhuma empresa fez algum comentário a respeito da necessidade efetiva em qualificar trabalhadores, objetivando

ganho de produtividade e adequação de mão de obra frente aos novos desafios do mercado de trabalho.

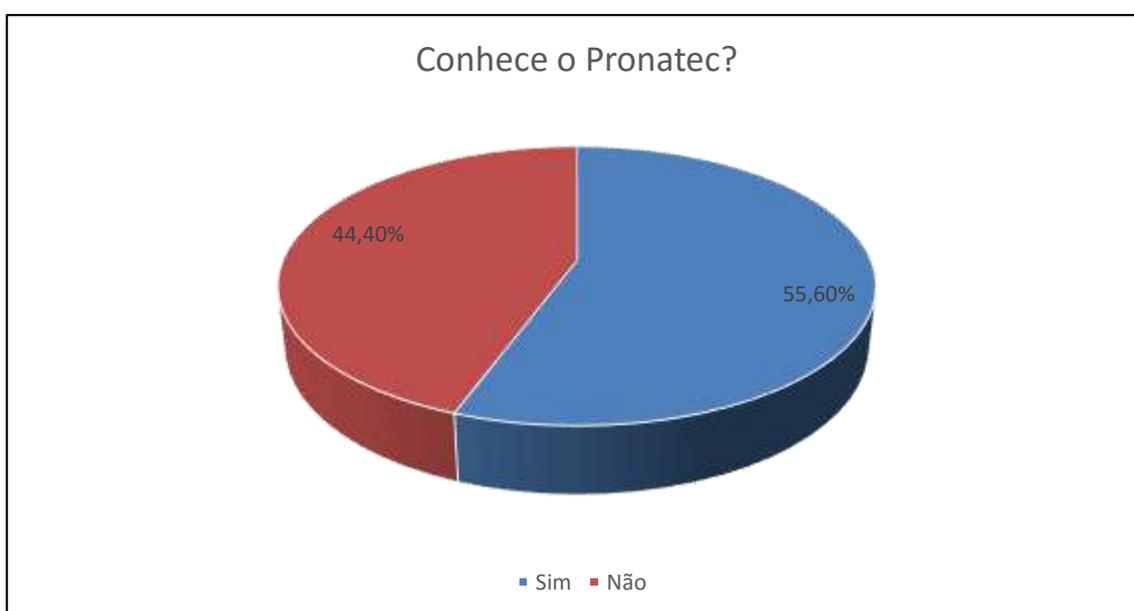
Na sequência, seguem os resultados da pesquisa realizada com empresas industriais de Franca (Gráficos 14 a 21).

**GRÁFICO 14 – Nível de qualificação de candidatos a emprego**

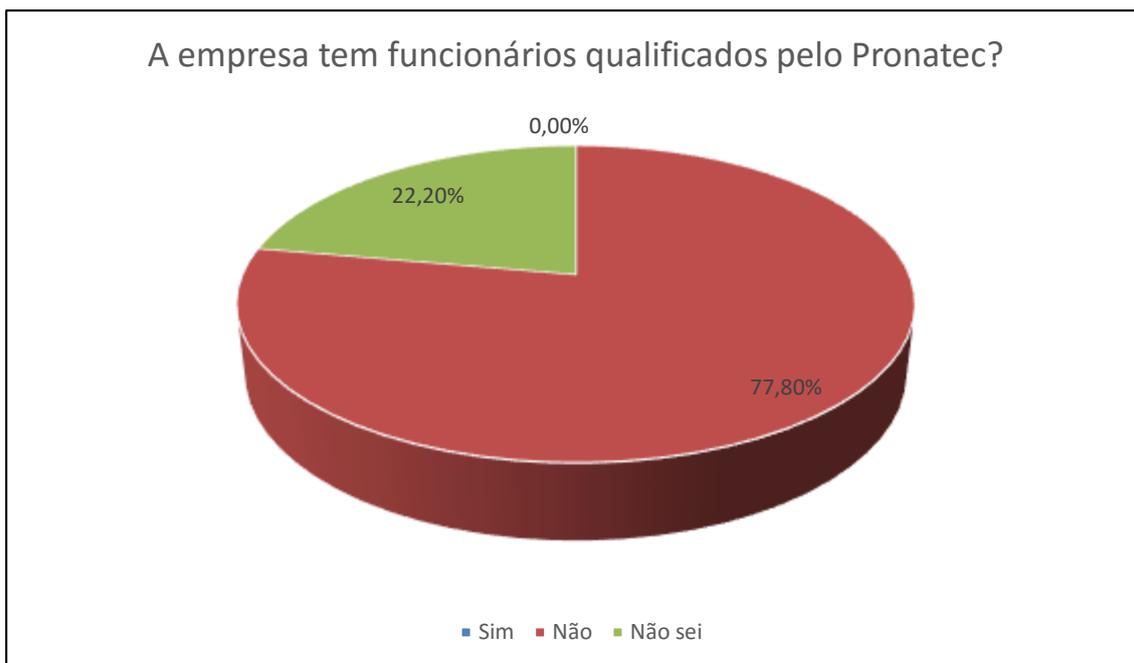


**Fonte:** Pesquisa com indústrias utilizando formulário eletrônico.

**GRÁFICO 16 – Conhecimento sobre o Pronatec**



**Fonte:** Pesquisa com indústrias utilizando formulário eletrônico.

**GRÁFICO 17 – Funcionários qualificados pelo Pronatec**

**Fonte:** Pesquisa com indústrias utilizando formulário eletrônico.

**GRÁFICO 18 – Funcionários contratados**

**Fonte:** Pesquisa com indústrias utilizando formulário eletrônico.

Os três últimos gráficos podem ser interpretados como indícios da não-articulação entre governo e sociedade empresarial, pois já decorridos mais de três anos de existência do Pronatec, uma grande parte dos pesquisados sequer conhecem o programa. Todavia, é necessário dar destaque aos dois últimos gráficos, pois se

levantarmos o fato de que essas empresas são capazes de absorver mais de mil profissionais de diversos segmentos da indústria de transformação, e sequer foi feita a contratação de, ao menos, um funcionário qualificado, novamente podemos questionar os mecanismos de articulação dessa política pública com o mercado de trabalho.

**GRÁFICO 19 – Contratação de funcionários sem experiência**



**Fonte:** Pesquisa com indústrias utilizando formulário eletrônico.

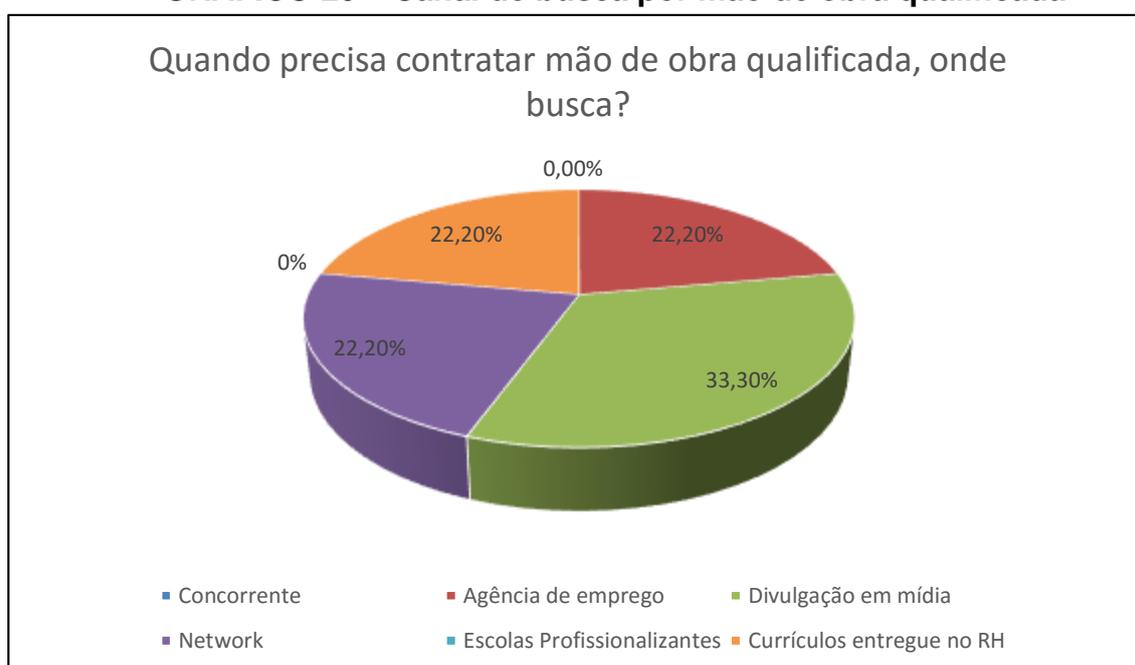
**GRÁFICO 19 – Vagas de emprego x nível de qualificação**



**Fonte:** Pesquisa com indústrias utilizando formulário eletrônico.

Nos últimos dois Gráficos (18 e 19), podemos deduzir a concretização de uma prática realizada na cidade de Franca, onde a oportunidade de contratação de trabalhadores recém-qualificados para sua área de formação é baixa. Sem dúvida alguma, existe uma preferência dos empregadores em contratar profissionais experientes e conseqüentemente, mais produtivos. Não cabe a essa pesquisa julgar essa tendência, todavia, é indispensável que entidades patronais e de empregados discutam sobre esse assunto, como forma de fortalecer a estrutura produtiva local à partir da inserção de trabalhadores recém-qualificados, capazes de atender às demandas de qualidade e produtividade.

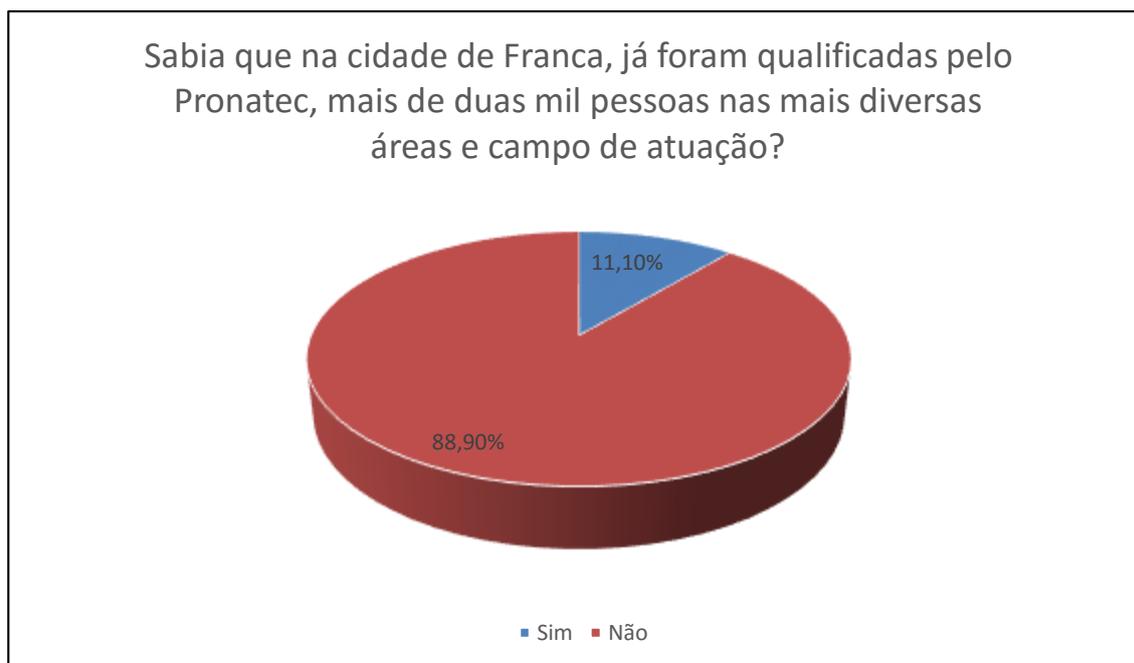
**GRÁFICO 20 – Canal de busca por mão de obra qualificada**



**Fonte:** Pesquisa com indústrias utilizando formulário eletrônico.

Os dados anteriores (Gráfico 20) demonstram uma pulverização dos meios de busca para contratação de mão de obra especializada. Há que se destacar a divulgação em jornais da cidade ou mídias eletrônicas, tais como redes sociais, como a mais citada na pesquisa. Merece destaque a ausência de indicação para as escolas profissionalizantes, o que de certa forma, poderia se tratar até de uma questão lógica, contudo, é importante ressaltar que o propósito dessas entidades é apenas a formação e qualificação profissional.

### GRÁFICO 21 – Qualificados pelo Pronatec



**Fonte:** Pesquisa com indústrias utilizando formulário eletrônico.

E por fim, o gráfico anterior (21) apresenta talvez o grande “x da questão”, quando se leva em conta a participação da comunidade empresarial em relação aos recém-qualificados pelo programa. A grande maioria apontou desconhecer a existência de um enorme contingente de mão de obra qualificada à procura de trabalho na área de formação. Cabe destacar a cultura local em oportunizar vagas de empregos para recém-qualificados, onde, segundo os pesquisados, as oportunidades para esse grupo são esporádicas, ou seja, recém-qualificados tem maior dificuldade em adentrar no mercado de trabalho devido à falta de experiência, e, principalmente pela cultura local em não promover um ciclo de absorção ocupacional de recém-qualificados.

Considerando essa série de dados, tanto os de egressos quanto das empresas, é possível afirmar que no recorte determinado pela presente pesquisa, que avalia a questão da eficácia do Pronatec, é possível constatar a necessidade imediata em rever os planos dessa política pública, no sentido de revisar e aprimorar os processos de implementação, buscando, de fato, não ofertar apenas o curso, mas sim, propor todo um procedimento de análise ocupacional e de perfil dos candidatos, capaz de mitigar os desvios ocorridos na execução do programa.

Outra questão relevante acerca do programa é em relação ao seu processo de avaliação, onde os objetivos quantitativos acabaram por prevalecer sobre os qualitativos. Até o presente momento, há apenas um estudo concluído do governo sobre a eficiência e eficácia, focando a relação do Pronatec FIC com a conquista de um emprego.

O estado da arte se limita a mais avaliações de resultados<sup>20</sup> do que de eficácia, por exemplo, é o caso de um dos estudos do IPEA, denominado “Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional”, assim como a coletânea de artigos dessa temática na publicação desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Educação no “Caderno de Estudos” de número 24, que traz como título “Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014.

Também desenvolvido pelo MDS, o “Estudo qualitativo junto a alunos egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do Pronatec-Brasil sem Miséria”, realizado entre julho de 2013 e janeiro de 2014, por apenas três consultores em apenas 12 municípios do país. Esse trabalho tinha como proposta subsidiar o Pronatec Brasil sem Miséria com informações acerca de sua implementação. Ao fim do trabalho, o estudo apresenta nove recomendações gerais e cabe aqui trazer a última na íntegra:

Reforçar parcerias com o SINE, com sindicatos de empresas e comércio, bem como com outras secretarias municipais visando ao direcionamento da oferta de cursos às demandas do mercado de trabalho. Sugestões advindas dos entrevistados incluem: a) Desenvolvimento de sistema paralelo ao banco de currículos e vagas (como já feito pelo Sistema S) via ACESSUAS/Trabalho; b) elaboração de cartas de recomendação; c) criação de programas de primeiro emprego para concluintes; d) incorporação de programas de estágio ao Pronatec/BSM; e) ampliação do acesso a programas de microcrédito; f) fomento a programas de incubação de cooperativas. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, p. 18, 2014).

Como visto acima, esse trabalho apresenta em uma de suas recomendações, a necessidade de adequação a fim de que haja a articulação entre todos os entes interessados e envolvidos nessa política pública.

---

<sup>20</sup> Quando falamos em resultados, estamos nos referindo ao produto gerado pelo programa, por exemplo, como forma de elucidação, a quantidade de alunos que se matriculou nos cursos, ou seja, o aspecto puramente quantitativo.

Retomando a questão sobre os estudos focados na eficiência e eficácia do programa, tendo como alvo a inserção no mercado de trabalho, como já comentando anteriormente, até o presente momento, existe apenas uma publicação oficial, realizada também pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cujo título é “Avaliação de impactos dos beneficiários do Programa Bolsa Família, matriculados no Pronatec Bolsa Formação: um estudo caso-controle”.

Esse estudo se apresenta afirmando que o Pronatec é sim uma política pública capaz de aumentar a empregabilidade dos participantes conforme descrito abaixo:

Os resultados obtidos no presente estudo fornecem evidências adicionais acerca do impacto do Pronatec no aumento da empregabilidade formal dos participantes, já antecipados pelos resultados apresentados em Sousa et al. (2015). Os impactos são particularmente intensos entre os beneficiários do Bolsa Família e de participantes residentes no Nordeste. Não houvesse o Pronatec, as chances de formalização dos seus participantes seriam certamente menores. Não tivesse o Pronatec alcançado os pequenos municípios do interior do Brasil, em especial no Nordeste e Norte, beneficiários do Programa Bolsa Família teriam tido menor possibilidade de inserção no mercado formal. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, p. 23, 2015).

Apesar de todo o embasamento metodológico, há que se destacar inicialmente que essa publicação foi desenvolvida por um Ministério, cujo foco dos assuntos remontam apenas o aspecto social. O estudo não se apresenta como uma ferramenta efetiva para a análise a partir de um contexto que vá além da promoção social, ou seja, não tem o viés necessário para apoiar uma política de qualificação profissional, que tenha efetividade para os meios de produção. Também é válido trazer que a avaliação proposta por esse Ministério, leva em conta apenas um grupo alvo, no caso, os beneficiários do PBF, e que não leva em conta os eixos tecnológicos dos cursos FIC, deixando, dessa forma, transparecer uma total falta de despreocupação com os reais resultados do programa.

É importante ressaltar que a maioria das avaliações oficiais do Governo voltadas para o Pronatec partiram do MDS, como se fosse uma política de EPT voltada apenas para um estrato carente da sociedade, e, portanto, desconexa com o ambiente na qual foi planejada. Cabe também destacar que, desde o início do ano de 2014, o governo encomendou ao IPEA um estudo para medir a eficiência do Pronatec como mecanismo de inclusão no mercado de trabalho qualificado. No entanto, o que se tem

até o momento, é uma afirmação da entidade dizendo que esse estudo ainda está em fase de desenvolvimento.

No último trimestre de 2015, o Ministério da Fazenda sob a responsabilidade da Secretaria de Política Econômica, divulgou uma prévia de um estudo ainda não finalizado, denominado “Pronatec Bolsa-Formação: uma avaliação inicial sobre reinserção no mercado de trabalho formal”, onde é importante observar que:

Os resultados revelaram que não existe diferença estatística significativa entre as probabilidades de reinserção no mercado de trabalho formal entre o grupo dos inscritos que cursaram e o grupo de controle na maioria dos Estados e eixos tecnológicos. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2015).

Essa mesma prévia afirma que “o mesmo pôde ser verificado com relação aos ganhos salariais” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2015). Esse estudo se apresenta de forma similar à presente pesquisa, onde pelo menos nos participantes da escola SENAI “Márcio Bagueira Leal” de cursos FIC, a eficácia e eficiência do Pronatec pode ser contestada devido aos baixíssimos índices de empregabilidade, o que resulta em uma política pública de efeitos questionáveis, apesar do grande avanço obtido nos últimos anos em se tratando de educação profissional e tecnológica.

Partindo então dessa constatação, onde os índices de eficiência do Programa se encontram aquém do imenso barulho realizado pelo Governo Federal desde o seu lançamento, a ideia de um programa com ênfase para resolver ou amenizar o problema do apagão de mão de obra, e, adjunto a isso, a oferta de qualificação profissional como forma de criação de oportunidades para as camadas mais vulneráveis da população brasileira, não está se concretizando.

Trazendo novamente para a discussão o instrumental de Amartya Sen, com foco direto em duas de suas liberdades instrumentais, no caso as “facilidades econômicas” que preconizam a utilização de recursos econômicos no consumo, produção e troca e as “oportunidades sociais”, onde pode ser incluída a questão da educação como uma ferramenta constituinte para o pleno exercício de uma vida melhor e digna, o Pronatec, deixa de cumprir o seu papel, principalmente no quesito das facilidades econômicas, pois não é capaz de garantir ao sujeito, um mecanismo sistematizado de acesso ao emprego, o que o tira da condição de obtenção de renda e conseqüentemente, do consumo.

Essas duas “liberdades instrumentais” estão inter-relacionadas de tal forma, que o cidadão beneficiado pelas “oportunidades sociais”, no caso a educação profissional tecnológica, em tese, deveria por consequência direta com a conquista de um emprego, assegurar uma renda capaz de garantir sua subsistência, o que resultaria na chamada “facilidade econômica”.

No contexto dos países em desenvolvimento, a necessidade de iniciativas da política pública na criação de oportunidades sociais tem importância crucial. Como já discutido, no passado dos atuais países ricos, encontramos uma história notável de ação pública por educação, serviços de saúde, reformas agrárias, etc. O amplo compartilhamento dessas oportunidades sociais possibilitou que o grosso da população participasse diretamente do processo de expansão econômica. (SEN, 2000, p. 170).

Obviamente, não se trata apenas de uma questão de oferta de educação profissional para combater as mazelas do nosso Brasil. Quando optamos por ter como referencial teórico o instrumental de SEN, como uma ferramenta para o desenvolvimento humano, foi no intuito de estabelecer uma relação paralela entre algumas das “Liberdades Instrumentais” com o Pronatec, como forma de sistematizar um processo de desenvolvimento econômico indissociável ao desenvolvimento social e humano.

Contudo, é necessário um amplo esforço governamental que não aporte apenas recursos financeiros, mas sim, que adeque para as necessidades locais, conceitos e métodos já aplicados em nações econômicas e socialmente já desenvolvidas, contemplando não somente os interesses de grupos hegemônicos de ordem política e econômica, mas que insira a figura do sujeito de direito inalienável como questão central na discussão e estabelecimento de políticas públicas de desenvolvimento.

#### **4. O PROTÓTIPO: PROJETO DE CRIAÇÃO DE CADASTRO DE QUALIFICADOS PELO PRONATEC NA CIDADE DE FRANCA**

Desde seu lançamento, o Pronatec teve como uma de suas metas, a massificação das ofertas de vagas, de forma a atender o maior número de pessoas. Porém, o que presenciamos através da pesquisa, é que os índices de empregabilidade do Programa são extremamente baixos, o que nos permite dizer que as pessoas que não se qualificaram, tem as mesmas chances de conseguir um emprego em relação às que se beneficiaram dessa política.

Todavia, como já apresentado em seção anterior, o investimento em educação profissional e tecnológica se faz necessário, e no caso do Brasil, se faz urgente na busca pelo desenvolvimento econômico e social. Segundo dados obtidos através da pesquisa e já apresentados anteriormente, é possível afirmar três situações que merecem destaque: a primeira, é a ampla aceitação do programa por parte dos ex-alunos; a segunda, é em relação ao processo de seleção, o que merece destaque e que provavelmente merece estudos posteriores que contribuam nesse aspecto; e a terceira, é em relação à articulação do programa com os meios produtivos, e nesse sentido, surge a presente seção, a qual sugere a criação de um cadastro de pessoas, batizado de “Banco de Talentos”, qualificadas pelo Pronatec na cidade de Franca.

##### **4.1. Descrição da ação**

A presente ação, no caso a apresentação do Projeto de criação de um banco de talentos para os ex-alunos certificado do Pronatec, nasce da constatação, através de pesquisa empírica realizada com mais de oitenta alunos provenientes da escola SENAI Márcio Bagueira Leal da cidade de Franca, quanto ao baixo índice de empregabilidade proporcionado por essa política pública.

A constatação mais relevante da pesquisa é a não existência de mecanismos ou processos que apoiem os alunos certificados na busca por uma vaga no mercado de trabalho, aspecto esse indicado na lei de criação do Pronatec como um dos objetivos do programa: “estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda” (BRASIL, 2011) e também como uma das ações, o que no caso, seria a “articulação com o Sistema Nacional de Empregos (SINE).” (BRASIL, 2011).

Diante disso, e também ciente de que a articulação entre políticas de educação profissional e tecnológica com o mercado de trabalho não são tão simples de serem realizadas, pois há que se levar em conta determinados cenários e conjunturas econômicas determinantes para a disseminação de tal plano. A criação de um banco de talentos pode fazer parte desse processo de articulação, afinal de contas, se existe uma política de qualificação profissional com atendimento em massa, os empregadores devem ter em mãos informações mais contundentes e focalizadas desse contingente de mão de obra recém-qualificada. Baseado então nessa prerrogativa, é que surge a proposta de criação de um banco de talentos de qualificados pelo Pronatec.

O projeto se sustenta como sendo uma ferramenta *on-line* capaz de fornecer alguns dados pessoais e profissionais de ex-alunos certificados no âmbito do Pronatec para empresas da cidade de Franca.

É importante ressaltar que a inclusão dos dados nesse cadastro deveria ser compulsória aos participantes do programa, afinal de contas, um dos sentidos da existência do Pronatec é suprir carências de mão de obra.

A inclusão desses dados obrigatoriamente seria realizada pelas escolas e entidades de formação, no caso, SENAI, SENAC e entidades privadas da cidade, e que seriam acessadas somente por empresas ativas, que estivessem cadastradas na plataforma.

Na sequência segue o quadro de resumo da ação do protótipo.

### QUADRO 2 – Resumo da Ação

Designação da ação	Banco de Talentos de Qualificados pelo Pronatec.
Localização da ação	Município de Franca/SP.
Objetivos da ação	<p>Objetivo Geral: Implantar um banco de talentos <i>on-line</i> de pessoas qualificadas pelo Pronatec.</p> <p>Objetivos Específicos: Desenvolver o banco de talentos <i>on-line</i> para acesso exclusivo de empresas.</p> <p>Incluir 100% público-alvo, no caso, alunos qualificados pelo Pronatec no cadastro.</p> <p>Promover divulgação da ação para empresas do setor produtivo local e instruir empresas a se cadastrarem no banco de talentos.</p>
Grupo(s)-alvo	Pessoas qualificadas profissionalmente no âmbito do Pronatec.
Beneficiários finais	<p>Alunos qualificados.</p> <p>Empresas do setor produtivo de Franca.</p>
Resultados esperados	<p>Desenvolvimento de um mecanismo de consulta por parte de empresas como uma ferramenta em busca de promover a articulação da política pública Pronatec com os setores produtivos de Franca.</p> <p>Aumento do índice de empregabilidade de alunos certificados pelo Pronatec.</p>
Atividades principais	<p>Desenvolvimento de plataforma eletrônica.</p> <p>Inclusão dos dados dos alunos qualificados no banco de talentos.</p> <p>Divulgação da ferramenta para as empresas de Franca.</p>

### QUADRO 3 – Quadro Lógico do Projeto

	<b>Lógica da intervenção</b>	<b>Indicadores objetivamente verificáveis</b>	<b>Fontes e meios de verificação</b>	<b>Pressupostos</b>
<b>Objetivos gerais</b>	<p><i>Indicar e numerar os objetivos gerais.</i></p> <p><i>Quais são os objetivos gerais mais vastos para que a ação contribuirá?</i></p> <p>Implantar um banco de talentos <i>on-line</i> de pessoas qualificadas pelo Pronatec.</p>	<p><i>Indicar um “valor-alvo” para cada indicador desta coluna, sempre que possível.</i></p> <p><i>Quais são os principais indicadores associados aos objetivos gerais?</i></p> <p>O próprio banco de talentos disponibilizado via internet.</p>	<p><i>Indicar as fontes de verificação referentes a cada indicador.</i></p> <p><i>Quais são as fontes de informação referentes a esses indicadores?</i></p> <p>Acesso via internet ao banco de talentos e constatação do seu funcionamento.</p>	<p><i>O que pode dar errado ou dificultar a implementação do projeto?</i></p> <p>Descrédito do público-alvo quanto às ações previstas pelo projeto.</p> <p>Falta de apoio das instituições, públicas ou privadas, para execução do projeto.</p> <p>Resistência das pessoas qualificadas e das empresas na inclusão e utilização do banco de talentos.</p>
<b>Objetivos específicos</b>	<p><i>Que objetivos específicos a ação deve atingir para contribuir para os objetivos globais?</i></p> <p>1- Desenvolver o banco de talentos <i>on-line</i> para acesso exclusivo de empresas.</p> <p>2- Incluir 100% do público-alvo no cadastro, no caso, alunos qualificados pelos Pronatec.</p>	<p><i>Que indicadores demonstram claramente que o objetivo da ação foi concretizado?</i></p> <p>1- Disponibilização do banco de talentos <i>on-line</i> para consulta.</p> <p>2- Mensurar a inclusão de 100% dos participantes qualificados pelo Pronatec.</p> <p>3- Quantificação de ações de</p>	<p><i>Quais as fontes de informação existentes e suscetíveis de serem compiladas? Que métodos permitirão obter essas informações?</i></p> <p>Relatório Geral de Qualificados do Pronatec da Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica e Escolas participantes</p>	<p><i>Que fatores e condições, alheios à responsabilidade do beneficiário da ação, serão necessários para atingir este objetivo? (condições externas)? Quais são os riscos a considerar?</i></p> <p>Fatores/condições:</p> <p>1- Desenvolvimento da plataforma “Banco de Talentos”.</p>

	3- Promover divulgação da ação para empresas do setor produtivo local e instruir empresas a se cadastrarem no banco de talentos.	divulgação junto às empresas. 4- Quantificação de números de empresas cadastradas no banco de talentos.	do programa. Cadastro de empresas na cidade de Franca  Métodos: Consulta aos relatórios institucionais e banco de dados; Compilação das informações obtidas.	2- A inclusão e manutenção dos nomes e das qualificações no banco de talentos por parte de instituições e escolas participantes do programa.  Riscos: - Falta de apoio das instituições, públicas ou privadas, para execução do projeto.
<b>Resultados esperados</b>	<i>Os resultados consistem nas realizações que permitem a consecução do objetivo específico. Quais são os resultados esperados?</i> Inclusão dos qualificados Pronatec no banco de talentos <i>on-line</i> (R1). Utilização das empresas como ferramenta de consulta de mão de obra qualificada (R2). Aumento do índice de empregabilidade do Pronatec (R3).	<i>Que indicadores permitem avaliar se, e em que medida, a ação atingiu os resultados esperados?</i> Inclusão de 100% dos qualificados no banco de talentos (Valor R1). Verificação da quantidade de acessos pelas empresas (R2). Contratação de recém-qualificados pelo Pronatec (R3).	<i>Quais são as fontes de informação referentes a esses indicadores?</i> Relacionar a quantidade de qualificados pelo Pronatec com a quantidade de inscritos no banco de talentos. Relatórios de acesso pelas empresas de Franca ao banco de talentos <i>on-line</i> . Indicação da empresa do número total de empregados contratados a partir do banco de talentos.	<i>Que condições externas devem estar reunidas para realizar os objetivos esperados no tempo previsto?</i> Instalação e funcionamento do banco de talentos <i>on-line</i> . Inclusão dos qualificados na plataforma <i>on-line</i> . Divulgação do Banco de Talentos em empresas, sindicatos e entidades patronais.

A presente proposta contempla em primeiro momento em ser apenas um canal de informação acerca das ações do Pronatec para a comunidade empresarial da cidade de Franca, como forma de divulgar e oportunizar condições de empregabilidade a qualificados sem experiência profissional.

Sua implantação deveria ser conduzida e fomentada financeiramente por alguma instituição ligada ao Governo Federal, como por exemplo, o Ministério do Trabalho e Emprego, através da criação de uma pasta específica para tal finalidade, seria oportuno que tal mecanismo fosse alocado como um elemento adjunto a atual política de qualificação profissional.

A dimensão de uma plataforma como essa poderia ser, em caso de sucesso, um elemento importante no processo de articulação entre as políticas de educação profissional com o mercado de trabalho. Contudo, há que se destacar a necessidade de criação de dispositivos legais que incentivem o empresariado a contratar qualificados sem experiência profissional, provenientes de políticas públicas de qualificação e formação profissional, resultando assim, numa política mais eficaz e voltada para as verdadeiras necessidades da nação, ou seja, o desenvolvimento econômico como mola propulsora para o desenvolvimento humano e social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível apontar se por razões óbvias, frente ao cenário econômico atual de recessão, onde o governo está cortando gastos e investimento em diversos setores, ou se por uma adequação na política de execução do programa, após notabilizar que a sociedade civil está de olho nos resultados, levando-se em consideração a eficácia, o fato é que em 2015, foram realizados apenas três cursos de qualificação do Pronatec no âmbito do Bolsa Formação, o que representou apenas 40 matrículas ofertadas na unidade SENAI de Franca.

Apesar da real necessidade, como já apontado em seção anterior, em qualificação e formação de mão de obra de caráter técnico, o Pronatec desde o princípio foi colocado como a política pública que faltava para o Brasil se desenvolver social e economicamente. Suas metas ambiciosas e as expectativas que foram transmitidas para os cidadãos, o colocavam como a maior política de ensino profissionalizante de todos os tempos, com investimentos pesados e números massivos de matrículas. Contudo, é importante colocar na discussão o fato de que a maioria das ações que fazem parte do Pronatec, já estava em execução muito antes do seu lançamento. Esse é o caso do acordo de gratuidade com o Sistema S, onde 66,6% da receita líquida proveniente da contribuição compulsória sobre a folha de pagamento é obrigatoriamente revertida em cursos gratuitos para a comunidade.

Faz parte desse contexto, os dados já apresentados na seção anterior sobre os cursos realizados na cidade de Franca, onde foi executado um total de 8.993 matrículas e desse montante, 5.610 foram no âmbito do acordo de gratuidade, o que representa 62,38%, ou seja, um acordo realizado no ano de 2008 foi adicionado à uma política do ano de 2011, com o objetivo de insuflar os números do Programa, tornando-o propositalmente grandioso. A novidade foi na verdade a criação do Bolsa Formação, nas quais seriam aportados recursos públicos para custear cursos de qualificação profissional e técnico de nível médio. Aos olhos de leigos, quando se fala no número de oito milhões de matrículas e R\$ 19.841.006.436,00<sup>21</sup> empenhados pelo governo, deixa transparecer que todos esses números são referências direta aos cursos, o que, apesar de ser verdade, permite o levantamento de inúmeros questionamentos.

---

<sup>21</sup> Valor obtido via Lei de Acesso à Informação, sob o protocolo SIC 23480017758201511. #309748. Documento em anexo.

A presente pesquisa representa uma amostragem de 4,17% do número total de matrículas executadas pelo SENAI de Franca. Se excluirmos os matriculados que não foram certificados, esse número se torna ainda mais representativo, ou seja, subtraindo as 683 matrículas concluídas com *status* de evadido do montante geral, o índice sobe para 6,41%.

Apoiado apenas no recorte local, é tendencioso fazer uma aposta absoluta na baixa eficácia do programa, que ficou em torno de apenas 23%, porém, aliado ao estudo da Secretaria de Política Econômica, que trata do assunto a partir de um recorte nacional, é possível inferir que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, apesar de ser indispensável como uma política pública de Educação Profissional e Tecnológica com vistas ao desenvolvimento econômico, e consequentemente social, necessita de um tratamento imediato, pois se trata de uma política de extrema complexidade que não pode vir a ser tratada apenas como uma simples ofertas de cursos rápidos e pontuais.

Sua fase de implementação deve ser readequada, de forma que o processo de seleção de candidatos seja capaz de identificar e orientar o potencial profissional do candidato para o exercício efetivo da qualificação profissional, ou seja, uma oferta direcionada de acordo com um perfil definido para o mercado de trabalho. É também de extrema necessidade o ajuste das demandas locais a partir de estudos técnicos e relevantes realizados em conjunto com as classes patronais da indústria, com a governança local e outras entidades permeadas pelo tema.

E por fim, a necessidade de materializar a articulação com o mercado de trabalho para que, ao fim do processo, haja não a garantia de um emprego, afinal de contas, não podemos ser inocentes em apontar apenas para esse lado da questão como fator para a conquista de um emprego, mas que haja um trabalho de acompanhamento efetivo, focalizado e empenhado na cristalização dessa política pública, pois o mais importante em uma política dessa relevância não é seu atendimento em termos quantitativos, mas sim, os frutos resultantes desse processo na busca pelo binômio desenvolvimento econômico e social.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, Maria Inês. As Organizações Sociais na Reforma do Estado Brasileiro. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria C. **O Público não estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 jul. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.635 de 5 de novembro de 2008. **Altera e acresce dispositivos ao Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI**, aprovado pelo Decreto n. 494, de 10 de janeiro de 1962. Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 nov. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6635.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6635.htm)>. Acesso em: 08 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968. **Cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 nov. 1968. Seção 1. Disponível em <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104125/lei-5537-68>>. Acesso em: 26 abr. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 09 dez. 1994. Disponível em <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109758/lei-8948-94>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1. p. 27833. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 10 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. **Dá nova redação ao § 5º do art. 3 da Lei n. 8.948, de 8 de dezembro de 1994**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 18

nov. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm)>. Acesso em: 09 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e dá outras providências.** Poder Legislativo, Brasília, 26 out. 2011. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm)>. Acesso em: 03 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 168, de 7 de março de 2013. **Dispõe sobre a oferta da Bolsa-formação no âmbito do programa nacional de acesso ao ensino e emprego.** Brasília, DF, 07 mar. 2013. Disponível em <[http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port\\_168\\_070313.pdf](http://pronatec.mec.gov.br/images/stories/pdf/port_168_070313.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 817, de 13 de agosto de 2015. **Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, de que trata a Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.** Brasília, DF, 14, ago. 2015. Disponível em: <<http://www.fnede.gov.br/fnde/legislacao/portarias/item/7032-portaria-mec-n%C2%BA-817,-de-13-de-agosto-de-2015>>. Acesso em: 10 Out. 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para cidadania.** São Paulo: Ed. 34, 1998.

CASSIOLATO, Maria Martha M. C.; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Texto para discussão: Pronatec: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional.** Rio de Janeiro: IPEA, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD\\_1919.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf)>. Acesso em: 05 Jun. 2015.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Petrópolis: Vozes, 2013.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata.** São Paulo: Ed. UNESP, 2000a.

\_\_\_\_\_. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Ed. UNESP, 2000b.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **Tendência e perspectivas na avaliação de políticas públicas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil.** Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. 5 v.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1999.

GALLINDO, Erica Lima; FERES, Marcelo Machado; SCHROEDER, Nilva. O Pronatec e o fortalecimento das políticas de educação profissional e tecnológica. In: MONTAGNER, Paula; MULLER, Luis Herberto (Org.). **Cadernos de estudos desenvolvimento social e combate à fome**, n. 24. Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014. Brasília: 2015.

LAZZARESCHI, Noêmia. O apagão de mão de obra no Brasil. **Ponto-e-vírgula**, São Paulo, n. 7, p. 192-199, 2010.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A bolsa-formação do Pronatec. In: PEREIRA, Flávio Schettini; VILELA, Pedro Junqueira. (Org.) **Ações premiadas no 19º concurso de inovação na gestão pública federal – 2014**. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/documents/586010/604495/Livro19.pdf/039e1077-217f-4985-a98d-4a2337020e72>>. Acesso em: 15 out. 2015.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Pronatec bolsa-formação: Uma avaliação inicial sobre a reinserção no mercado de trabalho formal**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.spe.fazenda.gov.br/notas-e-relatorios/estudo-sobre-o-pronatec/apresentacao-pronatec-mf.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Avaliação de impacto dos beneficiários do Programa Bolsa Família, matriculados no Pronatec Bolsa Formação: um estudo caso-controle**. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos\\_tecnicos/pdf/110.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/estudos_tecnicos/pdf/110.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Estudo qualitativo com egressos e desistentes, representantes das unidades ofertantes e interlocutores municipais do Pronatec-Brasil sem miséria**. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum\\_executivo/pdf/ficha\\_141.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/simulacao/sum_executivo/pdf/ficha_141.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2015.

MONTAGNER, Paula; MULLER, Luis Herberto (Org.). **Cadernos de estudos desenvolvimento social e combate à fome**, n. 24. Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014. Brasília: ENAP, 2015.

NASCIMENTO, Osvaldo Vieira. **Cem anos de ensino profissional no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2007.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2011

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

PALMA FILHO, João Cardoso. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a era Vargas. In: PINHO, Sheila Zambello. (Org.). **Caderno de formação. Formação de professores**, v. 1. Educação, cultura e desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

PERES, Tirsia Regazzini. Educação brasileira no império. In: PINHO, Sheila Zambello. (Org.). **Caderno de formação. Formação de professores**, v. 1. Educação, cultura e desenvolvimento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

SÁ, Erivelto Ricardo. **A história do ensino profissionalizante industrial no Brasil**. 2013. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano. **Formação e trabalho: uma abordagem ontológica da sociabilidade**. São Paulo: Xamã, 2001.

SOARES, Andrei et al. Pronatec: consolidação do direito à educação profissional e tecnológica. In: PACHECO, Eliezer Moreira; MORIGI, Valter (Org.). **Ensino técnico, formação profissional e cidadania: a revolução da educação profissional e tecnológica no Brasil**. Porto Alegre: Tekne, 2012. cap. 7, p. 98-106.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Marconi Fernandes et al. Avaliação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) para o público do cadastro único para programas sociais (Cadastro Único) e beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF): cobertura, adequação da oferta e desempenho dos participantes. In: MONTAGNER, Paula; MULLER, Luis Herberto (Org.). **Cadernos de estudos desenvolvimento social e combate à fome**, n. 24. Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec/Bolsa Formação entre 2011 e 2014. Brasília: ENAP, 2015.

## APÊNDICES

## **APÊNDICE A – Roteiro para elaboração de entrevista semiestruturada com egressos**

### **Identificação**

Sexo:

Idade:

Estado Civil:

Filhos? Quantos?

Cidade em que nasceu?

Na sua casa moram quantas pessoas?

Você se considera: Branco, Negro, Pardo, Amarelo, Índio?

Qual a sua escolaridade?

Escola Pública ou Particular?

Qual foi seu curso?

### **Informações Financeiras:**

Recebe algum incentivo do governo? Qual incentivo?

Qual sua renda familiar?

Qual sua renda pessoal?

Você usa transporte público? Tem carro?

Tem casa própria? Alugada? Cedida?

Você tem dinheiro na poupança?

Você paga o carnê da Previdência Social?

### **Informações Profissionais**

Tem negócio próprio? Qual área? Abriu o negócio após fazer o curso? O curso ajudou você a prosperar em seu negócio?

Está empregado? Com carteira assinada? Se estiver trabalhando, qual a área?

Já trabalhou? Em que área? Carteira Assinada?

É aposentado?

Já trabalhou ou trabalha na área da qualificação cursada?

**Informações sobre o curso**

O que levou você a fazer o curso?

Como ficou sabendo do curso?

Você procurou ou ofereceram para você?

Ele correspondeu às suas expectativas?

O que poderia melhorar no curso?

Você conseguiu algum tipo de trabalho por ter feito o curso?

Ele te ajudou a conseguir um emprego?

Antes do curso, já havia trabalho nessa área?

Se não houvesse a ajuda de custo oferecida, você faria o curso?

Você acredita que o curso te deu condições para conseguir emprego?

Você conseguiu aumentar sua renda após o curso?

Você faria um novo curso?

**Opinião**

O que você pensa sobre o PRONATEC?

Você acredita que a função que desempenha atualmente pode melhorar as suas condições de vida?

Quais os pontos positivos do PRONATEC?

Quais os pontos negativos do PRONATEC?

**APENDICE B – Questionário aplicado a alunos certificados pelo Pronatec**

1- Atualmente você está trabalhando?

Sim  Não

2- Você recebe benefício do Programa Bolsa Família ou do Programa Renda Cidadã?

Sim  Não

3- Você já recebeu benefício do Programa Bolsa Família ou do Programa Renda Cidadã?

Sim  Não

4- Você conseguiu emprego na área do curso do Pronatec?

Sim  Não

5- Você deseja trabalhar na área do curso?

Sim  Não

6- O curso realizado pelo Pronatec na escola SENAI Franca proporcionou maior chance para conseguir um emprego?

Sim  Não

7- Que curso você realizou pelo Pronatec na escola de Franca?

8- Sua renda financeira aumentou após você ter feito o curso do Pronatec?

Sim  Não

9- Você procurou emprego na área do curso Pronatec?

Sim  Não

10- Você teve a oportunidade de escolher o tipo de curso a ser realizado?

Sim  Não

11-Houve alguma ação de acompanhamento ou auxílio por parte do Pronatec para ajudar você a conseguir um emprego?

Sim  Não

12-Tem alguma crítica ou elogio ao Pronatec? Comente abaixo.

**APENDICE C – Questionário aplicado às empresas do setor industrial de Franca**

- 1- Qual o ramo de atividade da empresa?
- 2- Qual o seu cargo na empresa?
- 3- Qual a quantidade de funcionários registrados?
- 4- Em sua opinião, qual o nível de qualificação profissional dos candidatos a uma vaga na empresa?  
( )Baixo ( )Médio ( )Alto
- 5- Você conhece o Pronatec?  
( )Sim ( )Não
- 6- A empresa tem funcionários qualificados pelo Pronatec?  
( )Sim ( )Não ( )Não sei
- 7- A empresa já contratou profissional qualificado pelo Pronatec?  
( )Sim ( )Não ( )Não sei
- 8- Caso haja funcionários qualificados pelo Pronatec, esses colaboradores apresentam bons índices de produtividade e comprometimento com o trabalho?  
( )Sim ( )Não ( )Não há funcionários qualificados pelo Pronatec
- 9- A empresa possui algum programa ou metodologia interna de treinamento ou qualificação para funcionários lotados em cargos e funções de salários inferiores?  
( )Sim ( )Não
- 10- A empresa contrata mão de obra qualificada, porém sem experiência?  
( )Sim ( )Não ( )Esporadicamente
- 11- As vagas de emprego que surgem, são ocupadas por pessoas qualificadas e experientes?  
( )Sempre ( )Nunca ( )Esporadicamente
- 12- Quando precisa contratar mão de obra qualificada, onde busca?  
( )Concorrente ( )Agências de Emprego ( )Divulgação na mídia ( )Escolas Profissionalizantes ( ) Currículos entregue no RH

**ANEXOS**

**ANEXO 1 – Documento da SETEC/MEC, obtido via Lei de Acesso à Informação  
– SIC #301349**

SIC #301349. Nº SIMEC 23480005859201540. ERIVELTO RICARDO DE SÁ.

Elaborado pela SETEC/MEC em 11/05/2015.

Prezado requerente,

Inicialmente, registramos que o Pronatec é composto por cinco iniciativas:

1. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
2. Programa Brasil Profissionalizado, que se destina à equipagem de laboratórios e construção, reforma e ampliação de escolas técnicas estaduais;
3. Rede e-Tec Brasil, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, na modalidade a distância;
4. Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem, por meio do qual são aplicados os recursos do SENAI e do SENAC recebidos da contribuição compulsória; e
5. Bolsa-Formação, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica.

De 2011 a 2014, foram realizadas pelo Pronatec 8,1 milhões de matrículas, sendo 30% em cursos técnicos e o restante em cursos de formação inicial e continuada.

No município de Franca, foram realizadas 8.993 matrículas, sendo 6.518 em cursos FIC e 2.475 em cursos técnicos.

Os cursos com maior registro de matrículas em Franca/SP são:

<b>Cursos FIC</b>		<b>Cursos Técnicos</b>	
1	PESPONTADOR DE CALÇADOS	1	TÉCNICO EM FARMÁCIA
2	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	TÉCNICO EM PRÓTESE DENTÁRIA
3	CONFECCIONADOR DE LINGERIE E MODA PRAIA	3	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL
4	COSTUREIRO INDUSTRIAL DO VESTUÁRIO	4	TÉCNICO EM RADIOLOGIA
5	MODELISTA	5	TÉCNICO EM MASSOTERAPIA
6	ELETRICISTA INDUSTRIAL	6	TÉCNICO EM ESTÉTICA
7	RECEPCIONISTA	7	TÉCNICO EM QUÍMICA
8	TORNEIRO MECÂNICO	8	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
9	AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	9	TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE
10	CUIDADOR DE IDOSO	10	TÉCNICO EM LOGÍSTICA

Fonte: SIMEC.

A distribuição por iniciativa do Pronatec e rede ofertante, em Franca/SP é a seguinte:

Ação ↳ Município ↳ Rede Ofertante	Quantidade
☐ Acordo de Gratuidade Sistema S	5.610
↳ ☐ Franca	5.610
↳ SENAC	2.555
↳ SENAI	3.055
☐ Bolsa Formação	3.383
↳ ☐ Franca	3.383
↳ IES Privadas	1.068
↳ Redes estaduais	73
↳ SENAC	449
↳ SENAI	1.764
↳ SENAT	29
Totais:	8.993

Fonte: SIMEC, Indicador 2301.

Das matrículas da Bolsa-Formação, as de FIC e técnicos concomitantes são realizadas a partir da mobilização de parceiros demandante e as de técnicos subsequentes a partir de processo seletivo do Sisutec. A distribuição por forma de ingresso/demandante, para o município de Franca, é a seguinte:

<b>Bolsa Formação: Matrículas confirmadas por demandante/origem e tipo de curso (incluindo Sisutec)</b>	
<b>Demandante</b>	<b>Total Geral</b>
Inscrição <i>on-line</i>	637
MCom	-
MD	-
MDA	-
MDIC	18
MDS	1.214

MinC	-
MJ	46
MPA	-
MPS	2
MTE	130
MTur	-
Não categorizado	-
SDH	-
SECADI/MEC	-
SEDUCs	268
Sisutec	1.068
<b>Total</b>	<b>3.383</b>

Fonte: SIMEC, Indicador 2301.

Quanto ao abandono em curso do Pronatec realizados de 2011-2014, os levantamentos realizados pelo MEC apontam que em torno de 16% dos estudantes matriculados abandonaram os cursos.

Quanto à previsão de matrículas por município, informamos que a definição de vagas a serem ofertadas se dá por meio de um processo de pactuação entre parceiros ofertantes e demandantes, realizado semestralmente. O repasse de recursos, por sua vez, se dá somente a partir da efetivação das matrículas, a partir dos valores hora-aluno definidos em Resolução do FNDE ou aprovados nos editais do Sisutec. Nesse sentido, a previsão de investimento varia conforme as demandas identificadas pelos parceiros, bem como pela pactuação da oferta pelos parceiros ofertantes.

Atenciosamente,

Equipe SETEC/MEC.

**ANEXO 2 – Documento SETEC/MEC obtido via Lei de Acesso a Informação – SIC****#309748**

SIC 23480017758201511. #309748

Erivelto Ricardo de Sá

Olá, Meu nome é Erivelto Ricardo de Sá, sou aluno de Mestrado em Políticas Públicas onde minha pesquisa recai sobre o Pronatec. Sendo assim necessito de alguns dados que serão utilizados como referência extraída de documento oficial para inferir em minha dissertação. Quais foram os recursos financeiros aportados ao Pronatec, tendo em vista que o Programa se constitui por um conjunto de ações, necessito do valor discriminado para cada uma das ações abaixo:

- 1 - Qual o valor financeiro aportados para a ação de Fortalecimento e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- 2 - Qual valor financeiro aportado para a ação de Expansão da Rede e-Tec Brasil
- 3 - Qual o valor financeiro aportado para a ação ocorridas no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado
- 4 - Qual o valor computado pelo governo como valor econômico referente ao acordo de gratuidade, ou seja, o Senai é obrigado a investir 66,6% de sua receita líquida em cursos de gratuidade, sendo esse então o ponto da minha questão, ou seja, qual o valor que essa ação dentro do Pronatec, representa em contrapartida econômica (ou seja, não é cash, mas é uma valor) nos números divulgados apresentados pelo Pronatec?
- 5 - Qual valor financeiro aportado para o Bolsa Formação (Trabalhador e Estudante). Dentro dessa solicitação, gostaria que os valores fossem totalmente discriminados, ou seja, para as IES Privadas foram X valor, para as redes estaduais outro X, SENAI, SENAC, SENAT e todos os demais grupos de ofertantes.
- 6 - Qual o valor aportado para as Demais ações do Programa, tendo como foco principal o valor realizado pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

E se for possível, os demais gastos públicos com o estímulo de oferta de vagas para pessoas com deficiência, articulação com Sistema Nacional de Empregos - SINE e articulação com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM.

- 7 - Qual valor total aportado até o momento pelo governo no Pronatec como um todo.

Prezado requerente,

São ofertantes do Pronatec as instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, as instituições dos serviços nacionais de aprendizagem e as instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica devidamente habilitadas para a oferta de cursos técnicos subsequentes.

Os dados do orçamento do Programa estão descritos na tabela abaixo. Registramos que os dados de 2015 ainda estão sendo consolidados e serão oportunamente publicados no Portal do Pronatec. A prévia verificada em 16/12 está descrita no quadro abaixo:

EXECUÇÃO PRONATEC MEC/SPO. 16/12/2015

Em R\$

ANO	Valor Empenhado	Valor Liquidado	Valor Pago do Exercício
2011	1.994.056.786	1.034.621.567	765.165.308
2012	3.448.902.828	1.732.509.081	1.699.977.303
2013	4.440.732.682	3.052.070.526	2.972.699.461
2014	5.277.596.446	4.363.051.819	4.298.073.302
2015	4.679.717.694	2.713.163.761	2.594.612.708
<b>TOTAL</b>	<b>19.841.006.436</b>	<b>12.895.416.754</b>	<b>12.330.528.082</b>

Desse montante, os repasses para redes estaduais e instituições privadas podem ser acompanhados na página do FNDE, menu Prestação de Contas, SiGPC Acesso Público, mais especificamente no endereço <<https://www.fnde.gov.br/sigefweb/index.php/liberacoes&qt;&qt;>>.

O repasse para os Serviços Nacionais de Aprendizagem podem ser acompanhados pelo mesmo endereço. No entanto, não é possível identificar o repasse por Estado, pois os recursos são repassados pelo MEC para o Departamento Nacional de cada Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR E SENAT), com base no valor hora-aluno fixado em Resolução do FNDE, no âmbito da Bolsa-Formação. Conforme previsão legal, o repasse dos recursos financeiros aos seus departamentos regionais é de responsabilidade do Departamento Nacional.

Os repasses para as instituições da Rede Federal para o Pronatec, iniciativas Bolsa-Formação e demais Termos de Execução Descentralizada - TEDs, podem ser acompanhados no portal do FNDE e no endereço <<http://simec.mec.gov.br/ted/termo-de-execucao-descentralizada.php>>. Além disso, registramos que os recursos da instituição como um todo, para além de TEDs, podem ser acompanhados, também, no Portal da Transparência <<http://www.portaltransparencia.gov.br/&qt;>>.

Quanto às matrículas realizadas para pessoas com deficiência, às realizadas em articulação com o Sistema Nacional de Empregos – SINE e com outros programas federais, registramos que trata-se de modalidades de demanda da iniciativa Bolsa-Formação. Como o repasse é feito para as instituições de ensino independentemente do parceiro demandante da vaga, tais relatórios não estão automatizados nos sistemas informatizados do MEC e, portanto, exigiriam “trabalho adicional de análise, interpretação ou consolidação de dados ou informações”, razão prevista no Art. 13 do Decreto nº 7724/2012 para o indeferimento de pedidos de acesso à informação, não será possível fornecer a informação solicitada.

Para o SENAI e o SENAC, que participam do Pronatec, o Acordo de Gratuidade prevê o comprometimento contábil com gratuidade de 2/3 da receita compulsória líquida. Quanto ao acompanhamento por parte do Ministério da Educação, este se dá precipuamente pela análise dos demonstrativos contábeis disponibilizados pelas entidades aos órgãos de controle. Os recursos destinados à gratuidade presentes nos demonstrativos podem ser encontrados nos relatórios de gestão e sustentabilidade publicados nos sítios das entidades envolvidas no Acordo, nas seções dedicadas aos dados de gestão e transparência. Os endereços para acesso aos relatórios de cada entidade estão listados a seguir:

SENAI: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/2015/05/1,2197/relatorio-anual.html>

SENAC: <http://www.senac.br/institucional/dados-de-gestao-e-transparencia.aspx>.

Para informações adicionais, pedimos a gentileza de registrar novo pedido de acesso à informação, nos termos da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação.

Atenciosamente,

Equipe SETEC/MEC

23/12/2015

### ANEXO 3 – Resposta do Ministério da Fazenda sobre a pesquisa ainda não concluída

Dados do Pedido	
Protocolo	16853006729201583
Solicitante	Erivelto Ricardo de Sá
Data de abertura	29/09/2015 18:37
Órgão Superior Destinatário	MF – Ministério da Fazenda
Órgão Vinculado Destinatário	
Prazo de atendimento	29/10/2015
Situação	Respondido
Status da Situação	Informação Inexistente ( )
Forma de recebimento da resposta	da Pelo sistema (com avisos por e-mail)
Resumo	Solicitação do Estudo Completo sobre a empregabilidade do Pronatec
Detalhamento	Sou aluno de mestrado de Políticas Públicas pela UNESP e fiquei sabendo pela mídia eletrônica, que o Ministério da Fazenda divulgou alguns resultados prévios sobre um estudo sobre a efetividade do Pronatec na conquista de um emprego e melhora de salário. Solicito então o referido estudo de forma integral para análise e possíveis inferência em minha pesquisa.

Dados da Resposta	
Data de resposta	20/10/2015 09:26
Tipo de resposta	Informação Inexistente
Classificação do Tipo de resposta	
Resposta	<p>Prezado Senhor,</p> <p>Em atenção ao requerimento formulado, cumpre-nos informar que a demanda foi encaminhada à Secretaria de Políticas Econômicas (SPE), que se pronunciou conforme abaixo:</p> <p>“Em resposta ao Pleito de Informação do cidadão Erivelton Ricardo de Sá, por meio do Protocolo do Sistema de Informação ao Cidadão SIC nº 01168533.002899.2015.000.000, de 29 de setembro de 2015, informamos que o pedido em questão não pode ser atendido, pois o referido documento ainda não está finalizado, e desse modo não se encontra disponível para publicação.”</p> <p>Considerando o disposto no art. 19, inc. II, c/c o art. 21, caput, do Decreto n.º 7.724, de 2012, informa-se que poderá ser apresentado recurso, no prazo de 10 dias, contado da ciência da decisão. Autoridade responsável pela apreciação do recurso: Chefe de Gabinete da SPE.</p> <p>Atenciosamente,</p>

Serviço de Informação ao Cidadão  
Ministério da Fazenda

**Classificação do Pedido**

Categoria do pedido	Economia e Finanças
Subcategoria do pedido	Finanças
Número de perguntas	1

**Histórico do Pedido**

<b>Data do evento</b>	<b>Descrição do evento</b>	<b>Responsável</b>
29/09/2015 18:37	Pedido Registrado para o Órgão MF – Ministério da Fazenda	SOLICITANTE
01/10/2015 14:35	Pedido em Atendimento	MF – Ministério da Fazenda
19/10/2015 17:27	Pedido Prorrogado	MF – Ministério da Fazenda
20/10/2015 09:26	Pedido Respondido	MF – Ministério da Fazenda